

RELATÓRIO SEMESTRAL

DO BANCO SANTANDER TOTTA, SA



Janeiro – Junho

2014

## ÍNDICE

3	Principais Indicadores
4	Órgãos Sociais
6	Enquadramento da Actividade
10	Informação Económica e Financeira
17	Áreas de Negócio
22	Gestão de Risco
29	Informação Complementar e Anexos
31	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

## PRINCIPAIS INDICADORES

<b>BALANÇO E RESULTADOS</b> (milhões de euros)	<b>Jun-14</b>	<b>Jun-13</b>	<b>Var.</b>
Activo Líquido	<b>39.898</b>	39.033	+2,2%
Crédito Líquido	<b>25.688</b>	26.743	-3,9%
Recursos de Clientes	<b>25.507</b>	26.936	-5,3%
Capital Próprio e Passivos Subordinados	<b>2.743</b>	2.378	+15,4%
Margem Financeira Estrita	<b>266,3</b>	246,6	+8,0%
Comissões Líquidas e Outros Res. Actividade Bancária	<b>122,3</b>	165,7	-26,2%
Produto Bancário	<b>469,6</b>	422,9	+11,0%
Resultado de Exploração	<b>225,6</b>	186,5	+21,0%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	<b>118,6</b>	45,5	+160,6%
Resultado Líquido	<b>81,3</b>	24,2	+236,2%

<b>RÁCIOS</b>	<b>Jun-14</b>	<b>Jun-13</b>	<b>Var.</b>
ROE	<b>8,4%</b>	2,8%	+5,6 p.p.
ROA	<b>0,4%</b>	0,1%	+0,3 p.p.
Rácio de Eficiência	<b>52,0%</b>	55,9%	-3,9 p.p.
CET I ratio *	<b>12,6%</b>	10,9%	+1,7 p.p.
Tier I ratio *	<b>14,8%</b>	12,7%	+2,1 p.p.
Total Capital Ratio *	<b>14,8%</b>	12,6%	+2,2 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	<b>4,1%</b>	3,6%	+0,5 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	<b>5,7%</b>	5,4%	+0,3 p.p.
Crédito Reestruturado / Crédito Total	<b>9,3%</b>	7,8%	+1,5 p.p.
Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco / Crédito Total	<b>6,7%</b>	n.d.	-
Cobertura de Crédito com Incumprimento	<b>103,7%</b>	103,4%	+0,3 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	<b>74,5%</b>	69,9%	+4,6 p.p.
Rácio de Transformação**	<b>126,7%</b>	126,7%	+0,0 p.p.

<b>NOTAÇÕES DE RATING</b>	<b>Jun-14</b>	<b>Jun-13</b>
FitchRatings		
curto prazo	<b>F2</b>	F3
longo prazo	<b>BBB</b>	BBB-
Moody's		
curto prazo	<b>NP</b>	NP
longo prazo	<b>Ba1</b>	Ba1
Standard & Poor's		
curto prazo	<b>B</b>	B
longo prazo	<b>BB</b>	BB
DBRS		
curto prazo	<b>R-1L</b>	R-1L
longo prazo	<b>BBBH</b>	BBBH

<b>OUTROS DADOS</b>	<b>Jun-14</b>	<b>Jun-13</b>	<b>Var.</b>
Colaboradores	<b>5.457</b>	5.582	-125
Colaboradores em Portugal	<b>5.408</b>	5.533	-125
Pontos de Atendimento	<b>626</b>	651	-25
Total de Agências e Centros Empresa em Portugal	<b>611</b>	635	-24

\* Com resultado líquido de dividendos a distribuir

\*\* Calculado de acordo com a definição do "Memorando de Entendimento"



## ÓRGÃOS SOCIAIS

### BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

---

#### Mesa da Assembleia Geral

---

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	Luís Manuel Baptista Figueiredo

---

#### Conselho de Administração

---

Presidente	António Basagoiti Garcia-Tuñón
Vice-Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	Carlos Manuel Amaral de Pinho João Baptista Leite José Carlos Brito Sítima José Urgel Moura Leite Maia José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Manuel António Amaral Franco Preto Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

---

#### Conselho Fiscal

---

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C. Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

---

#### Revisor Oficial de Contas

---

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

---

#### Comissão Executiva

---

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	João Baptista Leite José Carlos Brito Sítima José Manuel Alves Elias da Costa José Urgel Moura Leite Maia Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Manuel António Amaral Franco Preto Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

---

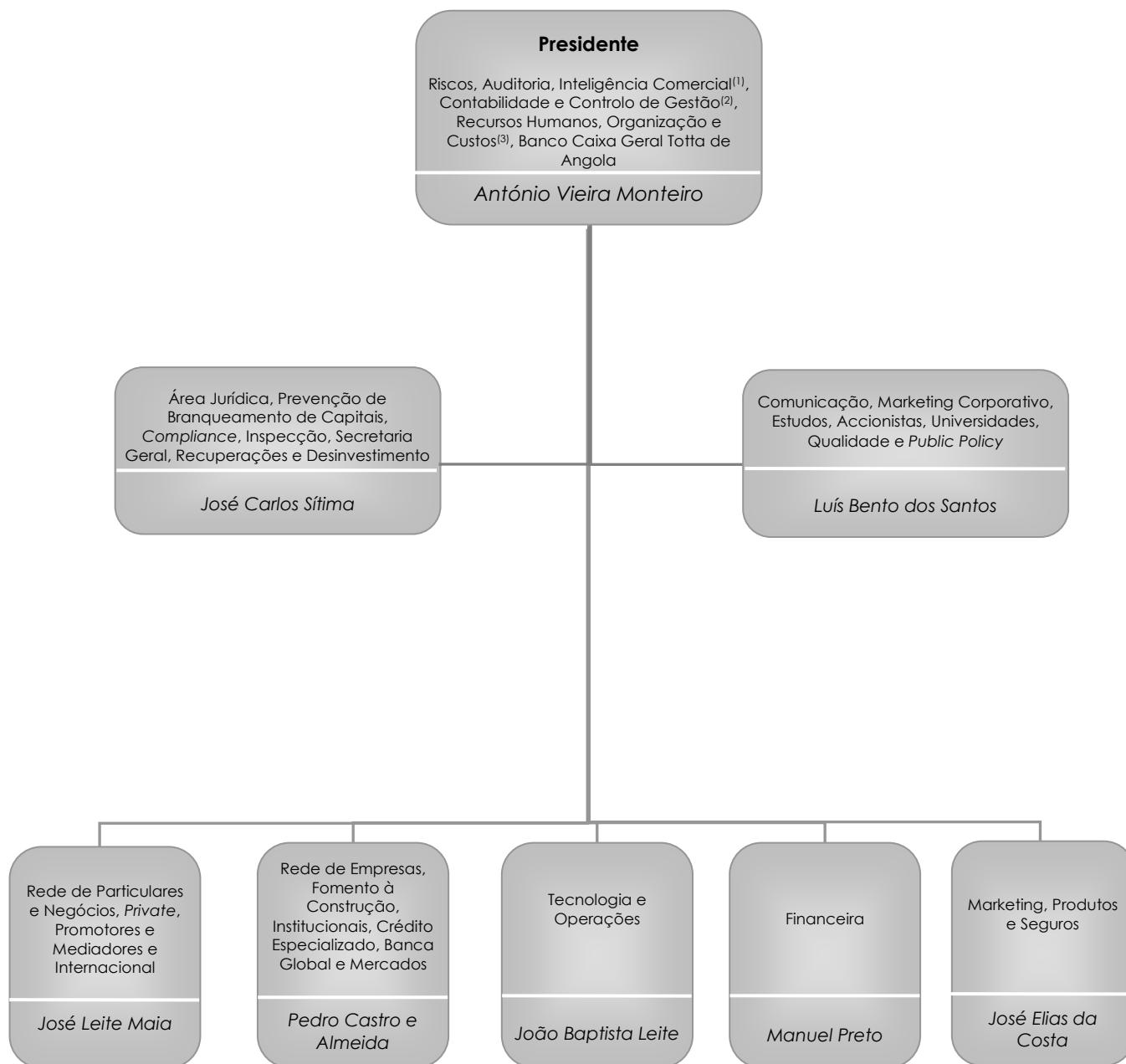
#### Secretário da Sociedade

---

Efectivo	Luís Manuel Baptista Figueiredo
Suplente	Raquel João Branquinho Nunes Garcia



## Organigrama Funcional da Comissão Executiva



(1) Na área de Inteligência Comercial, o Presidente é coadjuvado pelo Dr. Manuel Preto

(2) A gestão da área de Contabilidade e Controlo de Gestão é assegurada pelo Dr. Ignácio Centenera, Director Agregado à Comissão Executiva

(3) A gestão da área de Recursos Humanos, Organização e Custos é assegurada pelo Dr. Nuno Frias Costa, Director Agregado à Comissão Executiva

## ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

### Economia Internacional

A dinâmica de crescimento no primeiro semestre do ano ficou caracterizada por uma elevada volatilidade e heterogeneidade entre regiões, mas com uma tendência mais clara de abrandamento, no final do semestre, em especial na zona euro e nos mercados emergentes.

Em Julho, o FMI reviu em baixa as projecções de crescimento para o ano de 2014, em 0,3pp, para 3,7%, uma alteração explicada, em grande medida, pelas perspectivas para os EUA, por um lado, e pelos mercados emergentes, por outro. Para a zona euro, a revisão reflecte-se em diferenças entre países, sem alterações no conjunto da união. O FMI mantém, contudo, as projecções para 2015, de um crescimento de 4%, baseado numa aceleração de todas as regiões da economia mundial. Contudo, os riscos estão enviesados em baixa, devido também ao risco geopolítico em algumas regiões do globo, sendo que de relevo para a Europa está o conflito na Ucrânia.

Os EUA contribuíram para uma maior desaceleração do crescimento, já que o PIB contraiu inesperadamente no primeiro trimestre, muito afectado por condições climatéricas adversas, que afectaram não só o investimento, através da actividade no sector de construção, como também a despesa de consumo das famílias. Este efeito foi já revertido no segundo trimestre, com uma reaceleração do PIB, que o FMI considera abrir perspectivas favoráveis para o ano de 2015.

Contudo, o mercado laboral continuou bastante dinâmico, com uma criação média mensal de 230 mil postos de trabalho desde o início do ano, o que permitiu uma mais rápida descida da taxa de desemprego, para 6,2% em Julho.

Fruto desta evolução, a Reserva Federal dos EUA continuou a reduzir gradualmente o volume de aquisição de activos financeiros ("tapering") para um ritmo mensal de 25 mil milhões de dólares. A manter-se este ritmo de redução, em Novembro, o actual ciclo de "quantitative easing" estará concluído. Permanece ainda o debate interno quanto ao momento do início do ciclo de subida

das taxas de juro de referência, que os investidores antecipam poder ocorrer no primeiro semestre de 2015, mas que avaliam igualmente, fruto das declarações dos responsáveis norte-americanos, ser implementado de forma gradual, com as principais taxas de juro de referência a permanecerem em níveis mínimos.

A discussão sobre o início deste processo de "tapering" e a sua execução teve um impacto relevante sobre os mercados emergentes, que tinham beneficiado, nos últimos anos, da liquidez gerada pela intervenção dos bancos centrais. Assistiu-se a uma saída massiva de fundos destes mercados, causando perturbações cambiais e obrigando a intervenções, pelas autoridades, incluindo subidas das taxas de juro de referência. África do Sul, Turquia e mesmo o Brasil, já este ano, adoptaram medidas, como a subida acentuada das taxas de juro de referência, para travar a depreciação cambial que as suas divisas estavam a registar.

Em resultado, uma parte significativa destes fundos foram canalizados para a Europa, contribuindo, juntamente com dados económicos favoráveis (no início do ano), para uma valorização dos mercados accionistas e uma descida das taxas de juro de médio e longo prazo.

Na zona euro, o semestre iniciou-se com um maior dinamismo face ao esperado, com a generalidade dos indicadores de actividade a revelarem, de forma generalizada, uma aceleração da actividade e subsequente revisão em alta das perspectivas de crescimento. Contudo, durante o segundo trimestre, a situação reverteu-se e em alguns países houve mesmo uma contracção do PIB, aumentando a heterogeneidade dos ritmos de crescimento entre os membros da zona euro, em especial entre a Alemanha e demais países.

As novas previsões do FMI para o crescimento do PIB na zona euro em 2014 reflectem precisamente esta dinâmica diferenciada. Embora a projecção para o conjunto da zona euro tenha ficado inalterada face ao cenário de Abril, em 1,1%, houve uma revisão em alta da projecção para a Alemanha, compensada por uma revisão em

baixa para França e Itália, países cujo sector industrial tem revelado maior debilidade.

Este quadro de crescimento abaixo do potencial, mas em especial de uma maior desaceleração da inflação que, em Julho, se situou em 0,4%, levou o Banco Central Europeu, em Junho, a descer as principais taxas de juro de referência e a anunciar um conjunto alargado de medidas destinado a relançar o crédito bancário e, por esta via, apoiar o crescimento económico e uma reaceleração da inflação.

A taxa das operações de refinanciamento baixou para o mínimo histórico de 0,15% (uma redução de 10pb), enquanto a taxa da facilidade de depósito junto do BCE passou a ser negativa. Com esta medida, o BCE procurará que o sector financeiro reduza o volume de depósitos que detém junto do BCE (mas que já se reduziu significativamente desde os máximos de 2012) e os canalize para a economia real. Em simultâneo, o BCE anunciou que manterá a cedência ilimitada de liquidez até ao final de 2016.

O segundo pacote de medidas anunciado consiste num conjunto de operações de refinanciamento de prazo alargado direccionadas (TLTRO, na sigla em inglês), através das quais o BCE cederá liquidez: (i) numa primeira fase, num montante até 7% da carteira de crédito a empresas e famílias (excluindo hipotecas); e (ii) numa segunda fase, até 3 vezes a variação líquida do crédito, relativamente a uma referência, definida como a variação do crédito acumulada nos 12 meses até Abril de 2014. Estas operações, com a duração máxima de 4 anos, terão uma taxa de juro fixa, equivalente à taxa refi do momento da tomada de fundos, adicionada de 0,1pp. Na primeira fase, o montante de liquidez elegível é de quase 400 mil milhões de euros adicionais.

O BCE, nas suas comunicações posteriores, dá indicação de que pretende obter informação sobre a procura de liquidez nestas novas operações, antes de ponderar novas medidas de apoio à recuperação económica na Europa. Contudo, irá continuar a envidar esforços para relançar o mercado de titularizações de créditos, em especial crédito a empresas.

Os mercados accionistas registaram máximos históricos, durante o primeiro semestre, em especial nos EUA, mas também na Europa, fruto de resultados positivos e de um sentimento generalizado de optimismo e menor aversão ao

risco. Já no final do semestre, a aversão ao risco regressou, resultando numa correcção em baixa dos principais índices, sendo que em Portugal o PSI20 foi especialmente afectado pelos eventos relativos ao Banco Espírito Santo.

As *yields* de longo prazo corrigiram dos máximos verificados no início do ano, reagindo a dados económicos menos favoráveis, conhecidos durante o segundo trimestre, e posteriormente influenciados por um movimento de fuga para a qualidade, no quadro de desinvestimento em mercados accionistas. Este efeito foi mais visível na Europa, com as *yields* alemãs a retrocederem para mínimos.

## Economia Portuguesa

No final do primeiro semestre, Portugal concluiu o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado com as instituições internacionais em Abril de 2011, no âmbito do qual recebeu um montante de financiamento de cerca de 76 mil milhões de euros.

Portugal prescindiu da última *tranche* de financiamento, de cerca de três mil milhões de euros, devido à decisão de inconstitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, das novas regras de cortes salariais (que alargavam os cortes a salários a partir de 650 euros mensais). Para concluir a 12ª avaliação e receber a *tranche* final, Portugal teria de estender o prazo do programa e adoptar, num reduzido período de tempo, as medidas compensatórias.

Durante o primeiro semestre, o Tesouro manteve o acesso aos mercados financeiros internacionais, com várias emissões de dívida de médio e longo prazo, a 5 e 10 anos, as quais foram realizadas com forte procura e com taxas de juro progressivamente mais baixas. Em Junho, o Tesouro emitiu a 10 anos, à *yield* de 3,25% (que compara com uma emissão a 5,11% em Fevereiro). Em Julho, e pela primeira desde 2010, o Tesouro realizou uma emissão em dólares norte-americanos, à taxa de 5,23%.

A conjuntura económica durante o primeiro semestre caracterizou-se por um crescimento mais moderado do que o verificado no final de 2013, e que foi marcado por factores pontuais, como seja o encerramento temporário da refinaria de Sines, para manutenção, o que se materializou também na redução das exportações de produtos



energéticos, e consequente impacto sobre o crescimento. No primeiro trimestre de 2014, o PIB contraiu 0,6% em cadeia, devido em grande medida a este factor, mas terá já recuperado no segundo trimestre, após o reinício de laboração da refinaria.

Os indicadores de procura interna continuam a sinalizar uma recuperação moderada da actividade. O consumo privado tem vindo a expandir moderadamente, à medida que as famílias começam a repor os níveis de despesa que tinham cortado durante os anos de 2011 e 2012. A descida do desemprego, que caiu para 13,9% no segundo trimestre, recuperando os níveis de 2011, fruto de uma criação de emprego, contribuiu para a melhoria da confiança dos consumidores. Apesar de uma ligeira descida, a taxa de poupança permanece em níveis elevados, acima de 12%.

O investimento continuou a recuperar, apesar de ter havido a antecipação de alguns projectos para 2013, fruto de um incentivo fiscal à despesa de capital. No entanto, o inquérito ao investimento, realizado pelo INE e publicado em Julho, evidencia maiores intenções de investimento no corrente ano (+2,4%, face à anterior estimativa de +1,1%).

Esta melhoria está patente, em parte, nas dinâmicas de nova produção de crédito a empresas. Apesar de os volumes serem ainda historicamente baixos, nos meses de Abril e Maio registaram um crescimento homólogo de cerca de 5%. Também o inquérito às condições no mercado de crédito, publicado pelo Banco de Portugal, sinaliza uma moderação nas condições de concessão de crédito pelos bancos, assim como um aumento da procura por parte das empresas.

No entanto, o crédito total às empresas continua a reduzir-se, reflectindo, por um lado, a desalavancagem em curso na economia, e, por outro lado, factores específicos, como a assunção do financiamento de algumas empresas pelo Estado Português.

A contracção das exportações, associada à paragem técnica da refinaria de Sines, teve impactos sobre a balança comercial, que anulou o saldo excedentário que tinha alcançado no ano transacto, ficando uma melhoria dependente da recuperação das exportações.

A execução orçamental a Junho, na óptica da contabilidade pública (caixa), evidencia um agravamento do saldo orçamental face ao período homólogo, fruto de um maior crescimento da despesa (incluindo a despesa com pessoal), apesar do maior crescimento da receita, em especial de IRS e IVA.

Já em Julho, o Governo tomou uma série de medidas legislativas relativas aos salários e pensões, com o novo regime remuneratório e a substituta da contribuição extraordinária de solidariedade, mas que carecem ainda de validação pelo Tribunal Constitucional. Só após esta decisão tomará medidas correctivas, que afectem ainda a execução de 2014.

A notação de risco da República foi revisto em alta pela agência Moodys, para Ba1 (um nível abaixo do nível de *investment grade*), com outlook estável. As demais agências mantiveram o *rating*, mas reviram o outlook para estável.

## Principais riscos e incertezas no segundo semestre de 2014

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no segundo semestre estão relacionados com factores domésticos e externos.

A nível internacional, os factores de risco estão relacionados com as mais fracas perspectivas de crescimento económico, como evidenciado na revisão de previsões pelo FMI. O crescimento nos mercados emergentes continua abaixo da média dos últimos anos, e há riscos adicionais associados ao término do programa de aquisição de activos financeiros pela Reserva Federal dos EUA, que já gerou perturbações nos fluxos de fundos entre mercados e activos financeiros.

Na zona euro, o crescimento económico permanece débil, e há riscos associados à instabilidade geopolítica na Ucrânia/Rússia, que pode afectar, também, os fornecimentos de gás natural da Rússia à Europa Central e de Leste. No passado, perturbações a este nível afectaram pontualmente o crescimento económico.

A nível nacional, as principais incertezas são de dois níveis. Por um lado, a sustentabilidade da recuperação da actividade económica. A melhor evolução no segundo trimestre deve ainda ser percebida como uma estabilização, estando a recuperação dependente da melhoria da



economia internacional e da confiança dos agentes económicos. No final do Verão, a preparação do Orçamento do Estado para 2015, que pressupõe a redução do défice orçamental de 4,0% para 2,5% do PIB, exige a adopção de medidas adicionais, as quais podem requerer também avaliação pelo Tribunal Constitucional.

Os desenvolvimentos recentes no sector bancário, com a resolução do BES e sua cisão em um “bad bank” (o BES, que detém a exposição ao GES e a Angola, entre outras) e o “Novo Banco” (que detém os demais activos), evidenciam alguns riscos para o sistema financeiro nacional, mas também europeu.

A este último nível, porque Portugal testou o novo enquadramento de resolução bancária constante do Regulamento Europeu, aprovado recentemente, e apesar de o mesmo só entrar formalmente em vigor em 2015. As novas regras exigem um processo de *bail-in*, antes da possibilidade de utilização de fundos públicos. No caso do BES, o *bail-in* afectou os accionistas e os detentores de obrigações subordinadas da instituição.

A nível nacional, porque o capital do Novo Banco foi assegurado pelo Fundo de Resolução, entidade que é financiada pelos bancos participantes, apesar de transitoriamente ter sido financiada por um empréstimo do Estado Português. Os riscos associados à venda do Novo Banco são, em última instância, responsabilidade dessas instituições.

Ainda relativo ao sector financeiro, em Outubro o BCE publicará os resultados da avaliação à qualidade dos activos bancários e *stress test* que está a realizar, juntamente com os supervisores nacionais e a Autoridade Bancária Europeia, antes de assumir a responsabilidade pelo “Mecanismo Único de Supervisão”. Este exercício avaliará a adequação de capital de cerca de 130 bancos europeus, incluindo 4 grupos bancários nacionais.

## Actividade Consolidada

### Introdução

Num contexto macroeconómico que permanece muito difícil, o Banco Santander Totta continua a evidenciar uma forte capacidade de geração de resultados, sem necessidade de aumento de capital ou de qualquer ajuda pública o que se traduz em rácios de solvabilidade muito confortáveis, face aos níveis mínimos exigidos.

Finalizado o primeiro semestre de 2014, o Banco Santander Totta alcançou um resultado líquido de 81,3 milhões de euros, aumentando de forma significativa face aos 24,2 milhões de euros do período homólogo (+236,2%). Esta evolução reflectiu o aumento das receitas recorrentes, salientando-se o crescimento de 8,0% da margem financeira, a melhoria da eficiência operacional e a redução das dotações para imparidades, não obstante uma política prudente de riscos e de provisionamento.

A carteira de crédito ascendeu a 26,8 mil milhões de euros, no final de Junho de 2014, com um decréscimo homólogo de 3,5%, num contexto de uma forte redução verificada no sistema bancário, embora com o crédito atribuído a empresas a permanecer relativamente estável ao longo dos primeiros seis meses de 2014.

O rácio de crédito em risco reduziu para 5,7%, face aos 5,9% registados no final do ano passado, embora aumentando em relação aos 5,4%, observados em Junho de 2013.

Os recursos de clientes totalizaram 25,5 mil milhões de euros, uma variação de -5,3% em comparação com o verificado no período homólogo, embora com evolução favorável dos fundos de investimento e dos depósitos de particulares e negócios.

O rácio de transformação, medido pelo peso do crédito líquido nos depósitos, alcançou 126,7%, no final do primeiro semestre de 2014.

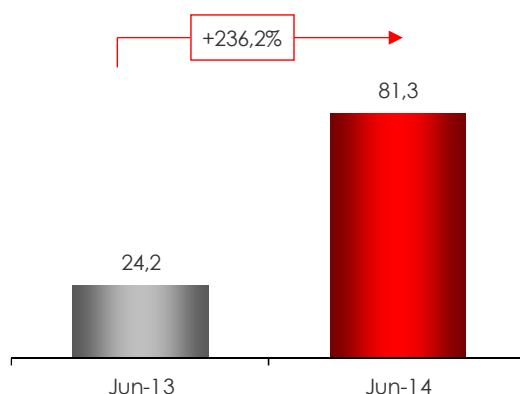
O rácio CET I (*Common Equity Tier I*), de acordo com as regras CRD IV/CRR, para 2014, atingiu 12,6%, muito superior ao valor mínimo de 8%. O rácio CET I, *full implemented*, situou-se em 10,5%.

Durante o primeiro semestre de 2014, o Banco regressou aos mercados internacionais através de duas emissões de obrigações hipotecárias: mil milhões de euros a 3 anos, com um cupão de 1,5% no final do primeiro trimestre, e 750 milhões de euros a 5 anos, com um cupão de 1,625%, no início de Junho. Em ambas as emissões a procura superou amplamente a oferta e os *spreads* foram de 88 e de 93 pontos base, a 3 e 5 anos respetivamente, níveis significativamente abaixo do custo de financiamento da República. Com estas emissões, o financiamento líquido obtido junto do Eurosistema ascendeu a 3,3 mil milhões de euros, equivalente a uma redução de 2,3 mil milhões de euros face ao período homólogo e de 1,8 mil milhões de euros, face a Março de 2014.

O *rating* do Banco Santander Totta mantém-se o melhor do sistema financeiro. No início de Julho, a Fitch reviu em alta o *rating* de curto e longo prazo do Banco, passando o *outlook* de negativo para positivo. As actuais notações de *rating* da dívida de longo prazo do Banco Santander Totta em comparação com os níveis da República Portuguesa são as seguintes: Fitch – BBB (Portugal – BB+); Moody's – Ba1 (Portugal – Ba1); S&P – BB (Portugal – BB); e DBRS – BBBH (Portugal – BBBL)

## RESULTADO LÍQUIDO

Milhões de euros



## Demonstração de Resultados

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (milhões de euros)

	Jun-14	Jun-13	Var.
<b>Margem Financeira Estrita</b>	<b>266,3</b>	<b>246,6</b>	<b>+8,0%</b>
Rendimento de Instrumentos de Capital	1,1	1,0	+10,3%
<b>Margem Financeira</b>	<b>267,4</b>	<b>247,7</b>	<b>+8,0%</b>
Comissões Líquidas e Outros Resultados da Actividade Bancária	122,3	165,7	-26,2%
<b>Margem Comercial</b>	<b>389,7</b>	<b>413,4</b>	<b>-5,7%</b>
Resultado de Operações Financeiras	79,9	9,6	>+250,0%
<b>Produto Bancário</b>	<b>469,6</b>	<b>422,9</b>	<b>+11,0%</b>
Custos Operacionais	(244,0)	(236,4)	+3,2%
<b>Resultado de Exploração</b>	<b>225,6</b>	<b>186,5</b>	<b>+21,0%</b>
Imparidade e Provisões Líquidas	(113,9)	(147,5)	-22,7%
Equivalência Patrimonial	6,9	6,5	+7,1%
<b>Resultado Antes de Impostos e I.M.</b>	<b>118,6</b>	<b>45,5</b>	<b>+160,6%</b>
Impostos	(37,4)	(21,3)	+75,1%
Interesses Minoritários	(0,0)	(0,0)	-4,0%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>81,3</b>	<b>24,2</b>	<b>+236,2%</b>

A margem financeira estrita cifrou-se em 266,3 milhões de euros, no final de Junho de 2014, revelando uma subida homóloga de 8,0%, para a qual contribuiu a diminuição do custo de financiamento, em especial dos depósitos.

As comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária totalizaram 122,3 milhões de euros, com uma variação homóloga de -26,2%, em comparação com o montante observado em Junho de 2013, salientando-se não só o impacto atribuível a alterações regulamentares que limitaram administrativamente a capacidade de

cobrança de comissões, principalmente a partir do terceiro trimestre de 2013, como também a posição conservadora adoptada pelo Banco referente a desvalorizações potenciais dos activos do fundo de investimento imobiliário Novimovest, o qual passou a ser consolidado nas contas do Banco, no segundo semestre de 2013. A margem comercial ascendeu a 389,7 milhões de euros, diminuindo 5,7% em termos homólogos.

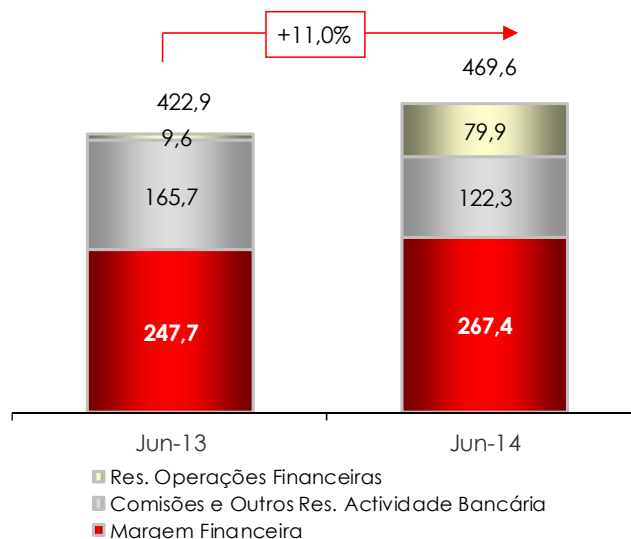
O resultado de operações financeiras situou-se em 79,9 milhões de euros, aumentando de forma expressiva em relação ao período homólogo,

especialmente devido ao registo de proveitos obtidos com a carteira de títulos, tendo sido no entanto anulados pela constituição de provisões voluntárias.

A evolução das receitas conduziu a um produto bancário de 469,6 milhões de euros, 11,0% acima do valor observado no final do primeiro semestre do ano anterior.

## PRODUTO BANCÁRIO

Milhões de euros



Os custos operacionais ascenderam a 244,0 milhões de euros, registando um aumento de 3,2%, face a Junho de 2013. Esta evolução traduz o impacto do registo de uma amortização extraordinária, no montante de 13,7 milhões de euros, relacionado com a alteração da vida útil de alguns aplicativos de *software* de 5 para 3 anos (aumento de 29,7% nas amortizações), o que

se traduzirá em reduções futuras do esforço de amortização. Por seu turno, os custos com pessoal e os gastos gerais registaram variações de -2,6% e +3,1%, respectivamente.

## CUSTOS OPERACIONAIS (milhões de euros)

	Jun-14	Jun-13	Var.
Custos com Pessoal	(135,4)	(139,1)	-2,6%
Gastos Gerais	(68,8)	(66,7)	+3,1%
<b>Custos de Transformação</b>	<b>(204,2)</b>	<b>(205,8)</b>	<b>-0,8%</b>
Amortizações	(39,7)	(30,6)	+29,7%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(244,0)</b>	<b>(236,4)</b>	<b>+3,2%</b>
<b>Rácio de Eficiência</b> (exclui amortizações)	<b>43,5%</b>	<b>48,7%</b>	<b>-5,2 p.p.</b>
<b>Rácio de Eficiência</b>	<b>52,0%</b>	<b>55,9%</b>	<b>-3,9 p.p.</b>

No final do primeiro semestre de 2014, o rácio de eficiência, que representa os custos operacionais em percentagem do produto bancário, alcançou 52,0%, conduzindo a uma melhoria de 3,9 p.p. face a Junho de 2013, traduzindo variações de

+11,0% nas receitas e de +3,2% nos custos operacionais.

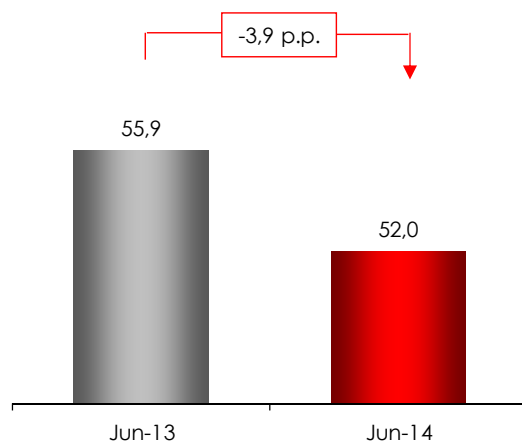


O resultado de exploração totalizou 225,6 milhões de euros, acima dos 186,5 milhões de euros

registados no período homólogo de 2013 (+21,0%).

### RÁCIO DE EFICIÊNCIA

%



Quanto a indicadores de produtividade, destaca-se a evolução favorável do crédito por ponto de atendimento, importante num enquadramento de

forte redução do crédito e dos postos de atendimento, verificada no sector bancário.

### PRODUTIVIDADE

	Jun-14	Jun-13	Var.
Crédito <sup>(1)</sup> por Colaborador	5,1	5,2	-1,4%
Recursos por Colaborador	4,7	4,8	-3,1%
Crédito <sup>(1)</sup> por Ponto de Atendimento <sup>(2)</sup>	44,6	44,5	+0,2%
Recursos por Ponto de Atendimento <sup>(2)</sup>	40,7	41,4	-1,5%

(1) Inclui garantias

(2) Inclui balcões, centros de empresa e escritórios de representação

A dotação para imparidade e provisões líquidas cifrou-se em 113,9 milhões de euros, comparando com 147,5 milhões de euros registados no período homólogo, com uma variação de -22,7%. Esta evolução resultou do abrandamento das novas entradas em crédito vencido, decorrente da implementação de uma política conservadora de concessão de crédito e de uma eficiente metodologia de controlo e de seguimento de crédito vencido.

O resultado de associadas reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, de 6,9 milhões de euros, cresceu 7,1% face ao valor alcançado em Junho de 2013, incorporando o resultado da participação no Banco Caixa Geral

Totta de Angola, na Unicre-Instituição Financeira de Crédito, na Partang entre outras de menor relevância.

No final de Junho de 2014, o resultado antes de impostos e de interesses minoritários de 118,6 milhões de euros, apresentou um crescimento de 160,6%, em relação a Junho de 2013.

O Banco Santander Totta registou um resultado líquido de 81,3 milhões de euros, no final do primeiro semestre de 2014, comparando com 24,2 milhões de euros registados em Junho de 2013, traduzindo uma variação homóloga de +236,2%.



## Balanço e Actividade

No final de Junho de 2014, o volume de negócio ascendeu a 53,4 mil milhões de euros, diminuindo 4,4% em comparação com o valor registado no primeiro semestre de 2013.

O crédito (incluindo garantias e avales) decresceu 3,6%, alcançando 27,9 mil milhões de euros, embora com uma carteira de crédito a empresas

relativamente estável ao longo de 2014. Os recursos de clientes situaram-se em 25,5 mil milhões de euros, descendo 5,3%, com os recursos de balanço a reduzirem 5,6% e os fora de balanço 4,0%.

### VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)

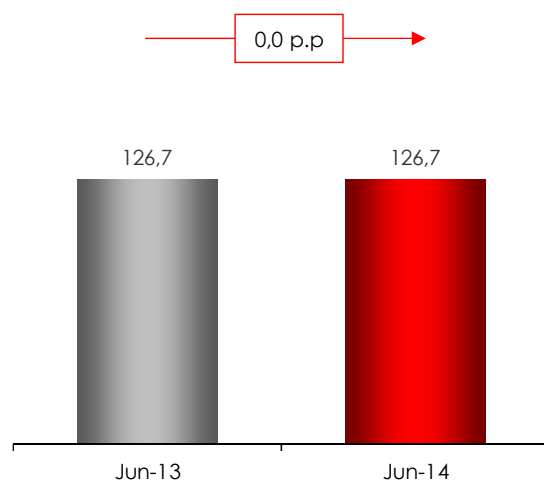
	Jun-14	Jun-13	Var.
<b>Volume de Negócio</b>	<b>53.412</b>	<b>55.889</b>	<b>-4,4%</b>
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	27.905	28.953	-3,6%
Recursos de Clientes	25.507	26.936	-5,3%

O rácio crédito/depósitos fixou-se em 126,7%, em Junho de 2014 (rácio calculado de acordo com a definição estabelecida no Memorando de

Entendimento), estabilizando face ao observado em Junho de 2013.

### CRÉDITO/DEPÓSITOS

%



**CRÉDITO** (milhões de euros)

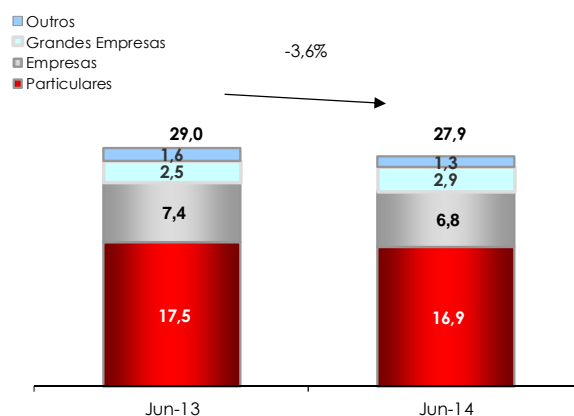
	Jun-14	Jun-13	Var.
<b>Crédito Bruto</b> (inclui garantias e avales)	<b>27.905</b>	<b>28.953</b>	<b>-3,6%</b>
<b>Crédito Bruto</b>	<b>26.824</b>	<b>27.788</b>	<b>-3,5%</b>
do qual			
Crédito a Particulares	16.897	17.481	-3,3%
do qual			
Habituação	15.004	15.536	-3,4%
Consumo	1.416	1.404	+0,8%
Crédito a Empresas	9.676	9.887	-2,1%

A carteira de crédito (incluindo garantias e avales) somou 27,9 mil milhões de euros no final de Junho de 2014, decrescendo 3,6% face ao verificado no período homólogo, num enquadramento de forte contracção do crédito concedido pelo sector bancário. O crédito a empresas ascendeu a 9,7 mil milhões de euros, mantendo-se estável ao longo de 2014.

O crédito concedido a particulares cifrou-se em 16,9 mil milhões de euros, reflectindo um decréscimo homólogo de 3,3%, com uma variação de -3,4% no crédito à habitação e de +0,8% no crédito ao consumo.

**CRÉDITO**

Milhões de euros



No final de Junho de 2014, o rácio de crédito em risco atingiu 5,7%, superior aos 5,4% verificados no período homólogo (+0,3 p.p.), mas reduzindo face aos 5,9% observados no final do ano passado (-0,2 p.p.), mantendo-se significativamente abaixo da média do sistema bancário, e com cobertura por provisões de 74,5%. O crédito reestruturado representou 9,3% do crédito total (+1,5 p.p. de variação homóloga).

**INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO**

	Jun-14	Jun-13	Var.
Crédito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	4,2%	3,7%	+0,5 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	4,0%	3,6%	+0,4 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	4,1%	3,6%	+0,5 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	5,7%	5,4%	+0,3 p.p.
Crédito Reestruturado / Crédito Total	9,3%	7,8%	+1,5 p.p.
Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco / Crédito	6,7%	n.d.	-
Cobertura de Crédito Vencido	101,4%	100,4%	+1,0 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	105,2%	105,0%	+0,2 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	103,7%	103,4%	+0,3 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	74,5%	69,9%	+4,6 p.p.



O total de recursos de clientes, no final de Junho de 2014, totalizou 25,5 mil milhões de euros, decrescendo 5,3% em relação ao valor alcançado em Junho de 2013.

## RECURSOS

	Jun-14	Jun-13	Var.
<b>Recursos de Clientes</b>	<b>25.507</b>	<b>26.936</b>	<b>-5,3%</b>
Recursos de Balanço	20.362	21.576	-5,6%
Depósitos	20.138	21.264	-5,3%
Passivos representados por títulos colocados em clientes	224	312	-28,2%
Recursos fora de Balanço	5.145	5.360	-4,0%
Fundos de investimento geridos ou comercializados	1.348	1.278	+5,5%
Seguros e outros recursos	3.797	4.082	-7,0%

Os recursos de balanço totalizaram 20,4 mil milhões de euros, representando 79,8% do total de recursos captados de clientes e decrescendo 5,6% em termos homólogos, com os depósitos a aumentar 0,5% no segmento de particulares e negócios.

Os recursos fora de balanço atingiram 5,1 mil milhões de euros, com um decréscimo de 4,0% face a Junho de 2013. Os fundos de investimento continuaram a evidenciar uma recuperação, ao crescer 5,5%, e os seguros de capitalização e outros recursos diminuíram 7,0%, em relação ao valor registado no período homólogo.

## Rácios de Solvabilidade

No final de Junho de 2014, o Banco apresenta sólidos rácios de capital, com o rácio CET I, de acordo com as regras CRD IV/CRR, para 2014, de 12,6%, muito superior ao valor mínimo de 8%. O rácio CET I, *full implemented*, atingiu 10,5%.

## CAPITAL

	Jun-14	Jun-13 (1)	Var.
<b>Common Equity Tier I</b>	<b>2.103</b>	<b>1.941</b>	<b>+8,3%</b>
Tier I	2.468	2.262	+9,1%
Total Capital	2.468	2.255	+9,5%
<b>Risk Weighed Assets (RWA)</b>	<b>16.685</b>	<b>17.841</b>	<b>-6,5%</b>
<b>CET I ratio</b>	<b>12,6%</b>	<b>10,9%</b>	<b>+1,7 p.p.</b>
<b>Tier I ratio</b>	<b>14,8%</b>	<b>12,7%</b>	<b>+2,1 p.p.</b>
<b>Total Capital Ratio</b>	<b>14,8%</b>	<b>12,6%</b>	<b>+2,2 p.p.</b>

(1) Calculado de acordo com Basileia II



## ÁREAS DE NEGÓCIO

### Particulares e Negócios

No primeiro semestre de 2014, o Banco manteve um grande foco nos recursos, com uma política de captação e retenção em produtos de valor acrescentado e também na diversificação das carteiras dos clientes, nomeadamente, em seguros financeiros e fundos de investimento. É de destacar, também, o foco na captação de novas domiciliações de ordenados, na colocação de soluções de protecção (seguros autónomos) e de cartões de crédito.

No âmbito do apoio às famílias e seus projectos, através da concessão de crédito pessoal, e às micro, pequenas e médias empresas, foram atingidas produções de 235,7 milhões de euros em crédito pessoal e de 725,5 milhões de euros em crédito aos segmentos de Negócios e PME's.

Ao longo do semestre, foi mantida, pelos bons resultados conseguidos anteriormente, a campanha de captação de ordenados/reformas, assente na isenção de comissões nos principais serviços do dia-a-dia e na oferta de brindes.

Ainda em apoio às famílias na constituição de poupanças, o Banco continuou a privilegiá-las através da oferta de produtos de poupança programada, depósitos estruturados e seguros financeiros.

### Private Banking e Select

Na área de *Private Banking*, a solidez do Banco Santander Totta, o modelo de assessoria e o reconhecimento externo pela prestigiada revista *Euromoney*, que pela terceira vez consecutiva, reconheceu o *Private Banking* do Santander Totta como o "Best Private Banking in Portugal", contribuíram de forma decisiva para o crescimento significativo do volume de negócios do segmento, através da captação de novos clientes e melhoria da rendibilidade do negócio.

Em Fevereiro, foi lançada a marca *Select*, (nova designação corporativa para o segmento *Premium*), tendo sido disponibilizados produtos específicos para este segmento, dos quais se destacam: crédito pessoal com possibilidade de bonificação de taxa de juro por domiciliação de ordenado no Banco e acesso a taxas de juro

bastante competitivas, "Crédito Liquidez Plus" para clientes com aplicações financeiras, fundos e alguns produtos de poupança tradicional, como os depósitos "Planos Programados Select" ou o depósito "New Select". Na data do lançamento, o segmento *Select* representava 9% dos clientes particulares do Banco em Portugal.

### Empresas

Na área de Empresas, o primeiro semestre do ano confirma o compromisso do Banco em apoiar a actividade das empresas, apostando em sectores críticos para o crescimento da Economia Portuguesa, nomeadamente o sector exportador, tanto ao nível do negócio internacional como no apoio à internacionalização, e em sectores de bens transaccionáveis que possam beneficiar da melhoria do *rating* da República e da expectativa de recuperação gradual do investimento dos agentes económicos.

Com os sinais encorajadores de recuperação da economia portuguesa, o Banco Santander Totta reforçou a Rede Comercial de Empresas abrindo, no início de 2014, três novas Direcções Comerciais de Empresas (Paredes, São João da Madeira e Torres Vedras), apostando numa maior proximidade aos clientes.

O primeiro semestre do ano caracterizou-se por uma maior pressão a nível de preços, reflexo de uma maior disponibilidade de oferta bancária no segmento de Empresas. Neste enquadramento, a Rede Empresas manteve a linha de actuação, apostando no crescimento da carteira de crédito, salvaguardando a gestão equilibrada dos volumes da carteira de crédito e de recursos. Neste particular, e ao longo do primeiro semestre, a Rede Empresas conseguiu uma produção de crédito que ultrapassou 2,4 mil milhões de euros.

No âmbito de um protocolo celebrado com o Banco Europeu de Investimento (BEI), o Banco disponibilizou uma linha de crédito que permite o acesso ao financiamento em condições preferenciais. Esta linha é destinada ao apoio de projectos localizados em qualquer Estado da União Europeia, em vários sectores da economia (agricultura, indústria, serviços), e abrangendo segmentos de mercado, preferencialmente PME's e MIDCAPS. No final de Junho, a linha BEI estava já

utilizada em cerca de 71% do montante global contratado.

Nas linhas PME Investe/Crescimento, o Banco Santander Totta mantém uma intervenção de relevo com uma quota de mercado de 17%, tendo colocado até Junho cerca de 20 mil operações, no montante global superior a 1,9 mil milhões de euros. Na linha PME Crescimento 2014, cuja comercialização se iniciou em Março, o Banco posiciona-se igualmente acima da sua quota de mercado, obtendo uma franquia de 15% em montante de financiamento de operações apresentadas nas Sociedades de Garantia Mútua. O Santander Totta é líder na linha PME Alargamento, com uma taxa de adesão de 41%.

Em *factoring* e *confirming*, o Banco mantém, igualmente, a liderança com uma quota de mercado agregada de 25,2% (dados de Abril de 2014), o que evidencia o compromisso que o Banco tem no apoio efectivo à actividade das empresas.

Na vertente de negócio internacional, foi lançado o portal *SantanderTrade.com*, em finais de 2013, ferramenta que dá acesso a informação sobre mercados externos a clientes do Banco que procuram novas oportunidades de negócio. Com o portal, o Banco tem como ambição tornar-se no principal parceiro das empresas no desenvolvimento da sua actividade internacional. Sumariamente, o portal oferece um volume de informação adequado e relevante de todos os sectores do comércio, em mais de 186 países, reunindo na ferramenta mais de 40 bases de dados, incluindo dados governamentais.

Adicionalmente, e visando o apoio à internacionalização das empresas portuguesas, o Banco disponibiliza a unidade *International Desk*, que tem por objectivo apoiar, facilitar e estabelecer contactos comerciais através da interligação eficaz da Rede Empresas com as suas congéneres nos vários bancos internacionais do Grupo Santander, possibilitando o aproveitamento da sua dimensão internacional (destaque para Brasil, México, Chile, Perú, Uruguai, Colômbia, Angola e Espanha) para potenciar o negócio internacional das empresas portuguesas.

## Promotores e Mediadores

Relativamente aos Promotores Externos, a estratégia definida traduziu-se no lançamento de

diversas iniciativas com o objectivo de premiar e reconhecer os melhores desempenhos em diversas vertentes do negócio como a captação de clientes, de recursos, de crédito pessoal e de crédito ao segmento de Negócios criando, assim, as melhores condições para que estes parceiros estejam focados e identificados com as principais prioridades do Banco.

No projecto das Lojas de Promotor, tendo em consideração o enquadramento macroeconómico do País e a estratégia do Banco relativamente à cobertura de balcões, foi decidido reforçar ainda mais esta rede com novas aberturas ao longo do ano.

Quanto aos Mediadores Imobiliários, o primeiro semestre de 2014 ficou marcado pelo ressurgimento de uma dinâmica de crescimento no crédito à habitação bem visível no lançamento das "Soluções Casa". Foi efectuada uma profunda análise da carteira de mediadores com protocolo activo e foram realizadas reuniões com as principais redes imobiliárias para se dinamizar novamente este tipo de parceiros.

## Canais Complementares

A actividade de *Self Banking* assentou numa estratégia de optimização do actual parque de ATM's da Rede Multibanco, nomeadamente a desinstalação de equipamentos com rendibilidade negativa. Como consequência, as quotas de mercado situaram-se em 12% no que respeita ao número de ATM's e em 13% relativamente ao número de movimentos.

Numa óptica de proximidade com o cliente, deu-se continuidade também ao ajustamento e incremento das soluções de automatização de depósitos, com 560 equipamentos instalados e uma cobertura de cerca de 80% da rede de balcões.

Nos canais Internet destaca-se a disponibilização de uma nova página pública do NetBanco Particulares e NetBanco Empresas, com navegação melhorada e assente em tecnologia mais moderna. Os elementos visuais foram reforçados para tornar as páginas mais simples e com uma melhor usabilidade. No NetBanco Empresas é de destacar, ainda, o lançamento do Portal *Santander Trade* e a criação manual de lotes de transferências SEPA e no NetBanco Particulares/Empresas a acomodação de ajustamentos em operativas SEPA relacionadas.



No NetBanco Particulares o *site* foi adaptado à marca Select e à disponibilização dos fundos para este segmento.

Registaram-se melhorias na disponibilidade e *performance* dos *websites* e um crescimento do tráfego, com o número de visitantes únicos a aumentar 3%. O número de utilizadores frequentes do Netbanco Particulares registou um crescimento de 3%, nos primeiros 5 meses de 2014 e a taxa de penetração aumentou 6% no mesmo período. Registou-se, também, um crescimento no número de clientes que realizam transacções.

No primeiro semestre de 2014, o *Contact Center* do Santander Totta foi considerado, pelo 6º ano consecutivo, o "Melhor Contact Center de Portugal no Sector Financeiro", prémio atribuído pela Associação Portuguesa de *Contact Centers*.

Foi implementada uma visão multicanal, de forma a assegurar uma experiência de cliente de referência e potenciar a eficiência e a rendibilidade.

O *Contact Center* tem reforçado o investimento no aumento da sua autonomia e na rápida resolução de todas as situações que são apresentadas pelos clientes. Todos os pedidos dos clientes, mesmo que fora do âmbito do *Contact Center*, têm seguimento junto das áreas competentes.

Verifica-se um aumento da utilização do *chat* como forma de contacto pelos clientes, face ao período homólogo.

Ao longo de 2014, observou-se o lançamento de novas iniciativas nas páginas do Facebook. O número de fãs da página oficial do Banco já ultrapassou 60.000 fãs.

## Actividade Internacional

A actividade Internacional do Banco Santander Totta, para clientes residentes no exterior, registou uma evolução positiva, de acordo com indicadores da actividade que representam uma maior vinculação e fidelização dos clientes.

Em estreita articulação com a rede comercial em Portugal foram disponibilizadas soluções dirigidas para o segmento de residentes no estrangeiro, com oferta de produtos de poupança nas moedas com maior significado, continuando a

verificar-se um bom ritmo no crescimento de novos clientes.

O volume de negócios registou estabilidade e apesar da oferta agressiva de taxas passivas por parte dos principais concorrentes, foi possível manter e estabilizar a carteira de recursos, em especial na parte final do semestre.

No âmbito da relação com as comunidades, realizaram-se alguns eventos, nomeadamente em Paris, com participação no Salão Imobiliário, e em Londres, intervindo na 10ª Conferência Anual da Câmara de Comércio Luso-Britânica.

Uma vez mais, foi lançada a campanha de Verão que pretende, de forma estruturada, dar as boas-vindas aos portugueses que residem no exterior. A promoção dos serviços e apoio do Banco terá maior visibilidade nos aeroportos nacionais e meios de comunicação, disponibilizando-se uma gama alargada de soluções de poupança.

Paralelamente, e de foram a apoiar os portugueses que partem para residir e trabalhar no estrangeiro, desenvolveu-se, em colaboração com o jornal "Mundo Português", um suplemento em que se ilustra a realidade e principais características dos destinos de emigração mais importantes e onde o Banco está representado.

No âmbito da promoção e oferta de serviços para a comunidade no exterior, e aproveitando a realização do campeonato mundial de futebol, foi lançado um concurso que visou dinamizar as transferências para Portugal e que obteve grande adesão, verificando-se um aumento de 23% no total de transferências destinadas ao Banco, face ao período homólogo.

A sucursal de Londres tem vindo a evidenciar estabilidade no volume de depósitos e controlo da carteira de crédito mantendo importante apoio aos balcões em Portugal.



## Global Banking & Markets

Em *Corporate Finance*, destaca-se, no primeiro semestre do ano, a participação como co-líder, em várias operações concluídas com sucesso sendo de destacar as participações no sindicato de colocação da oferta pública de venda/IPO da ESS – Espírito Santo Saúde e no sindicato de colocação da oferta pública de venda de acções da REN, no âmbito da 2ª fase de privatização da empresa.

Na área de *Credit Markets* manteve-se o reforço da actividade, com as empresas a aproveitarem a tendência de descida de *spreads* de crédito para tomarem decisões de alongamento do seu endividamento. Adicionalmente, verificou-se uma evolução positiva na área de *Project Finance* com as empresas a explorarem oportunidades de financiamento de novos projectos.

Os mercados obrigacionistas e de securitização registaram uma forte dinâmica com os investidores, tanto nacionais como internacionais, a olharem com forte interesse para Portugal procurando boas oportunidades de investimento. Verificou-se uma melhoria das condições de mercado, permitindo o acesso de empresas de média dimensão e sem *rating*, algumas pela primeira vez, ao mercado obrigacionista.

A área de Produtos Estruturados iniciou o ano de 2014 com uma boa *performance* na comercialização de produtos de passivo. No primeiro semestre, foram emitidos 12 produtos estruturados, dos quais 10 são emissões denominadas em euros cujo montante total ascendeu a 375 milhões de euros e 2 denominadas em dólares norte-americanos cujo montante atingiu 30,1 milhões de dólares norte-americanos. As emissões que foram colocadas neste período estão indexadas a diferentes activos transaccionados em mercados accionistas de várias geografias.

Em Fevereiro de 2014, o Banco Santander Totta foi distinguido pela "Euromoney Structured Retail Products" como "Best Sales in Portugal" de produtos estruturados em Portugal.

No primeiro semestre, a actividade de *Cash Equities* caracterizou-se por uma prestação claramente melhor do que no período homólogo do ano anterior, resultando não só num incremento de volumes como também de comissões geradas com o mercado accionista. O mercado de dívida continua a ser o segmento

que menos interesse tem acolhido junto dos investidores. As ainda latentes crises geopolíticas na Europa continuaram a condicionar o sentimento do mercado, com um aumento de volatilidade, mais evidente a partir de Maio.

A Custódia Institucional do Santander Totta registou um incremento do volume de activos sob custódia de 10,0%, no último trimestre, e de 15,6%, no ano, segundo os últimos dados disponibilizados pela CMVM, que se traduz numa quota de 21,3% para a actividade de custódia.

## Perspectivas para o 2º semestre de 2014

A economia portuguesa tem vindo a evidenciar sinais de recuperação moderada mas subsistem ainda factores de risco relevantes a nível macroeconómico e do sistema financeiro.

O Banco Santander Totta demonstrou nos últimos anos, que se caracterizaram por uma conjuntura particularmente adversa, a sua capacidade de geração de receitas, mantendo a solidez de balanço e uma situação de liquidez confortável.

A introdução de novas regras no sector bancário, nomeadamente no que respeita a requisitos de capital, rácios de liquidez e de alavancagem, e ainda os novos regulamentos referentes aos mecanismos de resolução, têm, e terão, um impacto estrutural na rentabilidade das instituições financeiras.

Neste contexto difícil e de elevada exigência, o Banco continuará focado na sua estratégia de apoio à revitalização da economia portuguesa e das empresas, mantendo uma política de controlo rigoroso dos riscos no que respeita à concessão e ao seguimento de crédito.

Em simultâneo, o banco prosseguirá a sua estratégia de banca comercial baseada numa maior proximidade ao cliente, apresentando soluções adequadas a cada segmento de negócio com o objectivo de incrementar os níveis de vinculação dos clientes e fazendo com que o Santander Totta seja o seu primeiro banco. A estratégia assentará na maior simplificação dos processos, tornando-os mais eficientes; na utilização de ferramentas que permitam uma melhor gestão da informação; e na agilização da gestão de risco, com modelos mais ajustados a cada segmento de cliente, mantendo uma gestão prudente e rigorosa dos riscos assumidos.

Apesar de a rede de agências permanecer como um canal fundamental na relação com os clientes, o Banco continuará a potenciar o modelo de distribuição multicanal de modo a prestar um serviço mais completo e acessível aos clientes.



## Risco de Crédito

### Principais vectores da actividade

No primeiro semestre de 2014, a actividade da área de Riscos de Crédito continuou a assentar na manutenção do princípio da segmentação no tratamento dos riscos, diferenciando a sua abordagem em função das características dos clientes e dos produtos.

O rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos, visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito, continua a ser um vector estratégico de actuação.

Ao nível dos riscos encarteirados, intensificou-se a proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, revisão das suas linhas de crédito e eventuais problemas na sua capacidade de reembolso. Esta actuação materializou-se na manutenção de rácios de crédito vencido e de crédito em risco significativamente inferiores à média do sector. Por outro lado, intensificaram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco e implementaram-se melhorias nos processos com o objectivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida.

Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, manteve-se o foco na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que estão a ser mais afectados pelo contexto macroeconómico. A revisão permanente de todas as carteiras permite concluir que estas estão analisadas com critérios adequados e o nível de imparidades estimados são, também, adequados.

No decorrer do semestre prosseguiu um seguimento muito próximo sobre medidas implementadas em 2013 na gestão do processo de admissão de novos créditos com o objectivo de melhorar a qualidade de serviço aos clientes sempre que estes apresentam novas oportunidades de negócio.

Nos riscos standardizados, e face ao difícil contexto macroeconómico actual, o principal

foco manteve-se ao nível da manutenção da qualidade da carteira, continuando a ser disponibilizados um conjunto de produtos e soluções de reestruturação de dívida que permitam adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível atuais e futuros.

Neste sentido encontram-se definidas estratégias de admissão, integradas nos sistemas de decisão do Banco, e utilizam-se sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos clientes.

Ainda ao nível dos riscos standardizados, o Banco continuou a ser selectivo na admissão de crédito em termos de risco e rendibilidade, fazendo uso dos sistemas de decisão automática em vigor, nomeadamente *scorings* e sistemas comportamentais utilizados nos segmentos de Particulares e de Negócios.

Com o objectivo de reforçar o envolvimento comercial e *cross selling* dos clientes e em simultâneo potenciar a captação de novos clientes, manteve-se em curso a campanha "Crédito Primavera" em Negócios nas vertentes de activação, captação e colocação de contas correntes caucionadas, de forma a potenciar o crescimento desta carteira.

Verificou-se um reforço e maior agilização ao nível da actividade de recuperações, nomeadamente através de desenvolvimentos informáticos que visam o controlo do processo desde a entrada em recuperação, relação com os advogados e acção executiva. Destaca-se a actividade ao nível de recuperações de gestão massiva mantendo, simultaneamente, um acompanhamento dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais e uma política de reforço da negociação visando a obtenção de dações em pagamento em alternativa à actuação judicial.

Ao nível de solvabilidade e controlo de crédito, manteve-se o foco permanente no conhecimento e acompanhamento da carteira de crédito, com vista a um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, de forma a permitir a tomada de medidas com vista a uma gestão correcta dos riscos do Banco.



Manteve-se, igualmente, a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

## Modelo de risco

### Introdução

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Banco Santander Totta está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados e clientes standardizados (não encarteirados).

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efectuada pelo analista, complementada com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

### Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efectuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspectos

como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os factores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada. A perda esperada (ou perda provável) é considerada como mais um custo de actividade (reflectindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

O cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia, reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de factores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em crédito vencido e correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Exceptuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou Banca Maiorista Global, o cálculo destes parâmetros é efectuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indirectos que decorrem da actividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do

incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

### **Ciclo do risco de crédito**

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio. Os riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais actuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Conselho Superior de Crédito (CSC). É o CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e os limites e delegações de faculdades.

### **Planificação e estabelecimento de limites**

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Nos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objecto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de programas de gestão de crédito (PGC) onde se reflectem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve

sujeitar a actividade e a gestão de riscos associada.

### **Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo**

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander Totta. Este estudo consiste na análise da capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e rentabilidade. Adicionalmente, também se efectua um estudo e revisão do *rating* atribuído, sempre que se verifique um alerta ou evento que afecte o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objecto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das acções desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detectar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, acções destinadas a mitigá-los.

### **Recuperações**

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma actividade estratégica, integral e de negócio. Os objectivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negociada, de modo a normalizar a carteira de crédito do cliente. Caso a solução negociada não seja possível, a área de Recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos

compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A actividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares, Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta actividade é partilhada com as áreas de negócio.

## Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo risco potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o primeiro semestre de 2014, o valor presente das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou genericamente um aumento, reflectindo a evolução das taxas de mercado de médio e longo prazo. Relativamente à exposição com grupos financeiros, verificou-se

uma redução das operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro, mantendo-se a exposição em níveis pouco significativos, ao abrigo de acordos de prestação de colateral (*ISDA Master Agreements/Credit Support Annex*).

## Risco de Balanço

A gestão do risco estrutural é assegurada por um órgão de primeiro nível da estrutura. As decisões são tomadas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), cujos poderes são delegados pela Comissão Executiva. Este órgão é presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, de Riscos, Comercial e de Marketing. O Comité reúne mensalmente.

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através de um modelo de análise dinâmica, modelando a evolução no tempo dos factores de risco e das posições do Banco sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O modelo utilizado permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente, o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente.

Face à incerteza na evolução dos níveis das taxas de juro para o ano de 2014, foi seguida uma política de manutenção da sensibilidade a níveis considerados adequados.

### Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

### Risco de liquidez

A política de liquidez seguida pelo Grupo assenta num risco de liquidez baixo e na diversificação contínua das fontes de financiamento, perspectivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento, a utilizar para permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador o Banco está mais protegido relativamente a potenciais crises que afectem o meio envolvente.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que, entre outros indicadores, exige um volume razoável de activos líquidos disponíveis.

A gestão de liquidez é efectuada ao nível consolidado. A política de financiamento toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

A situação estrutural de liquidez é muito equilibrada. Em Junho de 2014, o Banco apresentou uma posição activa no mercado monetário de curto prazo de cerca de 599 milhões de euros.

Ao longo do primeiro semestre de 2014, o Banco concretizou duas emissões de obrigações hipotecárias no valor de mil milhões de euros (a 3 anos) e de 750 milhões de euros (a 5 anos). Estas emissões registaram uma forte procura, por parte de um conjunto diversificado de investidores, com *spreads* de 88bps e 93bps, respectivamente.

O BCE continuou a assumir-se como contraparte do sistema através das operações de cedência e absorção de liquidez. Para participar nestas operações é necessário deter activos considerados elegíveis pelo BCE para colateral dessas operações. Em Junho de 2014, o Banco tinha 11,7 mil milhões de euros de activos elegíveis que constituem uma reserva de liquidez bastante confortável. Por seu turno, os recursos líquidos obtidos junto do Eurosistema atingiram 3,3 mil milhões de euros, o que representa uma redução anual de 2,3 mil milhões de euros e trimestral de 1,8 mil milhões de euros.

## Risco de Mercado

### Actividades sujeitas a risco de mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos factores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Banco Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as actividades são segmentadas do seguinte modo:

- **Negociação:** Neste título inclui-se a actividade de serviço financeiro a clientes;
- **Gestão de Balanço:** O risco de taxa de juro e liquidez resulta dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de activos e passivos. Adicionalmente, inclui-se neste ponto a gestão activa do risco creditício inerente ao balanço do Banco Santander Totta;
- **Riscos Estruturais:**
  - Risco de taxa de câmbio estrutural: risco de taxa de câmbio resultante das divisas em que se realizam investimentos em empresas consolidáveis ou não consolidáveis;
  - Rendimento variável estrutural: são englobados sob este título os investimentos através de participações de capital em empresas que não consolidam, financeiras e não financeiras, gerando risco de rendimento variável.

### Metodologias

#### Actividade de Negociação

A metodologia aplicada, no âmbito do Banco Santander Totta, para a actividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de simulação histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes

variáveis financeiras e obter o respectivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que permite identificar o impacto das variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

### Medidas de calibração e contraste (Backtesting)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóricos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco Santander Totta cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efectuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, etc..

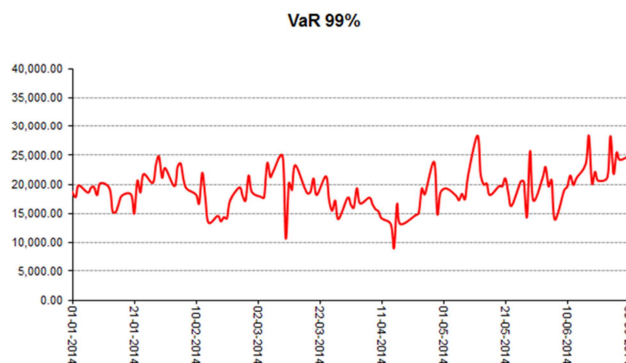
### Limites

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objectivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

### Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à actividade de negociação nos mercados financeiros durante o primeiro semestre de 2014, quantificado através do VaR, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 9 mil euros e os 42 mil euros.

## Risco Operacional

### Definição e objectivos

O Banco Santander Totta define o risco operacional como "o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos,



recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas". Diferencia-o de outro tipo de riscos, por não estar associado a produtos ou negócio, mas que se encontra presente nos processos e/ou activos, e é gerado internamente (pessoas, sistemas, etc.) ou como consequência de riscos externos como por exemplo actuação de terceiros ou catástrofes naturais.

O objectivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional está direccionado na identificação, medição, avaliação, controlo, mitigação e informação desse risco.

A abordagem prioritária é, portanto, identificar e eliminar focos de risco, independentemente de se terem produzido perdas ou não. A sua medição também contribui para o estabelecimento de prioridades na gestão do risco operacional.

Para o cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Grupo optou numa primeira fase pelo Método Standard previsto no normativo de BIS II.

## Modelo de gestão

O modelo organizativo de controlo e gestão resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

É praticada uma supervisão e controlo do risco operacional, através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem de forma periódica o tratamento de aspectos relevantes na gestão e mitigação do risco operacional.

A gestão e controlo do risco operacional são parte das responsabilidades de todas as áreas, uma vez que são elas que têm um maior conhecimento dos processos, assim como dos pontos susceptíveis de ocasionar exposições importantes de risco operacional. São acompanhadas por uma área central, responsável pela implementação e seguimento

do projecto através do respectivo controlo e supervisão.

As diversas etapas do modelo de gestão permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as actividades, produtos, processos e sistemas do Banco;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objectiva, continuada e coerente com os *standards* de Basileia II e analisar o perfil de risco definindo os respectivos limites;
- Realizar um seguimento contínuo das exposições ao risco operacional com o objectivo de detectar níveis de risco não assumidos;
- Implementar procedimentos de controlo, melhorando o conhecimento das causas de risco operacional assim como as respectivas implicações;
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o risco operacional.

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Permite uma gestão integral e efectiva do risco operacional (identificação, medição/ avaliação, controlo/ mitigação e informação);
- Traduz-se numa melhoria do conhecimento dos riscos operacionais, tanto efectivos como potenciais, e o seu enquadramento nas linhas de negócio e de suporte;
- A informação de risco operacional contribui para melhorar os processos e os controlos, reduzir as perdas e a volatilidade das receitas.

Anualmente são estabelecidos limites de risco operacional. É igualmente estabelecido um apetite de risco, o qual deve sempre situar-se no perfil baixo/ médio-baixo.

**INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR E ANEXOS****Práticas de Governo e Modelo de Controlo Interno**

A estrutura do Governo da Sociedade bem como o que respeita às políticas, procedimentos e órgãos de controlo interno não sofreram alterações face ao que se encontra informado e detalhado no relatório anual de exercício relativo ao ano de 2013.

**Estrutura Accionista**

Accionista	Nº acções	%
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65%
Taxagest - SGPS, S.A.	14.593.315	2,22%

**Movimento de Acções Próprias**

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 15 de Maio de 2014, o Banco Santander Totta, S.A., directamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir acções próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco detinha 249.427 acções próprias correspondentes a 0,038% do seu capital social. No primeiro semestre de 2014, o Banco não realizou compras de acções próprias. No entanto, está prevista a aquisição de acções, de accionistas fora do Grupo Santander que as queiram vender.

**Movimentos de Acções e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização**

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 5/2008 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao 1º semestre de 2014, foram os seguintes:

Nome	Títulos	Posição 31/12/13	Movimentos em 2014				Posição 30/06/14
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (€)	
João Baptista Leite	Obrigações BST – Caixa EUA - Cx	820	30/06/14		820	50	0
	Obrig. BST – Caixa Rendimento América Latina TOP 3	400					400



## Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas relativas ao 1º semestre do exercício de 2014 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Santander Totta, S.A e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do nº 2 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários.”

### Conselho de Administração

---

António Basagoiti Garcia-Tuñon

Presidente

---

António José Sacadura Vieira Monteiro

Vice-Presidente

---

Carlos Manuel Amaral de Pinho

Vogal

---

João Batista Leite

Vogal

---

José Carlos Brito Sítima

Vogal

---

José Urgel Moura Leite Maia

Vogal

---

José Manuel Alves Elias da Costa

Vogal

---

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos

Vogal

---

Manuel António Amaral Franco Preto

Vogal

---

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Vogal



## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As contas referentes ao 1º semestre de 2014 não foram objecto de revisão limitada nem do respectivo parecer por parte dos auditores do Banco.

BANCO SANTANDER TOTTA S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	30-06-2014		31-12-2013		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	30-06-2014	31-12-2013
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	1.063.298	-	1.063.298	337.841	<b>Passivo</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	247.263	-	247.263	552.921	Recursos de bancos centrais	18	4.243.056	6.241.410
Activos financeiros detidos para negociação	7	2.216.725	-	2.216.725	1.949.115	Passivos financeiros detidos para negociação	7	1.881.329	1.619.768
Activos financeiros disponíveis para venda	8	6.838.512	61.679	6.776.833	4.382.253	Recursos de outras instituições de crédito	19	5.548.778	4.175.058
Aplicações em instituições de crédito	9	1.453.887	-	1.453.887	3.270.970	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	20.137.756	20.707.001
Crédito a clientes	10	26.823.552	1.135.165	25.688.387	26.107.521	Responsabilidades representadas por títulos	21	4.083.917	2.534.161
Derivados de cobertura	11	193.377	-	193.377	199.427	Derivados de cobertura	11	241.543	370.684
Activos não correntes detidos para venda	12	312.104	113.387	198.717	206.943	Provisões	22	86.158	62.039
Propriedades de investimento	13	438.800	-	438.800	467.949	Passivos por impostos correntes	16	9.192	14.313
Outros activos tangíveis	14	821.290	513.522	307.768	318.662	Passivos por impostos diferidos	16	94.879	58.524
Activos intangíveis	14	374.007	340.222	33.785	52.468	Passivos subordinados	23	4.307	4.307
Investimentos em associadas	15	155.288	1.060	154.228	147.730	Instrumentos representativos de capital	24	214.605	-
Activos por impostos correntes	16	19.868	-	19.868	17.458	Outros passivos	25	613.439	292.900
Activos por impostos diferidos	16	482.090	-	482.090	540.675	Total do Passivo		<u>37.158.959</u>	<u>36.080.165</u>
Outros activos	17	647.891	25.202	622.689	258.595				
						<b>Capital Próprio</b>			
						Capital	26	656.723	656.723
						Prémios de emissão	26	193.390	193.390
						Outros instrumentos de capital	26	135.000	135.000
						Reservas de reavaliação	26	(381.522)	(573.189)
						Outras reservas e resultados transitados	26	1.534.342	1.477.217
						(Acções próprias)		(43.312)	(43.312)
						Resultado consolidado do período /exercício atribuível aos accionistas do BST	27	81.285	89.164
						Capital próprio atribuível aos accionistas do BST		2.175.906	1.934.993
						Interesses minoritários	28	562.850	795.370
						Total do Capital Próprio		<u>2.738.756</u>	<u>2.730.363</u>
Total do Activo		<u>42.087.952</u>	<u>2.190.237</u>	<u>39.897.715</u>	<u>38.810.528</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>39.897.715</u>	<u>38.810.528</u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2014.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	30-06-2014	30-06-2013
Juros e rendimentos similares	30	621.308	644.200
Juros e encargos similares	31	(355.034)	(397.567)
<b>Margem financeira</b>		<b>266.274</b>	<b>246.633</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	32	1.138	1.032
Rendimentos de serviços e comissões	33	165.078	200.885
Encargos com serviços e comissões	34	(28.456)	(27.438)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	35	(111.731)	7.509
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	36	185.244	(827)
Resultados de reavaliação cambial	37	2.229	1.729
Resultados de alienação de outros activos	38	4.148	1.146
Outros resultados de exploração	39	(14.327)	(7.735)
<b>Produto bancário</b>		<b>469.597</b>	<b>422.934</b>
Custos com o pessoal	40	(135.427)	(139.093)
Gastos gerais administrativos	41	(68.812)	(66.725)
Amortizações do período	14	(39.730)	(30.624)
Provisões líquidas de anulações	22	(28.030)	4.224
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	(72.244)	(124.123)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	22	34	(4.988)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22	(13.684)	(22.569)
Resultados de associadas	42	6.943	6.484
<b>Resultado antes de impostos e de interesses minoritários</b>		<b>118.647</b>	<b>45.520</b>
Impostos			
Correntes	16	(19.750)	(11.564)
Diferidos	16	(17.610)	(9.773)
<b>Resultado após impostos e antes de interesses minoritários</b>		<b>81.287</b>	<b>24.183</b>
Interesses minoritários	28	(2)	(2)
<b>Resultado consolidado do período atribuível aos accionistas do BST</b>	<b>27</b>	<b>81.285</b>	<b>24.181</b>
Acções em circulação	27	641.880.542	642.021.170
Resultado por acção básico e diluído (em Euros)	27	0,13	0,04

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	30 de Junho de 2014		30 de Junho de 2013	
	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a interesses minoritários	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a interesses minoritários
Resultado consolidado do período	81.285	2	24.181	2
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Desvios actuariais e financeiros relativos a pensões				
. Valor bruto	5.688	-	(18.230)	-
. Impacto fiscal	(1.308)	-	5.286	-
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	1.603	2.540	1.344	2.378
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial				
. Justo valor	-	-	588	-
. Impacto fiscal	-	-	(170)	-
. Variações no justo valor de elementos patrimoniais disponíveis para venda				
. Justo valor	270.642	-	129.474	-
. Impacto fiscal	(79.845)	-	(37.548)	-
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa				
. Justo valor	(7.386)	-	(38.287)	-
. Impacto fiscal	2.178	-	11.105	-
Rendimento integral consolidado do período	<u>272.857</u>	<u>2.542</u>	<u>77.743</u>	<u>2.380</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidado para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014.

**BANCO SANTANDER TOTTA SA**

**DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Acções próprias	Resultado do período	Interesses minoritários	Total do capital próprio	
				de reavaliações legais	De justo valor	De flutuação cambial								Por impostos diferidos
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>656.723</b>	<b>193.390</b>	<b>135.000</b>	<b>23.245</b>	<b>(1.001.064)</b>	<b>(5.857)</b>	<b>284.474</b>	<b>245.862</b>	<b>934.572</b>	<b>241.078</b>	<b>(42.560)</b>	<b>88.068</b>	<b>572.160</b>	<b>2.325.091</b>
Aplicação dos resultados:														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	453	-	(3.908)	91.523	-	(88.068)	-	-
. Acções preferenciais	-	-	-	-	-	138	-	-	(30.750)	-	-	-	(7)	(30.619)
. Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	(781)	-	-	-	-	(781)
. Aquisição de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(291)	-	-	(291)
. Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	2	1
Rendimento integral do primeiro semestre de 2013	-	-	-	-	73.545	1.344	(21.327)	-	-	-	-	24.181	2.380	80.123
<b>Saldos em 30 de Junho de 2013</b>	<b>656.723</b>	<b>193.390</b>	<b>135.000</b>	<b>23.245</b>	<b>(927.519)</b>	<b>(4.375)</b>	<b>263.600</b>	<b>245.862</b>	<b>899.132</b>	<b>332.601</b>	<b>(42.851)</b>	<b>24.181</b>	<b>574.535</b>	<b>2.373.524</b>
Aplicação dos resultados:														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Acções preferenciais	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	43	41
. Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	(18)	-	-	-	-	(18)
. Aquisição de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(461)	-	-	(461)
Entradas no perímetro de consolidação:														
. Fundo Novimovest	-	-	-	-	-	-	-	-	(358)	-	-	-	111.241	110.883
. Fundo Santander Multiobrigações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	132.701	132.701
. Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	(77)	(79)
Rendimento integral consolidado do segundo semestre de 2013	-	-	-	-	112.920	(5.831)	(35.227)	-	-	-	-	64.983	(23.073)	113.772
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>656.723</b>	<b>193.390</b>	<b>135.000</b>	<b>23.245</b>	<b>(814.599)</b>	<b>(10.208)</b>	<b>228.373</b>	<b>245.862</b>	<b>898.754</b>	<b>332.601</b>	<b>(43.312)</b>	<b>89.164</b>	<b>795.370</b>	<b>2.730.363</b>
Aplicação dos resultados:														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	95	245	46.381	41.241	-	(89.164)	-	(1.202)
. Acções preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.150)	-	-	-	-	(30.150)
. Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	(446)	-	-	-	-	(446)
Reclassificações de interesses minoritários:														
. Fundo Novimovest	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(102.336)	(102.336)
. Fundo Santander Multiobrigações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132.701)	(132.701)
. Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(145)	(1)	-	-	(25)	(171)
Rendimento integral consolidado do primeiro semestre de 2014	-	-	-	-	268.944	1.603	(78.975)	-	-	-	-	81.285	2.542	275.399
<b>Saldos em 30 de Junho de 2014</b>	<b>656.723</b>	<b>193.390</b>	<b>135.000</b>	<b>23.245</b>	<b>(545.655)</b>	<b>(8.605)</b>	<b>149.493</b>	<b>246.107</b>	<b>914.394</b>	<b>373.841</b>	<b>(43.312)</b>	<b>81.285</b>	<b>562.850</b>	<b>2.738.756</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração de alterações no capital próprio consolidado para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Juros e comissões recebidas	697.429	788.395
Pagamento de juros e comissões	(358.701)	(407.288)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(209.528)	(198.365)
Contribuições para o fundo de pensões	-	-
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(6.518)	(3.454)
Recuperação de créditos incobráveis	2.757	5.072
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>125.439</u>	<u>184.360</u>
<b>(Aumentos) diminuições de activos operacionais:</b>		
Aplicações em instituições de crédito	1.801.972	83.654
Activos financeiros detidos para negociação	(263.362)	184.692
Créditos a clientes	343.124	103.646
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	(204.513)	(5.928)
Activos não correntes detidos para venda	32.868	(65.205)
Outros activos	(255.898)	4.808
	<u>1.454.191</u>	<u>305.667</u>
<b>Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:</b>		
Recursos de instituições de crédito	(626.255)	2.276.635
Recursos de clientes e outros empréstimos	(571.684)	(190.568)
Passivos financeiros detidos para negociação	261.562	(204.762)
Outros passivos	218.605	(24.071)
	<u>(717.772)</u>	<u>1.857.234</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	861.858	2.347.261
Impostos pagos	(28.589)	(25.671)
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<u>833.269</u>	<u>2.321.590</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Dividendos recebidos	1.138	1.032
Aquisição de activos financeiros disponíveis para venda	(3.674.486)	(1.311.378)
Alienação de activos financeiros disponíveis para venda	1.744.870	126.294
Rendimentos adquiridos nos activos financeiros disponíveis para venda	67.298	73.026
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(14.721)	(14.502)
Vendas de activos tangíveis	6.887	3.415
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<u>(1.869.014)</u>	<u>(1.122.113)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Dividendos pagos	(1.202)	-
Emissão (reembolso) de dívida titulada	1.493.503	(1.293.448)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(36.711)	(32.701)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(46)	(46)
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<u>1.455.544</u>	<u>(1.326.195)</u>
<b>Aumento/ (Diminuição) líquido(a) de caixa e seus equivalentes</b>	<u>419.799</u>	<u>(126.718)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	890.762	737.688
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.310.561	610.970

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014.



## NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco”, “BST” ou “Grupo”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de Dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de Dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante o primeiro semestre de 2014 e o exercício de 2013 encontram-se detalhados na Nota 46.

No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua actividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a actual.

Em 3 de Maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

Em 1 de Abril de 2011, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC). Para efeitos contabilísticos e fiscais, a fusão foi reportada a 1 de Abril de 2011, data do respectivo registo.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 587 balcões (604 balcões em 31 de Dezembro de 2013) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

### 1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efectuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Banco adoptou a norma IAS 34 – “Relato financeiro intercalar” na apresentação das demonstrações financeiras semestrais.

No primeiro semestre de 2014, o Banco adoptou as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” – Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas” e a SIC 12 – “Consolidação – Entidades com finalidade especial”. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
- IFRS 11 – “Acordos conjuntos” - Esta norma substitui a IAS 31 – “Empreendimentos conjuntos” e a SIC 13 – “Entidades controladas conjuntamente – contribuições não monetárias por empreendedores” e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
- IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras sociedades” - Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
- IAS 27 – “Demonstrações financeiras separadas” (2011) (alteração) – Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
- IAS 28 - “Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas” (2011) (alteração) - Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – “Investimentos em associadas” e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – “Acordos conjuntos”.
- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” e IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras entidades” (entidades de investimento) (alteração) - Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidades de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
- IAS 32 – “Compensação entre activos e passivos financeiros” (alteração) - Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
- IAS 36 – “Imparidade” (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros) (alteração) - Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou activos intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Esta norma vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
- IAS 39 – “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração” (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura) - Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.
- IFRIC 21 – “Pagamentos ao Estado” (alteração) - Esta emenda vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

A adopção das normas e interpretações acima referidas teve impacto sobretudo ao nível das divulgações e da apresentação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (2009) e emendas posteriores – Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros.
- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (2013) e IFRS 7 – “Divulgações de instrumentos financeiros” - A emenda à IFRS 9 insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda.
- IAS 19 – “Benefícios aos empregados” (revisão) - Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclo 2010-2012): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.
- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclo 2011-2013): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.
- IAS 16 – “Activos Fixos Tangíveis” e IAS 38 – “Activos Intangíveis”: Esta emenda vem clarificar os métodos aceites para depreciação e amortização de activos fixos tangíveis e intangíveis.
- IFRS 11 – “Acordos conjuntos” – Esta emenda vem clarificar a contabilização das aquisições de interesses em acordos conjuntos.
- IFRS 14 – “Regulatory deferral accounts” – O objectivo desta norma é especificar os requisitos de divulgação aplicáveis a saldos resultantes do fornecimento de bens ou serviços a clientes a preços ou taxas que sejam sujeitos a regulamentação.
- IFRS 15 – “Revenue from contracts with customers” - O objectivo desta norma é especificar requisitos de divulgação relacionados com o reconhecimento da receita.

Estas normas não foram ainda adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram adoptadas pelo Banco no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014.

## 1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas por si directamente e indirectamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas” e da IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Banco assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses minoritários” (Nota 28).

No âmbito da sua actividade de gestão de fundos, o Banco gere activos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Banco, excepto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando detém mais de 50% das unidades de participação, casos esses em que são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos Fundos de Investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica “Instrumentos representativos de capital” (Nota 24).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Banco passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Banco do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas. Com uma periodicidade mínima anual, o Banco realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de activos”. Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa sendo apurado o respectivo valor recuperável com base em estimativas de “cash-flows” futuros, actualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Banco. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

O Banco decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”. Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivaleu ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com a IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Banco definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos activos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Banco reavalia por resultados as participações nas quais perde controlo (Nota 4).

Por outro lado, o Banco decidiu anular na data de transição para as IAS/IFRS (1 de Janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas com moeda funcional diferente do Euro. A partir dessa data, e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euros de acordo com a seguinte metodologia:

- A conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;
- Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis, permanecem reflectidos ao câmbio original; e
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para Euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para Euros são registadas nos capitais próprios do Banco na rubrica de “Reservas de reavaliação - De flutuação cambial”.

### 1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

#### a) Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

#### b) Transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho ("fixing" do Banco de Portugal).

c) Crédito e contas a receber

Esta categoria de activos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial e obrigações) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registadas inicialmente pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões e acrescido de todos os custos externos directamente atribuíveis às operações.

Posteriormente, o crédito e as outras contas a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e os custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do seu período de vigência, segundo o método da taxa de juro efectiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. O Banco optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

O Banco classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no Manual de Crédito aprovado pelo Banco, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Por outro lado, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação daqueles créditos sejam reduzidas, os mesmos são considerados incobráveis e reconhecidas perdas de imparidade para a sua totalidade. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Imparidade

Periodicamente, o Banco analisa o crédito concedido a clientes e as outras contas a receber com o objectivo de identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Banco segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Por outro lado, relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Banco efectua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a mEuros 5.000;
- Responsabilidades superiores a mEuros 500 e que estejam classificados em “morosidade de gestão” no seu sistema de acompanhamento; e
- Responsabilidades superiores a mEuros 500 se classificados em VE1 e Substandard e mEuros 1.000 se classificados em VE2 e VE3, no seu sistema de vigilância especial.

Neste sentido, estes segmentos podem incluir clientes sem incumprimento. Pontualmente, o Banco inclui ainda na sua análise individual alguns clientes por julgamento profissional, embora estes não apresentem as características indicadas anteriormente.

Os clientes analisados individualmente para os quais sejam apuradas perdas por imparidade inferiores a 0,5% são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise de imparidade colectiva, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a mEuros 300.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Banco efectua uma análise colectiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Banco está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
  - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
  - . Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash-flows estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelo Banco (“Incurred but not reported”). Para todos os segmentos da carteira, o Banco considera um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência que o Banco incorreu numa perda por imparidade em crédito e em outras contas a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, estabelecida no respectivo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Banco para a sua carteira de crédito concedido a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses activos e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Banco entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflecta os efeitos das condições actuais.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

#### Anulação de capital e juros

De acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais são suspensos a partir da data da denúncia do contrato.

#### Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados de alienação de outros activos" (Nota 38). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade.

#### Factoring

Os activos decorrentes de operações de factoring contratadas com recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos de fundos por conta dos contratos respectivos.

Os activos decorrentes de operações de factoring contratadas sem recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o registo de um passivo na rubrica de "Outros passivos - Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring". As entregas de fundos efectuadas aos aderentes originam o débito correspondente na rubrica de "Outros passivos - Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring" (Nota 25).

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registados em contas extrapatrimoniais.



#### Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco não desreconhece do activo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração, e;
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica “Crédito a clientes” e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o prazo da operação de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no activo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Banco (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, não existem créditos titularizados desreconhecidos.

#### Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

##### *i) Como locatário*

Os activos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, na rubrica de “Outros activos tangíveis” por contrapartida de um passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de “Juros e encargos similares”.

##### *ii) Como locador*

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

#### Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e encargos com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

O reconhecimento dos encargos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os rendimentos.

e) Instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Os activos e passivos financeiros são posteriormente classificados numa das quatro categorias previstas na IAS 39:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento fixo ou variável transaccionados em mercados activos adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o seu custo de aquisição e o seu valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são registados na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu “bid-price” ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash-flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não são transaccionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação (“Credit Value Adjustments” e “Debit Value Adjustments”), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e de dívida que não se encontram classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados pelo seu custo de aquisição, líquido de imparidade. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de reavaliação – De justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados “Rendimentos de instrumentos de capital” na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Reclassificação de activos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de Outubro de 2008 na Norma IAS 39 - “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração”, o Banco pode reclassificar um activo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através de resultados, se forem cumpridos alguns requisitos. No entanto, não são permitidas reclassificações de outras categorias para a categoria de “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”.

iii) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o seu custo de aquisição e o seu valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” da demonstração dos resultados.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros a pagar.

v) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência objectiva de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência objectiva de imparidade quando ocorre uma desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação daqueles títulos. Para títulos não cotados, é considerada evidência objectiva de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

Desta forma, o Banco considera a natureza e características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade que efectua. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Banco considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição e, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no seu justo valor resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no seu justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável daqueles activos corresponde à melhor estimativa dos seus fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de obrigações. Estes passivos são registados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquido dos custos de transacção, e são posteriormente valorizados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Responsabilidades representadas por títulos” e “Passivos subordinados”.

Os derivados embutidos nas obrigações emitidas são registados separadamente nas rubricas de “Activos e passivos financeiros detidos para negociação”, sendo reavaliados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Transacções em mercado secundário

O Banco efectua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respectivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados, ou diferidas pelo período de vigência das obrigações.

Justo valor

Conforme referido anteriormente, os activos e passivos financeiros registados nas categorias de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Passivos financeiros detidos para negociação”, “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos activos e passivos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspectos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transaccionados em mercados activos, cotação de fecho na data de balanço;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos, (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
  - i) Preços (“bid prices”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
  - ii) Cotações indicativas (“bid prices”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;

- iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

#### Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa de juro efectiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado para reflectir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

#### f) Valorização e registo de instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados transaccionados pelo Banco são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em obrigações emitidas e em depósitos estruturados) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Banco.

Nos termos previstos na IAS 39, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:
  - . Identificação do instrumento de cobertura;
  - . Identificação do elemento coberto;
  - . Identificação do tipo de risco coberto; e
  - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e

- Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

#### Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

#### Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

Neste sentido, o Banco contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo seu valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo de aquisição ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Por outro lado, periodicamente o Banco efectua testes de imparidade aos seus activos tangíveis. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado actual.

h) Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.



Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, a qual em média corresponde a três anos. Para a plataforma informática (Pártenon), até 31 de Dezembro de 2013, a vida útil estimada correspondia a cinco anos. No primeiro semestre de 2014, o Banco procedeu a uma revisão da vida útil estimada daquela plataforma tendo reduzido a mesma para três anos.

i) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efectuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

j) Activos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de “Activos não correntes detidos para venda” os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica “Outros activos” (Nota 17). Estes activos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos custos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no activo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Esta rubrica inclui ainda unidades de participação de um Fundo Fechado de Investimento Imobiliário adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas), sendo igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

De acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

Por último, o Conselho de Administração do Banco considera que os métodos de valorização adoptados para estes activos são adequados e reflectem a realidade de mercado.

k) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Desta forma, esta rubrica do passivo, de acordo com a IAS 37, inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua actividade (Nota 22).

l) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Para estes colaboradores, o Banco era responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que definiu que os trabalhadores do sector bancário que estivessem no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em Dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), relativamente à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência daquele acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que definiu que a Segurança Social era responsável, a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo daquele Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com aquele Decreto-Lei, o Banco, através do seu Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das actualizações do valor das pensões acima referidas, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respectivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;
- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador; e
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorressem a partir de 1 de Janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram também transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos activos do Fundo de Pensões transferido para o Estado correspondeu ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o acima referido Decreto-Lei, as quais foram determinadas tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (desconto)	4%

Os activos a transmitir tiveram de ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos mesmos, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respectivo valor de mercado.

Nos termos do acima referido Diploma, a transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

- i) Até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor actual provisório das responsabilidades; e
- ii) Até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos actuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social das responsabilidades dos reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o Banco efectuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no activo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das populações (Nota 44).

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e as responsabilidades determinadas com base nos pressupostos actuariais actualizados adoptados pelo Banco, foi registada na rubrica de resultados de "Custos com o pessoal".

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo (Nota 44).

Por outro lado, em Fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

O ex-Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. Desta forma, no exercício de 2006, o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida em que os seus colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN para aquele Fundo dependia dos seus resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997. No primeiro semestre de 2014, o Fundo do ex-BSN foi liquidado após autorização do Instituto de Seguros de Portugal.

A Totta IFIC não dispunha de Fundo de Pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores desta foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Abril de 2011. Adicionalmente, foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

### Aplicação da IAS 19

Em 1 de Janeiro de 2004, o Banco optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo então efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado aquela Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais existentes em 1 de Janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adopção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais, deixando de adoptar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, tal como previsto na versão revista da IAS 19.

A partir de 1 de Janeiro de 2013 na sequência da revisão da IAS 19 – “Benefícios aos empregados”, o Banco regista na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes;
- Proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões;
- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o activo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos activos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas actuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos actuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos activos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de “Outros activos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento (Nota 25).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo. No entanto, estabeleceu um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção da IAS 19.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a taxa de cobertura da totalidade das responsabilidades do BST com benefícios a empregados, incluindo SAMS, ascendia a 99,57% e 99,25%, respectivamente (Nota 44).

m) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O Banco determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais baseados no método "Projected Unit Credit". Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica "Outros passivos - Encargos a pagar - Relativos ao pessoal – Prémio de antiguidade" (Nota 25).

n) Impostos sobre os lucros

O BST e as empresas do Grupo localizadas em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas da sucursal são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados da sucursal são ainda sujeitos a impostos locais no país onde está estabelecida. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de Dezembro) e de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufrísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º e no Artigo 75º, ambos do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida igualmente a derrama estadual, a qual terá de ser paga por todos os sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual correspondia a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro), as empresas que apresentassem nesse exercício e nos dois exercícios seguintes lucros tributáveis mais elevados eram sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 passaram a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 ficaram sujeitas a uma taxa de 5%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, na sequência da promulgação da Lei nº 2/2014, de 16 de Janeiro (Reforma do IRC), a tributação dos lucros das empresas para o ano de 2014 passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 23% sobre o lucro tributável (25% no exercício de 2013);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2013); e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
  - Menor do que mEuros 1.500 0%;
  - Entre mEuros 1.500 e mEuros 7.500 3%;
  - Entre mEuros 7.500 e mEuros 35.000 5%;
  - Maior do que mEuros 35.000 7%.

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos no exercício de 2013 e no primeiro semestre de 2014 fosse de 23% para prejuízos fiscais reportáveis e de 29,5% para as diferenças temporárias.

Por outro lado, os prejuízos fiscais poderão ser utilizados nos cinco períodos de tributação posteriores (ou nos doze períodos de tributação posteriores para os prejuízos fiscais gerados a partir de 2014, inclusive). Contudo, nos termos previstos na Lei do Orçamento do Estado para 2012, a dedução dos prejuízos a efectuar em cada exercício não pode exceder 75% do respectivo lucro tributável (70% a partir do exercício de 2014) podendo o remanescente ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
  - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
  - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
  - Passivos por provisões;
  - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
  - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
  - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,07% e 0,0003%, respectivamente, conforme previsto na alteração efectuada pela Portaria nº 64/2014, de 12 de Março, ao artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de Março.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em activos financeiros disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os desvios actuariais relativos a responsabilidades com pensões, na sequência da alteração da política contabilística descrita na Nota 1.3. I).

o) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Banco tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, a cobertura e a execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander S.A.. O Banco paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander S.A. que se encontram em vigor está incluída na Nota 47.

p) Acções próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, bem como os respectivos impostos, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

q) Acções preferenciais

As acções preferenciais são classificadas como instrumento de capital próprio quando:

- Não existe uma obrigação contratual por parte do Banco em reembolsar (em numerário ou em outro activo financeiro) as acções preferenciais adquiridas pelo detentor;
- A remissão ou reembolso antecipado das acções preferenciais apenas pode ocorrer por opção do Banco; e
- As distribuições de dividendos efectuadas pelo Banco aos detentores das acções preferenciais são discricionárias.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o Banco classificou como instrumentos de capital próprio as emissões de acções preferenciais da Totta & Açores Financing e do BST International Bank, Inc. – Porto Rico.

As acções preferenciais classificadas como instrumentos de capital próprio e detidas por terceiros são apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica “Interesses minoritários”.



r) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

O Banco não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo, passivo, rendimento ou encargo a reportar relativo à actividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

s) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações actuariais efectuadas por peritos externos certificados pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e actuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito nas Notas 1.3. e) e f). Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.3. e), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em crédito

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respectivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

#### Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.3. e), as menos-valias potenciais resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor. No entanto, sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias potenciais acumuladas naquela reserva são transferidas para custos do exercício.

Quanto a instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias potenciais são transferidas da reserva de justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

#### Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigado a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, tem de utilizar essas contas para apuramento do seu lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O acima referido Decreto-Lei procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável dos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2014 e 2013, de acordo com a interpretação das mesmas efectuada por parte do Banco.

#### Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, nomeadamente os mencionados na Nota 49, bem como a respectiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco, a qual no entanto poderá vir a não concretizar-se.

### 3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Banco:

#### **Global Banking & Markets:**

Inclui essencialmente a actividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

#### **Banca de Retalho:**

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a 5 milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

#### **Banca de Empresas:**

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário.

#### **Gestão de activos:**

Esta área inclui a actividade de gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, a qual inclui o lançamento de fundos que têm por objectivo criar valor acrescentado para os clientes do Banco.

No final do exercício de 2013, o Banco alienou as empresas responsáveis por este segmento de negócio a uma empresa do Grupo Santander.

#### **Actividades Corporativas:**

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento em 30 de Junho de 2014 apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2014					Total Consolidado
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	
Margem financeira estrita	52.136	149.425	65.268	3.068	(3.623)	266.274
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	1.138	1.138
<b>Margem Financeira Alargada</b>	<b>52.136</b>	<b>149.425</b>	<b>65.268</b>	<b>3.068</b>	<b>(2.485)</b>	<b>267.412</b>
Comissões líquidas	26.536	105.619	11.981	(3.069)	(4.445)	136.622
Outros resultados da actividade bancária	(29)	(1.015)	(111)	(6.200)	(6.972)	(14.327)
<b>Margem Comercial</b>	<b>78.643</b>	<b>254.029</b>	<b>77.138</b>	<b>(6.201)</b>	<b>(13.902)</b>	<b>389.707</b>
Resultado de operações financeiras	3.243	728	110	4.381	71.428	79.890
<b>Produto Bancário</b>	<b>81.886</b>	<b>254.757</b>	<b>77.248</b>	<b>(1.820)</b>	<b>57.526</b>	<b>469.597</b>
Custos de transformação	(7.573)	(160.906)	(29.711)	(6.049)	-	(204.239)
Amortizações do período	(1.538)	(30.345)	(7.810)	(37)	-	(39.730)
<b>Margem de Exploração</b>	<b>72.775</b>	<b>63.506</b>	<b>39.727</b>	<b>(7.906)</b>	<b>57.526</b>	<b>225.628</b>
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	543	(38.648)	(18.956)	(200)	(56.663)	(113.924)
Resultados de associadas	-	-	5.848	-	1.095	6.943
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>73.318</b>	<b>24.858</b>	<b>26.619</b>	<b>(8.106)</b>	<b>1.958</b>	<b>118.647</b>
Impostos	(21.262)	(7.287)	(6.024)	(3.705)	918	(37.360)
Interesses minoritários	-	-	-	-	(2)	(2)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>52.056</b>	<b>17.571</b>	<b>20.595</b>	<b>(11.811)</b>	<b>2.874</b>	<b>81.285</b>

Em 30 de Junho de 2014, os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	30/06/2014				Total Consolidado
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	
<b>Activo</b>					
<b>Crédito a Clientes</b>					
Crédito hipotecário	-	15.005.115	-	-	15.005.115
Crédito ao consumo	-	1.433.032	-	-	1.433.032
Outros créditos	2.751.115	2.468.121	4.031.004	-	9.250.240
Total de activos afectos	2.751.115	18.906.268	4.031.004	-	25.688.387
Activos não afectos	-	-	-	-	14.209.328
<b>Total do Activo</b>					<b>39.897.715</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Recursos em Balanço</b>					
Recursos de clientes e outros empréstimos	658.923	16.364.158	1.783.748	1.330.927	20.137.756
Responsabilidades representadas por títulos	-	224.026	120.933	3.738.958	4.083.917
	658.923	16.588.184	1.904.681	5.069.885	24.221.673
<b>Garantias e avales</b>	217.862	162.388	701.262	-	1.081.512

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento em 30 de Junho de 2013 apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2013					
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Margem financeira estrita	44.480	136.118	81.457	-	(15.422)	246.633
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	1.032	1.032
<b>Margem financeira alargada</b>	<b>44.480</b>	<b>136.118</b>	<b>81.457</b>	<b>-</b>	<b>(14.390)</b>	<b>247.665</b>
Comissões líquidas	38.357	119.389	11.367	3.443	891	173.447
Outros resultados da actividade bancária	-	637	-	25	(8.397)	(7.735)
<b>Margem comercial</b>	<b>82.837</b>	<b>256.144</b>	<b>92.824</b>	<b>3.468</b>	<b>(21.896)</b>	<b>413.377</b>
Resultado de operações financeiras	8.069	172	400	-	916	9.557
<b>Produto bancário</b>	<b>90.906</b>	<b>256.316</b>	<b>93.224</b>	<b>3.468</b>	<b>(20.980)</b>	<b>422.934</b>
Custos de transformação	(8.175)	(172.416)	(22.964)	(2.263)	-	(205.818)
Amortizações do período	(1.197)	(27.664)	(1.672)	(91)	-	(30.624)
<b>Margem de exploração</b>	<b>81.534</b>	<b>56.236</b>	<b>68.588</b>	<b>1.114</b>	<b>(20.980)</b>	<b>186.492</b>
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(12.363)	(135.284)	(29.370)	(2)	29.563	(147.456)
Resultados de associadas	-	-	5.956	-	528	6.484
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>69.171</b>	<b>(79.048)</b>	<b>45.174</b>	<b>1.112</b>	<b>9.111</b>	<b>45.520</b>
Impostos	(20.059)	23.343	(11.373)	(323)	(12.925)	(21.337)
Interesses minoritários	-	-	-	-	(2)	(2)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>49.112</b>	<b>(55.705)</b>	<b>33.801</b>	<b>789</b>	<b>(3.816)</b>	<b>24.181</b>

Em 31 de Dezembro de 2013, os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2013				
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total Consolidado
<b>Activo</b>					
<b>Crédito a Clientes</b>					
Crédito hipotecário	-	15.277.265	-	-	15.277.265
Crédito ao consumo	-	1.399.152	-	-	1.399.152
Outros créditos	2.758.628	2.632.642	4.039.834	-	9.431.104
Total de activos afectos	2.758.628	19.309.059	4.039.834	-	26.107.521
Activos não afectos					12.703.007
<b>Total do Activo</b>					<b>38.810.528</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Recursos em Balanço</b>					
Recursos de clientes e outros empréstimos	763.842	16.448.582	2.084.356	1.410.221	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	-	289.272	101.557	2.143.332	2.534.161
	763.842	16.737.854	2.185.913	3.553.553	23.241.162
<b>Garantias e avales</b>	171.674	167.383	846.410	-	1.185.467

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De seguida é apresentada a informação geográfica da actividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	30/06/2014						Entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total		
<b>Activo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.063.298	-	-	-	-	-	-	1.063.298
Disponibilidades em outras instituições de crédito	246.768	133.210	-	5.264	6.528	145.002	(144.507)	247.263
Activos financeiros detidos para negociação	2.216.725	-	-	-	-	-	-	2.216.725
Activos financeiros disponíveis para venda	6.776.833	883.460	-	-	-	883.460	(883.460)	6.776.833
Aplicações em instituições de crédito	1.453.662	50.000	-	414.838	330.551	795.389	(795.164)	1.453.887
Crédito a clientes	25.688.387	-	-	-	-	-	-	25.688.387
Derivados de cobertura	193.377	-	-	-	-	-	-	193.377
Activos não correntes detidos para venda	198.717	-	-	-	-	-	-	198.717
Propriedades de investimento	438.801	-	-	-	-	-	(1)	438.800
Outros activos tangíveis	307.725	1	-	-	41	42	1	307.768
Activos intangíveis	33.785	-	-	-	-	-	-	33.785
Investimentos em associadas	32.234	-	121.995	-	-	121.995	(1)	154.228
Activos por impostos correntes	18.922	13.563	-	-	-	13.563	(12.617)	19.868
Activos por impostos diferidos	482.090	-	-	-	-	-	-	482.090
Outros activos	514.879	102	-	1.161	2.104	3.367	104.443	622.689
<b>Total do Activo Líquido</b>	<b>39.666.203</b>	<b>1.080.336</b>	<b>121.995</b>	<b>421.263</b>	<b>339.224</b>	<b>1.962.818</b>	<b>(1.731.306)</b>	<b>39.897.715</b>
<b>Passivo</b>								
Recursos de bancos centrais	4.243.056	-	-	-	-	-	-	4.243.056
Passivos financeiros detidos para negociação	1.881.329	-	-	-	-	-	-	1.881.329
Recursos de outras instituições de crédito	5.548.778	700.890	-	14.723	-	715.613	(715.613)	5.548.778
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.011.903	-	-	124.429	-	124.429	1.424	20.137.756
Responsabilidades representadas por títulos	4.083.917	-	-	-	-	-	-	4.083.917
Derivados de cobertura	241.543	-	-	-	-	-	-	241.543
Provisões	86.158	-	-	-	-	-	-	86.158
Passivos por impostos correntes	8.742	450	-	-	-	450	-	9.192
Passivos por impostos diferidos	78.715	-	-	-	-	-	16.164	94.879
Passivos subordinados	4.307	-	-	-	-	-	-	4.307
Instrumentos representativos de capital	214.605	-	-	-	-	-	-	214.605
Outros passivos	505.319	171	-	2.172	150	2.493	105.627	613.439
<b>Total do Passivo</b>	<b>36.908.372</b>	<b>701.511</b>	<b>-</b>	<b>141.324</b>	<b>150</b>	<b>842.985</b>	<b>(592.398)</b>	<b>37.158.959</b>
<b>Capital próprio</b>								
Capital próprio atribuível aos accionistas	2.757.147	378.825	121.995	16.356	39.683	556.859	(1.138.100)	2.175.906
Interesses minoritários	684	-	-	263.583	299.391	562.974	(808)	562.850
<b>Total do capital próprio</b>	<b>2.757.831</b>	<b>378.825</b>	<b>121.995</b>	<b>279.939</b>	<b>339.074</b>	<b>1.119.833</b>	<b>(1.138.908)</b>	<b>2.738.756</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>39.666.203</b>	<b>1.080.336</b>	<b>121.995</b>	<b>421.263</b>	<b>339.224</b>	<b>1.962.818</b>	<b>(1.731.306)</b>	<b>39.897.715</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31/12/2013						Entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Actividade internacional				Total		
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros			
<b>Activo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	337.841	-	-	-	-	-	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	552.432	1.566	-	5.479	438	7.483	(6.994)	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.115	-	-	-	-	-	-	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	4.382.253	1.186.994	-	-	-	1.186.994	(1.186.994)	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	3.270.749	50.000	-	424.659	327.238	801.897	(801.676)	3.270.970
Crédito a clientes	26.107.521	-	-	-	-	-	-	26.107.521
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	-	-	-	199.427
Activos não correntes detidos para venda	206.943	-	-	-	-	-	-	206.943
Propriedades de investimento	467.949	-	-	-	-	-	-	467.949
Outros activos tangíveis	318.636	2	-	-	24	26	-	318.662
Activos intangíveis	52.468	-	-	-	-	-	-	52.468
Investimentos em associadas	32.334	-	115.396	-	-	115.396	-	147.730
Activos por impostos correntes	17.458	-	-	-	-	-	-	17.458
Activos por impostos diferidos	540.675	-	-	-	-	-	-	540.675
Outros activos	257.890	5.500	-	1.175	694	7.369	(6.664)	258.595
<b>Total do Activo Líquido</b>	<b>38.693.691</b>	<b>1.244.062</b>	<b>115.396</b>	<b>431.313</b>	<b>328.394</b>	<b>2.119.165</b>	<b>(2.002.328)</b>	<b>38.810.528</b>
<b>Passivo</b>								
Recursos de bancos centrais	6.241.410	-	-	-	-	-	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	-	-	-	-	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	4.175.058	704.921	-	6.676	-	711.597	(711.597)	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.568.824	-	-	138.177	-	138.177	-	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	2.534.161	-	-	-	-	-	-	2.534.161
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	-	-	-	370.684
Provisões	62.039	-	-	-	-	-	-	62.039
Passivos por impostos correntes	13.475	-	-	-	-	-	838	14.313
Passivos por impostos diferidos	41.990	-	-	-	-	-	16.534	58.524
Passivos subordinados	4.307	-	-	-	-	-	-	4.307
Outros passivos	290.702	140.767	-	1.935	178	142.880	(140.682)	292.900
<b>Total do Passivo</b>	<b>35.922.418</b>	<b>845.688</b>	<b>-</b>	<b>146.788</b>	<b>178</b>	<b>992.654</b>	<b>(834.907)</b>	<b>36.080.165</b>
<b>Capital próprio</b>								
Capital próprio atribuível aos accionistas	2.535.536	398.374	115.396	23.485	29.623	566.878	(1.167.421)	1.934.993
Interesses minoritários	235.737	-	-	261.040	298.593	559.633	-	795.370
<b>Total do capital próprio</b>	<b>2.771.273</b>	<b>398.374</b>	<b>115.396</b>	<b>284.525</b>	<b>328.216</b>	<b>1.126.511</b>	<b>(1.167.421)</b>	<b>2.730.363</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>38.693.691</b>	<b>1.244.062</b>	<b>115.396</b>	<b>431.313</b>	<b>328.394</b>	<b>2.119.165</b>	<b>(2.002.328)</b>	<b>38.810.528</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2014 e 2013, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	30-06-2014						Entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Actividade internacional				Total		
	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros				
Juros e rendimentos similares	621.301	21.112	-	11.689	6.734	39.535	(39.528)	621.308
Juros e encargos similares	(353.489)	(7.445)	-	(1.568)	-	(9.013)	7.468	(355.034)
<b>Margem financeira</b>	<b>267.812</b>	<b>13.667</b>	<b>-</b>	<b>10.121</b>	<b>6.734</b>	<b>30.522</b>	<b>(32.060)</b>	<b>266.274</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	1.138	-	-	-	-	-	-	1.138
Rendimentos de serviços e comissões	165.078	5.250	-	-	556	5.806	(5.806)	165.078
Encargos com serviços e comissões	(28.334)	(20)	-	-	(496)	(516)	394	(28.456)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(111.731)	-	-	-	-	-	-	(111.731)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	185.244	240	-	-	-	240	(240)	185.244
Resultados de reavaliação cambial	2.264	-	-	(35)	-	(35)	-	2.229
Resultados de alienação de outros activos	4.146	-	-	-	-	-	2	4.148
Outros resultados de exploração	(14.287)	-	-	-	(29)	(29)	(11)	(14.327)
<b>Produto bancário</b>	<b>471.330</b>	<b>19.137</b>	<b>-</b>	<b>10.086</b>	<b>6.765</b>	<b>35.988</b>	<b>(37.721)</b>	<b>469.597</b>
Custos com o pessoal	(134.942)	(109)	-	(97)	(291)	(497)	12	(135.427)
Gastos gerais administrativos	(68.482)	(193)	-	(48)	(116)	(357)	27	(68.812)
Amortizações do período	(39.719)	(1)	-	-	(11)	(12)	1	(39.730)
Provisões líquidas de anulações	(28.030)	-	-	-	-	-	-	(28.030)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(72.244)	-	-	-	-	-	-	(72.244)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	35	-	-	-	-	-	(1)	34
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(13.684)	-	-	-	-	-	-	(13.684)
Resultados de associadas	1.061	-	5.804	-	-	5.804	78	6.943
<b>Resultados antes de impostos e de interesses minoritários</b>	<b>115.325</b>	<b>18.834</b>	<b>5.804</b>	<b>9.941</b>	<b>6.347</b>	<b>40.926</b>	<b>(37.604)</b>	<b>118.647</b>
Impostos correntes	(17.785)	(2.356)	-	(2)	(6)	(2.364)	399	(19.750)
Impostos diferidos	(17.981)	-	-	-	-	-	371	(17.610)
<b>Resultado após impostos e antes de interesses minoritários</b>	<b>79.559</b>	<b>16.478</b>	<b>5.804</b>	<b>9.939</b>	<b>6.341</b>	<b>38.562</b>	<b>(36.834)</b>	<b>81.287</b>
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	2	2
<b>Resultado consolidado do período atribuível aos accionistas do Banco</b>	<b>79.559</b>	<b>16.478</b>	<b>5.804</b>	<b>9.939</b>	<b>6.341</b>	<b>38.562</b>	<b>(36.836)</b>	<b>81.285</b>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	30/06/2013							Total consolidado
	Portugal	Actividade internacional				Total	Entre segmentos	
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros			
Juros e rendimentos similares	644.105	35.320	-	13.373	1	48.694	(48.599)	644.200
Juros e encargos similares	(394.822)	(5.394)	-	(2.905)	-	(8.299)	5.554	(397.567)
<b>Margem financeira</b>	<b>249.283</b>	<b>29.926</b>	<b>-</b>	<b>10.468</b>	<b>1</b>	<b>40.395</b>	<b>(43.045)</b>	<b>246.633</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	1.032	-	-	-	-	-	-	1.032
Rendimentos de serviços e comissões	200.885	114	-	-	-	114	(114)	200.885
Encargos com serviços e comissões	(27.317)	(35)	-	-	(121)	(156)	35	(27.438)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	7.513	-	-	(10)	-	(10)	6	7.509
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(827)	-	-	-	-	-	-	(827)
Resultados de reavaliação cambial	1.706	-	-	(38)	-	(38)	61	1.729
Resultados de alienação de outros activos	1.146	-	-	-	-	-	-	1.146
Outros resultados de exploração	(7.691)	-	-	-	(42)	(42)	(2)	(7.735)
<b>Produto bancário</b>	<b>425.730</b>	<b>30.005</b>	<b>-</b>	<b>10.420</b>	<b>(162)</b>	<b>40.263</b>	<b>(43.059)</b>	<b>422.934</b>
Custos com o pessoal	(138.588)	(95)	-	(100)	(310)	(505)	-	(139.093)
Gastos gerais administrativos	(66.383)	(164)	-	(54)	(123)	(341)	(1)	(66.725)
Amortizações do período	(30.624)	-	-	-	-	-	-	(30.624)
Provisões líquidas de anulações	4.224	-	-	-	-	-	-	4.224
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(124.123)	-	-	-	-	-	-	(124.123)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(4.988)	-	-	-	-	-	-	(4.988)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(22.569)	-	-	-	-	-	-	(22.569)
Resultados de associadas	528	-	5.956	-	-	5.956	-	6.484
<b>Resultados antes de impostos e de interesses minoritários</b>	<b>43.207</b>	<b>29.746</b>	<b>5.956</b>	<b>10.266</b>	<b>(595)</b>	<b>45.373</b>	<b>(43.060)</b>	<b>45.520</b>
Impostos correntes	(7.357)	(4.207)	-	-	-	(4.207)	-	(11.564)
Impostos diferidos	(10.260)	487	-	-	-	487	-	(9.773)
<b>Resultado após impostos e antes de interesses minoritários</b>	<b>25.590</b>	<b>26.026</b>	<b>5.956</b>	<b>10.266</b>	<b>(595)</b>	<b>41.653</b>	<b>(43.060)</b>	<b>24.183</b>
Interesses minoritários	2	-	-	-	-	-	(4)	(2)
<b>Resultado consolidado do período atribuível aos accionistas do BST</b>	<b>25.592</b>	<b>26.026</b>	<b>5.956</b>	<b>10.266</b>	<b>(595)</b>	<b>41.653</b>	<b>(43.064)</b>	<b>24.181</b>

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3. deste Anexo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

## 4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO/EXERCÍCIO

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respectivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) directa		Participação (%) efectiva		Activo líquido		Capitais próprios		Resultado do período/exercício	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	-	-	100,00	100,00	41.251.207	40.260.305	1.763.296	1.471.117	78.069	2.449
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A. <sup>(3)</sup>	-	-	24,96	24,99	1.487.170	1.371.384	254.117	247.304	28.758	52.120
TOTTA & AÇORES FINANCING <sup>(1) (5)</sup>	100,00	100,00	100,00	100,00	305.608	311.787	305.608	311.787	6.180	12.360
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	100,00	100,00	33.035	32.592	33.028	32.578	133	320
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	100,00	100,00	100,00	100,00	1.196	1.180	1.052	1.014	28	47
TOTTA IRELAND, PLC <sup>(4)</sup>	100,00	100,00	100,00	100,00	1.079.390	1.011.636	378.826	298.037	16.478	2.732
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	100.196	110.807	74.437	74.397	40	4.933
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. <sup>(2)</sup>	100,00	100,00	100,00	100,00	121.510	114.033	116.129	110.246	332	1.997
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. <sup>(3)</sup>	-	-	25,78	25,81	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	15.905	49.795	15.819	49.417	11	7.784
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO <sup>(1) (6)</sup>	100,00	100,00	100,00	100,00	421.263	431.322	279.938	284.486	11.577	20.457
TAXAGEST, SGPS, S.A.	99,00	99,00	99,90	99,00	55.849	55.731	55.843	55.724	119	761
PARTANG, SGPS, S.A. <sup>(3) (8)</sup>	0,49	0,49	49,00	49,00	156.987	152.642	155.577	140.714	11.818	25.616
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. <sup>(3)</sup>	21,50	21,50	21,50	21,50	313.780	315.889	89.528	89.696	5.232	9.785
HIPOTOTTA nº 1 PLC	-	-	-	-	185.565	194.678	(1.572)	(1.654)	82	(152)
HIPOTOTTA nº 4 PLC	-	-	-	-	1.114.946	1.147.748	(11.702)	(13.619)	1.916	(2.036)
HIPOTOTTA nº 5 PLC	-	-	-	-	951.864	972.764	(7.573)	(8.404)	831	(1.155)
LEASETOTTA nº 1 Ltd	-	-	-	-	383.236	428.640	(8.770)	(13.187)	2.090	3.434
HIPOTOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	169.082	179.215	168.363	178.077	-	(24)
HIPOTOTTA nº 4 FTC	-	-	-	-	1.071.181	1.107.500	1.070.025	1.104.994	405	(1.035)
HIPOTOTTA nº 5 FTC	-	-	-	-	928.728	953.003	923.438	947.977	308	(1.932)
LEASETOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	303.576	347.423	302.371	350.252	-	(1.599)
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto <sup>(7)</sup>	75,77	71,60	75,70	71,60	448.202	477.098	336.330	360.442	(17.784)	(28.670)
SANTANDER MULTIOBRIGAÇÕES - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável <sup>(7)</sup>	64,54	64,32	64,54	64,32	388.336	374.590	375.409	371.951	4.692	8.824

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a actividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação é como segue:

Empresa	Actividade	Sede	Método de Consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Lisboa	Matriz
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A. <sup>(3)</sup>	Bancária	Luanda	Equivalência patrimonial
TOTTA & AÇORES FINANCING <sup>(1) (5)</sup>	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA IRELAND, PLC <sup>(4)</sup>	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Funchal	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. <sup>(2)</sup>	Gestão de propriedades	Lisboa	Integral
BNIM - Sociedade Imobiliária, S.A. <sup>(3)</sup>	Promoção imobiliária	Lisboa	Equivalência patrimonial
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	Integral
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO <sup>(1) (8)</sup>	Bancária	Porto Rico	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	Integral
PARTANG, SGPS, S.A. <sup>(3) (8)</sup>	Gestão de participações sociais	Lisboa	Equivalência patrimonial
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. <sup>(3)</sup>	Emissão e gestão de cartões de crédito	Lisboa	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA nº 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
LEASETOTTA nº 1 Ltd	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 1 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
LEASETOTTA nº 1 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
NOVMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto <sup>(7)</sup>	Gestão de fundos	Lisboa	Integral
SANTANDER MULTIOBRIGAÇÕES - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável <sup>(7)</sup>	Gestão de fundos	Lisboa	Integral

- (1) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de acções preferenciais com natureza de capital que foram subscritas por entidades do Grupo Santander (Nota 28).
- (2) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de mEuros 99.760.
- (3) Valorizada pelo método da equivalência patrimonial.
- (4) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro, os montantes reflectidos nas colunas do “Resultado do período / exercício” correspondem ao resultado líquido apurado no período compreendido entre 1 de Dezembro de 2013 e 30 de Junho de 2014 e 1 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2013. No período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2014 e 2013, o resultado líquido da Totta Ireland, Plc. ascendeu amEuros 13.746 e mEuros 29.436.
- (5) O capital desta subsidiária está representado por 50.000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 Euro cada e por 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 0,01%.
- (6) O capital desta subsidiária está representado por 5.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares dos Estados Unidos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 1,37%.
- (7) Estas entidades foram consolidadas pela primeira vez durante o exercício de 2013, em virtude do Banco deter mais de 50% das suas unidades de participação em circulação.
- (8) A consolidação desta Sociedade foi efectuada com base nas demonstrações financeiras de 31 de Maio de 2014.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua actividade, nomeadamente, as obrigações emitidas por aquelas entidades com maior grau de subordinação (Nota 45). Aquelas entidades estão acima identificadas como Leasetotta ou Hipototta FTC (fundos de titularização de créditos) e Hipototta PLC ou Leasetotta Ltd (entidades que subscreveram as unidades de participação dos fundos de titularização).

Durante o exercício de 2013, o Banco reforçou a sua participação no Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Novimovest, gerido pela Santander Asset Management, SGFIM, S.A. ("SAM"), passando a deter uma participação superior a 50%. De acordo com a política contabilística adoptada pelo Banco, os fundos de investimento são consolidados (pelo método da consolidação integral) quando existir controlo, ou seja, quando forem detidas mais de 50% das suas unidades de participação.

A partir de 1 de Julho de 2013, o Banco passou a consolidar aquele Fundo.

Pelos motivos acima referidos, o Banco procedeu igualmente em 31 de Dezembro de 2013 à consolidação do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações, igualmente gerido pela SAM.

Em 31 de Dezembro de 2013, os Fundos consolidados pela primeira vez durante o exercício, a sua actividade, a percentagem de participação detida pelo Banco e o montante suportado com a sua aquisição, eram como segue:

Entidade	Actividade desenvolvida	% de participação	Montante pago
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto - Novimovest	Fundo de investimento imobiliário	71,60%	275.910
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável - Santander Multiobrigações	Fundo de investimento mobiliário	64,32%	239.249

Dado que as unidades de participação nos fundos de investimento acima referidos eram registadas pelo seu justo valor, apurado com base no valor da unidade de participação divulgado periodicamente pela SAM junto da Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários, e dado que a totalidade das subscrições das unidades de participação foram efectuadas com base naquela fonte de valorização, não foi gerado goodwill nestas aquisições. Por outro lado, todas as subscrições de unidades de participação naqueles fundos tiveram como contrapartida numerário.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o balanço daqueles Fundos apresentava a seguinte composição:

	30-06-2014			31-12-2013		
	Novimovest	Multiobrigações	Total	Novimovest	Multiobrigações	Total
Carteira de títulos	2.979	342.297	345.276	3.151	344.421	347.572
Carteira de imóveis	420.609	-	420.609	449.758	-	449.758
Contas de terceiros	23.614	10.334	33.948	23.257	-	23.257
Disponibilidades	516	34.566	35.082	513	28.150	28.663
Acréscimos e diferimentos	483	1.139	1.622	419	2.019	2.438
	<u>448.201</u>	<u>388.336</u>	<u>836.537</u>	<u>477.098</u>	<u>374.590</u>	<u>851.688</u>
Capital do Fundo	336.330	375.409	711.739	360.442	371.951	732.393
Ajustamentos e provisões	5.485	1.526	7.011	5.285	580	5.865
Contas de terceiros	101.867	11.343	113.210	104.260	1.718	105.978
Acréscimos e diferimentos	4.519	58	4.577	7.111	341	7.452
	<u>448.201</u>	<u>388.336</u>	<u>836.537</u>	<u>477.098</u>	<u>374.590</u>	<u>851.688</u>

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o resultado líquido consolidado inclui um prejuízo de mEuros 13.476 e mEuros 18.428, respectivamente, atribuível ao Fundo Novimovest.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em Dezembro de 2013, o Banco, através da Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A., procedeu à alienação de 100% das acções que detinha na Santander Asset Management, SGFIM, S.A. e na Santander Pensões, S.A. a uma entidade do Grupo Santander, tendo registado um ganho de mEuros 12.588, o qual foi apurado da seguinte forma:

	Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Santander Pensões, S.A.	Total
Activos líquidos alienados	25.440	3.472	28.912
Montante recebido em numerário	37.400	4.100	41.500
Ganho apurado na operação			12.588

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Caixa	182.037	221.706
Depósitos à ordem em bancos centrais:		
Banco Central Europeu	881.261	116.135
	-----	-----
	1.063.298	337.841
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Cheques a cobrar	59.644	54.077
Depósitos à ordem	682	756
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	185.768	496.556
Cheques a cobrar	1.169	1.532
	-----	-----
	247.263	552.921
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, as sub rubricas de “Cheques a cobrar” correspondem a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito, os quais, em geral, são compensados nos dias úteis seguintes.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem” incluía um depósito à ordem no montante de mEuros 67.831 e mEuros 165.375, respectivamente, o qual é mobilizável à medida do cumprimento de determinadas obrigações assumidas perante terceiros.

7. ACTIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<u>Activos financeiros detidos para negociação</u>		
Derivados com justo valor positivo	1.875.808	1.599.893
Títulos – Instrumentos de dívida	337.938	346.070
Títulos - Unidades de participação	2.979	3.152
	-----	-----
	2.216.725	1.949.115
	=====	=====
<u>Passivos financeiros detidos para negociação</u>		
Derivados com justo valor negativo	( 1.881.329 )	( 1.619.768 )
	-----	-----
Saldo líquido do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	( 5.521 )	( 19.875 )
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, as rubricas de “Instrumentos financeiros derivados” têm a seguinte composição:

	30-06-2014			31-12-2013		
	Activo	Passivo	Líquido (Nota 11)	Activo	Passivo	Líquido (Nota 11)
Forwards	14	14	-	1.250	1.311	(61)
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	5.453	3.428	2.025	1.119	7.400	(6.281)
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	1.468.389	1.476.687	(8.298)	1.203.389	1.217.597	(14.208)
Contratos sobre cotações (equity swaps)	103.889	103.195	694	76.883	76.233	650
Opções	119.171	119.172	(1)	137.907	137.912	(5)
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	178.892	178.833	59	179.345	179.315	30
	<u>1.875.808</u>	<u>1.881.329</u>	<u>(5.521)</u>	<u>1.599.893</u>	<u>1.619.768</u>	<u>(19.875)</u>

Em 30 de Junho de 2014, as rubricas de activos e passivos de “Instrumentos financeiros derivados” encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, mEuros 132.500 e de mEuros 112.800, respectivamente, de “Credit Value Adjustments” e de “Debit Value Adjustments”. Em 31 de Dezembro de 2013, as rubricas de activos e passivos de “Instrumentos financeiros derivados” encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, mEuros 187.800 e de mEuros 168.000, respectivamente, de “Credit Value Adjustments” e de “Debit Value Adjustments”.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos “back-to-back” com o Banco Santander, S.A..

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Títulos – Instrumentos de dívida” apresentava a seguinte composição:

Descrição	30-06-2014	31-12-2013
Emitidos por residentes		
De dívida pública portuguesa	18.391	76.613
De outros	34.615	23.583
Emitidos por não residentes		
De emissores públicos estrangeiros	42.555	7.667
De outros	242.377	238.207
	<u>337.938</u>	<u>346.070</u>

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Títulos - Unidades de participação” corresponde ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maxirent.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30/06/2014							Valor de balanço
	Custo de aquisição	Juros a receber	Correcções de valor por operações de cobertura	Reserva de justo valor			Imparidade (Nota 22)	
				Positiva	Negativa	Total (Nota 26)		
<b>Instrumentos de dívida</b>								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	4.591.232	87.902	113.582	53.228	(38.184)	15.044	(124)	4.807.636
Outros emissores públicos nacionais	477.502	1.048	-	12.664	(600)	12.064	-	490.614
Outros residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	83.080	78	-	-	(8.698)	(8.698)	-	74.460
Dívida não subordinada	657.819	6.453	-	30.196	(7.136)	23.060	(231)	687.101
Dívida subordinada	134.865	29	-	-	(2.947)	(2.947)	(7.966)	123.981
Emitidos por não residentes								
De emissores públicos estrangeiros	307.321	2.121	45.451	16	(4.831)	(4.815)	-	350.078
Outros não residentes								
Dívida não subordinada	118.262	1.874	-	6.561	-	6.561	-	126.697
<b>Instrumentos de capital</b>								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	152.127	-	-	464	(3.866)	(3.402)	(45.935)	102.790
Valorizados ao custo histórico	19.677	-	-	-	-	-	(6.677)	13.000
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	16	-	-	-	-	-	-	16
Valorizados ao custo histórico	1.206	-	-	-	-	-	(746)	460
	<b>6.543.107</b>	<b>99.505</b>	<b>159.033</b>	<b>103.129</b>	<b>(66.262)</b>	<b>36.867</b>	<b>(61.679)</b>	<b>6.776.833</b>

	31-12-2013							Valor de balanço
	Custo de aquisição	Juros a receber	Correcções de valor por operações de cobertura	Reserva de justo valor			Imparidade (Nota 22)	
				Positiva	Negativa	Total (Nota 26)		
<b>Instrumentos de dívida</b>								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	2.130.470	29.161	105.608	106	(136.469)	(136.363)	(231)	2.128.645
Outros emissores públicos nacionais	479.002	1.119	-	13.155	(1.456)	11.699	-	491.820
Outros residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	86.505	87	-	-	(23.349)	(23.349)	-	63.243
Dívida não subordinada	416.584	8.013	-	7.662	(11.220)	(3.558)	(231)	420.808
Dívida subordinada	128.233	36	-	-	(7.256)	(7.256)	(11.193)	109.820
Emitidos por não residentes								
De emissores públicos estrangeiros	1.007.249	23.108	120.005	109	(75.105)	(74.996)	-	1.075.366
<b>Instrumentos de capital</b>								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	121.633	-	-	374	(326)	48	(42.655)	79.026
Valorizados ao custo histórico	19.732	-	-	-	-	-	(6.683)	13.049
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	16	-	-	-	-	-	-	16
Valorizados ao custo histórico	1.205	-	-	-	-	-	(745)	460
	<b>4.390.629</b>	<b>61.524</b>	<b>225.613</b>	<b>21.406</b>	<b>(255.181)</b>	<b>(233.775)</b>	<b>(61.738)</b>	<b>4.382.253</b>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, as rubricas de Obrigações do Tesouro e de emissores públicos estrangeiros incluem valias reconhecidas em resultados nos montantes de mEuros 159.033 e mEuros 225.613, respectivamente, relativas a correcções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro. Estes títulos apresentam as seguintes características:

Descrição	30/06/2014							Valor de balanço
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas			Imparidade	
				Positiva	Negativa	Total		
Obrigações do Tesouro - Portugal								
. Com vencimento a um ano	648.109	16.541	4.644	992	-	992	-	670.286
. Com vencimento entre três e cinco anos	130.000	288	19.472	-	(5.017)	(5.017)	-	144.743
. Com vencimento entre cinco e dez anos	3.812.637	71.069	89.466	52.236	(33.167)	19.069	-	3.992.241
Outros	486	4	-	-	-	-	(124)	366
	<u>4.591.232</u>	<u>87.902</u>	<u>113.582</u>	<u>53.228</u>	<u>(38.184)</u>	<u>15.044</u>	<u>(124)</u>	<u>4.807.636</u>
Obrigações do Tesouro - Espanha								
. Com vencimento entre cinco e dez anos	300.000	2.040	45.451	-	(4.831)	(4.831)	-	342.660
Outros	7.321	81	-	16	-	16	-	7.418
	<u>307.321</u>	<u>2.121</u>	<u>45.451</u>	<u>16</u>	<u>(4.831)</u>	<u>(4.815)</u>	-	<u>350.078</u>
	<u>4.898.553</u>	<u>90.023</u>	<u>159.033</u>	<u>53.244</u>	<u>(43.015)</u>	<u>10.229</u>	<u>(124)</u>	<u>5.157.714</u>
Descrição	31-12-2013							Valor de balanço
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas			Imparidade	
				Positiva	Negativa	Total		
Obrigações do Tesouro - Portugal								
. Com vencimento a um ano	649.159	4.981	12.388	-	(7.573)	(7.573)	-	658.955
. Com vencimento entre três e cinco anos	517.531	6.447	-	-	(4.195)	(4.195)	-	519.783
. Com vencimento entre cinco e dez anos	675.000	17.728	93.220	-	(124.701)	(124.701)	-	661.247
Bilhetes do Tesouro - Portugal	288.293	-	-	106	-	106	-	288.399
Outros	487	5	-	-	-	-	(231)	261
	<u>2.130.470</u>	<u>29.161</u>	<u>105.608</u>	<u>106</u>	<u>(136.469)</u>	<u>(136.363)</u>	<u>(231)</u>	<u>2.128.645</u>
Obrigações do Tesouro - Espanha								
. Com vencimento entre cinco e dez anos	1.000.000	23.028	120.005	-	(75.105)	(75.105)	-	1.067.928
Outros	7.249	80	-	109	-	109	-	7.438
	<u>1.007.249</u>	<u>23.108</u>	<u>120.005</u>	<u>109</u>	<u>(75.105)</u>	<u>(74.996)</u>	-	<u>1.075.366</u>
	<u>3.137.719</u>	<u>52.269</u>	<u>225.613</u>	<u>215</u>	<u>(211.574)</u>	<u>(211.359)</u>	<u>(231)</u>	<u>3.204.011</u>

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o Banco detém na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha no montante de mEuros 3.742.885 e mEuros 2.667.438, respectivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 19).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Instrumentos de dívida – Emitidos por residentes - Outros residentes” inclui, entre outros, os seguintes títulos:

Descrição	30/06/2014				31/12/2013					
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Adquiridos no âmbito de operações de titularização										
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES 2025	83.030	78	(8.678)	-	74.430	86.455	87	(23.329)	-	63.213
Outros	50	-	(20)	-	30	50	-	(20)	-	30
	<u>83.080</u>	<u>78</u>	<u>(8.698)</u>	<u>-</u>	<u>74.460</u>	<u>86.505</u>	<u>87</u>	<u>(23.349)</u>	<u>-</u>	<u>63.243</u>
Dívida não subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.75% JAN/2018	252.353	4.209	18.650	-	275.212	199.820	7.144	6.521	-	213.485
BANCO COMERCIAL PORTUGUES 22/06/2017	106.450	117	3.345	-	109.912	-	-	-	-	-
GALP ENERGIA 2013/2017	99.339	456	3.406	-	103.201	99.226	446	1.141	-	100.813
CGD 3% 2014/2019	49.960	686	3.188	-	53.834	-	-	-	-	-
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	35.000	103	(1.090)	-	34.013	35.000	98	(2.295)	-	32.803
GALP ENERGIA SGPS SA-4.125-25/01	23.970	412	913	-	25.295	-	-	-	-	-
OBRIGACOES ZON MULTIMEDIA 2014	24.300	45	24	-	24.369	24.300	50	(294)	-	24.056
BERWIND II P- CONSULTORIA SENIOR A	29.072	28	(4.920)	-	24.180	29.956	32	(5.845)	-	24.143
EDIA 2010/2030	19.250	228	292	-	19.770	19.250	227	(1.413)	-	18.064
Outros	18.125	169	(748)	(231)	17.315	9.032	16	(1.373)	(231)	7.444
	<u>657.819</u>	<u>6.453</u>	<u>23.060</u>	<u>(231)</u>	<u>687.101</u>	<u>416.584</u>	<u>8.013</u>	<u>(3.558)</u>	<u>(231)</u>	<u>420.808</u>
Dívida subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.875% 2017	117.970	26	-	(7.966)	110.030	111.360	32	-	(11.193)	100.199
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	14.000	1	(1.916)	-	12.085	14.000	2	(5.150)	-	8.852
Outros	2.895	3	(1.031)	-	1.867	2.873	2	(2.106)	-	769
	<u>134.865</u>	<u>29</u>	<u>(2.947)</u>	<u>(7.966)</u>	<u>123.981</u>	<u>128.233</u>	<u>36</u>	<u>(7.256)</u>	<u>(11.193)</u>	<u>109.820</u>

No último trimestre de 2012, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. obrigações subordinadas emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. por mEuros 15.674 acima do respectivo justo valor. Na sequência desta operação, o Banco registou perdas por imparidade no mesmo montante. Durante o primeiro semestre de 2014 e durante o exercício de 2013, o Banco reverteu mEuros 3.227 e mEuros 4.481, respectivamente, de perdas de imparidade naquele título em virtude da sua valorização.

Com referência a 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Instrumentos de capital” inclui os seguintes títulos:

Descrição	30-06-2014			31-12-2013				
	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao justo valor								
FUNDO SOLUÇÃO A ARRENDAMENTO	28.915	(954)	-	27.961	24.915	(319)	-	24.596
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	31.707	-	(6.209)	25.498	28.491	-	(3.850)	24.641
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	26.379	-	(2.763)	23.616	26.379	-	(1.998)	24.381
BANCO BPI, SA	21.502	(2.886)	-	18.616	-	-	-	-
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S.A.	1.641	73	-	1.714	1.759	51	-	1.810
Outros	8.603	365	(3.567)	5.401	6.690	316	(3.392)	3.614
Titulos com imparidade a 100%	33.396	-	(33.396)	-	33.415	-	(33.415)	-
	<u>152.143</u>	<u>(3.402)</u>	<u>(45.935)</u>	<u>102.806</u>	<u>121.649</u>	<u>48</u>	<u>(42.655)</u>	<u>79.042</u>
Valorizados ao custo histórico								
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS S.A.	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. (ex-AENOR)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(531)	3.218
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. (Prestações Suplementares) (ex-AENOR)	3,749	-	(531)	3,218	3,749	-	(531)	3,218
Outros	4.898	-	(1.335)	3.563	4.951	-	(1.339)	3.612
Titulos com imparidade a 100%	5.026	-	(5.026)	-	5.027	-	(5.027)	-
	<u>20.883</u>	<u>-</u>	<u>(7.423)</u>	<u>13.460</u>	<u>20.937</u>	<u>-</u>	<u>(7.428)</u>	<u>13.509</u>

No primeiro semestre de 2014 e no exercício de 2013, o Banco respondeu a chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR nos montantes de mEuros 3.216 e mEuros 3.477, respectivamente. Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o Banco detinha em carteira 31.698 e 28.484 unidades de participação correspondentes a 4,12% do capital daquele Fundo.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o Banco detinha 5.859.611 e 5.020.942 de unidades de participação do Fundo Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional nos montantes de mEuros 27.961 e mEuros 24.596, respectivamente, as quais foram subscritas através do pagamento em numerário de mEuros 2 e o remanescente através da entrega de imóveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No primeiro semestre de 2014, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. ações do Banco BPI, S.A. no montante de mEuros 21.502, as quais em 30 de Junho de 2014 ascendem a mEuros 18.616.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	30/06/2014				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	1.116.710	3.623	154.389	(61.345)	1.213.377
. Entre 25% e 50%	2.945	3	-	(1.051)	1.897
	<u>1.119.655</u>	<u>3.626</u>	<u>154.389</u>	<u>(62.396)</u>	<u>1.215.274</u>
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	51.027	-	-	(3.866)	47.161
	<u>1.170.682</u>	<u>3.626</u>	<u>154.389</u>	<u>(66.262)</u>	<u>1.262.435</u>
	31-12-2013				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	2.968.000	52.608	225.613	(224.250)	3.021.971
. Entre 25% e 50%	100.505	88	-	(28.500)	72.093
. Superior a 50%	2.873	3	-	(2.105)	771
	<u>3.071.378</u>	<u>52.699</u>	<u>225.613</u>	<u>(254.855)</u>	<u>3.094.835</u>
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	24.988	-	-	(326)	24.662
	<u>3.096.366</u>	<u>52.699</u>	<u>225.613</u>	<u>(255.181)</u>	<u>3.119.497</u>

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2014	31-12-2013
Aplicações no Banco Central Europeu	-	1.600.000
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	200.000	200.407
Empréstimos	24.215	36.522
Juros a receber	3.657	3.523
	<u>227.872</u>	<u>240.452</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	860.942	1.158.953
Aplicações a muito curto prazo	178.016	68.797
Outras aplicações	171.997	172.463
Juros a receber	15.060	30.305
	<u>1.226.015</u>	<u>1.430.518</u>
	<u>1.453.887</u>	<u>3.270.970</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações” inclui contas margem de mEuros 103.364 e de mEuros 172.446, respectivamente.

10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	3.803.123	3.898.652
Crédito em conta corrente	909.761	1.011.146
Créditos tomados	1.005.582	995.271
Locação financeira	472.768	460.387
Descobertos	144.040	105.260
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	146.356	144.180
Outros créditos	20.145	20.309
A particulares		
Habitação	12.350.075	12.554.234
Consumo e outros	1.718.022	1.722.630
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	153.672	132.935
Créditos tomados	56.892	57.974
Crédito em conta corrente	9.934	11.615
Locação financeira	1.776	2.282
Descobertos	53	440
Outros créditos	3.004	3.231
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	206	128
A particulares		
Habitação	346.550	361.067
Consumo e outros	30.041	32.147
	-----	-----
	21.172.000	21.513.888
	-----	-----
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada emitidos		
Papel comercial e obrigações	2.049.557	2.003.612
	-----	-----
Activos titularizados não desreconhecidos (Nota 45)		
Empresas		
Locação financeira		
. Leasetotta nº 1	293.792	335.458
Particulares		
Empréstimos		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 1	167.867	177.830
. Hipototta nº 4	1.068.089	1.103.384
. Hipototta nº 5	921.451	945.687
Locação financeira		
. Leasetotta nº 1	138	206
	-----	-----
	2.451.337	2.562.565
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	40.021	61.292
Há mais de 90 dias	1.017.527	948.738
Activos titularizados não desreconhecidos	61.812	63.934
	-----	-----
	1.119.360	1.073.964
	-----	-----
	26.792.254	27.154.029
	-----	-----
Juros a receber		
Crédito não titulado	44.515	47.101
Crédito titulado	6.182	4.791
Activos titularizados não desreconhecidos	3.111	3.165
Despesas com encargo diferido	72.644	77.414
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	( 99.537 )	( 105.303 )
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	4.383	4.200
	-----	-----
	31.298	31.368
	-----	-----
	26.823.552	27.185.397
	-----	-----
Imparidade em crédito a clientes (Nota 22)	( 1.135.165 )	( 1.077.876 )
	-----	-----
	25.688.387	26.107.521
	=====	=====

No exercício de 2013 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas que na sua maioria já tinham sido abatidos ao activo. Como resultado destas operações foram registados naquele exercício ganhos líquidos no montante de mEuros 2.321.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica "Crédito interno – A particulares - Habitação" inclui créditos afectos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco nos montantes de mEuros 8.265.621 e mEuros 8.245.739, respectivamente (Nota 21).

O movimento ocorrido na imparidade de crédito a clientes durante os primeiros semestres de 2014 e 2013 é apresentado na Nota 22.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentava o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Até três meses	40.021	61.292
Entre três e seis meses	44.305	32.115
Entre seis meses e um ano	152.016	163.839
Entre um ano e três anos	621.324	627.701
Mais de três anos	261.694	189.017
	-----	-----
	1.119.360	1.073.964
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, considerando a segmentação para efeitos de apuramento de perdas por imparidade do Banco, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2014</u>		
	<u>Crédito</u> <u>vencido</u>	<u>Crédito</u> <u>vivo</u>	<u>Crédito</u> <u>total</u>
Crédito concedido a empresas			
· Sem indícios de imparidade	-	8.765.698	8.765.698
· Com indícios de imparidade	592.180	461.320	1.053.500
	-----	-----	-----
	592.180	9.227.018	9.819.198
	-----	-----	-----
Crédito à habitação			
· Sem indícios de imparidade	-	13.915.751	13.915.751
· Com indícios de imparidade	336.218	780.948	1.117.166
	-----	-----	-----
	336.218	14.696.699	15.032.917
	-----	-----	-----
Crédito ao consumo			
· Sem indícios de imparidade	-	1.053.107	1.053.107
· Com indícios de imparidade	42.286	50.594	92.880
	-----	-----	-----
	42.286	1.103.701	1.145.987
	-----	-----	-----
Crédito concedido através de cartões de crédito			
· Sem indícios de imparidade	-	249.991	249.991
· Com indícios de imparidade	36.855	4.175	41.030
	-----	-----	-----
	36.855	254.166	291.021
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
· Sem indícios de imparidade	-	332.061	332.061
· Com indícios de imparidade	111.822	59.249	171.070
	-----	-----	-----
	111.822	391.310	503.131
	-----	-----	-----
	<u>1.119.360</u>	<u>25.672.894</u>	<u>26.792.254</u>
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2013		
	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
Crédito concedido a empresas			
· Sem indícios de imparidade	-	9.015.937	9.015.937
· Com indícios de imparidade	562.922	324.947	887.869
	-----	-----	-----
	562.922	9.340.884	9.903.806
	-----	-----	-----
Crédito à habitação			
· Sem indícios de imparidade	-	14.314.279	14.314.279
· Com indícios de imparidade	339.470	664.763	1.004.233
	-----	-----	-----
	339.470	14.979.042	15.318.512
	-----	-----	-----
Crédito ao consumo			
· Sem indícios de imparidade	-	1.047.541	1.047.541
· Com indícios de imparidade	35.496	48.351	83.847
	-----	-----	-----
	35.496	1.095.892	1.131.388
	-----	-----	-----
Crédito concedido através de cartões de crédito			
· Sem indícios de imparidade	-	233.736	233.736
· Com indícios de imparidade	35.152	3.508	38.660
	-----	-----	-----
	35.152	237.244	272.396
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
· Sem indícios de imparidade	-	353.916	353.916
· Com indícios de imparidade	100.924	73.087	174.011
	-----	-----	-----
	100.924	427.003	527.927
	-----	-----	-----
	1.073.964	26.080.065	27.154.029
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)11. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2014			31-12-2013		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	53.692	176.666	(122.974)	46.101	272.356	(226.255)
"Equity swaps"	50.462	28.435	22.027	51.381	37.484	13.897
Opções AutoCallable	112	687	(575)	-	49.951	(49.951)
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	89.111	35.755	53.356	101.945	10.893	91.052
	<b>193.377</b>	<b>241.543</b>	<b>(48.166)</b>	<b>199.427</b>	<b>370.684</b>	<b>(171.257)</b>

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	30/06/2014								
	Valor de balanço	Valor nominal						Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras	-	63.363	54.522	8.166	-	-	126.051	61.590	64.461
. Vendas	-	(63.363)	(54.509)	(8.142)	-	-	(126.014)	(63.271)	(62.743)
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	2.025	1.515.709	-	-	-	-	1.515.709	109.874	1.405.835
. Vendas	-	(1.513.496)	-	-	-	-	(1.513.496)	(1.403.670)	(109.826)
Swaps de taxa de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)									
. Compras	-	-	-	-	56.912	40.435	97.347	97.347	-
. Vendas	-	-	-	-	(56.912)	(40.435)	(97.347)	-	(97.347)
Outros	(8.296)	73.399	164.449	748.829	1.096.057	3.537.349	5.620.083	5.600.753	19.330
Swaps sobre cotações (equity swaps)	694	53.080	2.925	255.095	557.251	1.111.794	1.980.145	1.980.145	-
Opções de moeda									
. Compras	-	23.974	15.239	5.408	-	-	44.621	-	44.621
. Vendas	(1)	23.974	15.239	5.408	-	-	44.621	-	44.621
Opções de cotações									
. Compras	-	-	-	-	332.195	-	332.195	332.195	-
. Vendas	-	-	-	-	332.195	-	332.195	332.195	-
Caps	57	1.997	162	6.702	724.517	1.173.733	1.907.111	1.907.111	-
Floors	-	-	-	-	655.208	470.356	1.125.564	1.125.564	-
	<b>(5.521)</b>	<b>178.637</b>	<b>198.027</b>	<b>1.021.466</b>	<b>3.697.423</b>	<b>6.293.232</b>	<b>11.388.785</b>	<b>10.079.833</b>	<b>1.308.952</b>
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	49.065	10.870	880.110	33.508	155.250	201.224	1.280.962	1.280.962	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(172.039)	-	400.000	-	-	930.000	1.330.000	1.330.000	-
Opções AutoCallable	(575)	1.140	-	-	21.253	-	22.393	22.393	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	22.027	194.682	389.175	694.099	2.193.306	309	3.471.571	3.303.981	167.590
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	53.356	-	-	200.000	1.400.000	1.300.000	2.900.000	2.900.000	-
	<b>(48.166)</b>	<b>206.692</b>	<b>1.669.285</b>	<b>927.607</b>	<b>3.769.809</b>	<b>2.431.533</b>	<b>9.004.926</b>	<b>8.837.336</b>	<b>167.590</b>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Tipo de instrumento financeiro	31/12/2013							Valor nocional	
	Valor de balanço	Valor nocional					Total	Valor nocional	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
<b>1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)</b>									
Forwards									
. Compras	(61)	30.337	58.904	7.202	81	-	96.524	45.471	51.053
. Vendas		(30.306)	(58.916)	(7.214)	(81)	-	(96.517)	(42.220)	(54.297)
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	(6.281)	1.212.071	-	-	-	-	1.212.071	-	1.212.071
. Vendas		(1.218.426)	-	-	-	-	(1.218.426)	(1.218.426)	-
Swaps de taxa de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)									
. Compras	-	-	-	-	19.848	85.295	105.143	105.143	-
. Vendas	-	-	-	-	(19.848)	(85.295)	(105.143)	-	(105.143)
Outros	(14.208)	196.193	373.775	443.024	1.910.362	3.420.108	6.343.462	6.305.502	37.960
Swaps sobre cotações (equity swaps)									
FRA's	-	20.000	-	-	-	-	20.000	20.000	-
Opções de moeda									
. Compras	(5)	13.489	11.956	10.333	-	-	35.778	-	35.778
. Vendas		13.489	11.956	10.333	-	-	35.778	-	35.778
Opções de cotações									
. Compras	-	-	23.079	-	346.590	-	369.669	369.669	-
. Vendas	-	-	23.079	-	346.590	-	369.669	369.669	-
Caps	30	33.214	41.834	2.804	78.768	1.251.253	1.407.873	1.407.873	-
Floors	-	-	53.171	-	6.611	491.948	551.730	523.559	28.171
	(19.875)	330.463	577.945	525.319	3.507.880	6.300.918	11.242.525	10.001.154	1.241.371
<b>2. Instrumentos derivados de cobertura</b>									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	41.625	48.320	46.510	891.120	191.241	212.566	1.389.757	1.389.757	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(267.880)	-	-	400.000	-	1.675.000	2.075.000	2.075.000	-
Opções AutoCallable	(49.951)	62.160	153.520	1.140	21.253	-	238.073	238.073	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	13.897	185.571	207.162	586.121	2.426.063	34.303	3.439.220	3.270.182	169.038
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	91.052	1.000.000	-	-	1.375.000	1.525.000	3.900.000	3.900.000	-
FRA's	-	2.200.000	-	-	-	-	2.200.000	2.200.000	-
	(171.257)	3.496.051	407.192	1.878.381	4.013.557	3.446.869	13.242.050	13.073.012	169.038

O Banco realiza operações de derivados no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura).

O Banco transacciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC – Over-the-counter).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um Master Agreement da ISDA – Internacional Swaps and Derivatives Association. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transacções por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transacções em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a IAS 39, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Imóveis recebidos em dação em pagamento	257.875	268.035
Imóveis de serviço próprio para venda	32.241	28.706
Unidades de participação	18.663	18.663
Equipamento	3.225	4.021
Outros imóveis	100	100
	-----	-----
	312.104	319.525
	-----	-----
Imparidade (Nota 22)	( 113.387 )	( 112.582 )
	-----	-----
	198.717	206.943
	=====	=====

O movimento ocorrido na rubrica de "Activos não correntes detidos para venda" nos primeiros semestres de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	30-06-2014										
	31 de Dezembro de 2013			30 de Junho de 2014							
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Transferências (Nota 14)	Imparidade (Nota 22)			Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
					Dotações	Reposições	Utilizações				
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	268.035	(87.677)	46.383	(56.543)	-	(10.697)	2.516	9.410	257.875	(86.448)	171.427
. Serviço próprio para venda e outros	28.806	(17.978)	39	(653)	4.149	(3.351)	360	603	32.341	(20.366)	11.975
Equipamento	4.021	(2.927)	1.045	(1.841)	-	(1.089)	681	762	3.225	(2.573)	652
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663
	<u>319.525</u>	<u>(112.582)</u>	<u>47.467</u>	<u>(59.037)</u>	<u>4.149</u>	<u>(15.137)</u>	<u>3.557</u>	<u>10.775</u>	<u>312.104</u>	<u>(113.387)</u>	<u>198.717</u>

	30/06/2013										
	31 de Dezembro de 2012			30 de Junho de 2013							
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Transferências (Nota 14)	Imparidade (Nota 22)			Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
					Dotações	Reposições	Utilizações				
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	245.156	(71.078)	89.553	(57.496)	-	(39.062)	15.138	7.948	277.213	(87.054)	190.159
. Serviço próprio para venda	31.528	(15.413)	-	(846)	2.870	(2.493)	-	405	33.552	(17.501)	16.051
Equipamento	5.559	(3.574)	3.902	(3.842)	-	(2.474)	1.381	592	5.619	(4.075)	1.544
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663
	<u>300.906</u>	<u>(94.065)</u>	<u>93.455</u>	<u>(62.184)</u>	<u>2.870</u>	<u>(44.029)</u>	<u>16.519</u>	<u>8.945</u>	<u>335.047</u>	<u>(112.630)</u>	<u>222.417</u>

O Banco tem como objectivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtidos através de prospecção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas sobre os imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas, as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

No exercício de 2011 o Banco recebeu 2.748.238 unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorent, por um montante de mEuros 18.663, na sequência de um acordo de regularização de uma dívida a receber referente a um crédito concedido, tendo registado esse activo na rubrica de "Activos financeiros disponíveis para venda". No entanto, no exercício de 2012 o Banco reclassificou essas unidades de participação para esta rubrica por considerar que as mesmas se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existir a probabilidade da sua alienação ocorrer no curto prazo.

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	420.609	449.758
Hotel	18.191	18.191
	-----	-----
	438.800	467.949
	=====	=====

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Banco passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Imobiliário Novimovest, cujo principal activo são imóveis para arrendamento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentam as seguintes características:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Terrenos		
Urbanizados	38.651	47.809
Não urbanizados	9.378	9.457
Construções acabadas		
Arrendadas	287.292	307.213
Não arrendadas	85.288	85.279
	-----	-----
	420.609	449.758
	=====	=====

Por outro lado, durante o primeiro semestre de 2014 e durante o exercício de 2013, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Rendas	10.154	22.744
Impostos	( 2.022 )	( 4.762 )
Condomínio	( 494 )	( 1.369 )
Conservação e reparação	( 609 )	( 945 )
Seguros	( 141 )	( 316 )
	-----	-----
	6.888	15.352
	=====	=====

Por último, durante o primeiro semestre de 2013, o Banco recebeu em dação em pagamento um hotel avaliado naquela data em mEuros 18.660. Em simultâneo, o Banco celebrou um contrato de locação sobre aquele imóvel pelo prazo de 1 ano renovável automaticamente. Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco actualizou o justo valor daquele imóvel.

O movimento ocorrido na rubrica de “Propriedades de investimento” no primeiro semestre de 2014 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foi como segue:

	<u>30-06-2014</u>					
	Saldo a 31 de Dezembro de 2013	Entradas	Alteração do perímetro de consolidação	Valorização a justo valor	Alienações	Saldo a 30 de Junho de 2014
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	449.758	-	-	(20.338)	(8.811)	420.609
Hotel	18.191	-	-	-	-	18.191
	<u>467.949</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(20.338)</u>	<u>(8.811)</u>	<u>438.800</u>
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	<u>31-12-2013</u>					
	Saldo a 1 de Janeiro de 2013	Entradas	Alteração do perímetro de consolidação	Valorização a justo valor	Alienações	Saldo a 31 de Dezembro de 2013
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	-	-	523.886	(25.978)	(48.150)	449.758
Hotel	-	18.660	-	(469)	-	18.191
	<u>-</u>	<u>18.660</u>	<u>523.886</u>	<u>(26.447)</u>	<u>(48.150)</u>	<u>467.949</u>
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

O efeito da valorização a justo valor das propriedades de investimento encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados “Outros resultados de exploração - Valias não realizadas em propriedades de investimento” (Nota 39).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As propriedades de investimento detidas pelo Banco são avaliadas, na sua maioria com uma periodicidade anual, recorrendo a entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 12.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	30-06-2014			
	Técnicas de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Propriedades de investimento	-	-	438.800	438.800

	31-12-2013			
	Técnicas de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Propriedades de investimento	-	-	467.949	467.949

Em cumprimento dos requisitos da IFRS 13, apresentamos de seguida para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adoptadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor	30-06-2014		<i>Inputs</i> relevantes
			Técnica de valorização		
Hotel Delfim - Ahor Hotel em Portimão	Arrendado	33.284	Método do rendimento / Método do custo		Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Stª Cruz do Bispo - Lotes 1,2 e 3 Terrenos em Matosinhos	Urbanizado	22.110	Método comparativo de mercado/ Método do Valor Residual		Taxa de capitalização Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
Galerias Saldanha Residence Centro Comercial em Lisboa	Arrendado	29.347	Método do rendimento / Método comparativo de mercado		Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Hotel em Cascais	Arrendado	18.191	Método do rendimento / Método do custo de reposição amortizado		Taxa de capitalização Taxa de ocupação
Armazém em Perafita Armazém em Matosinhos	Arrendado	16.855	Método do rendimento / Método comparativo de mercado		Taxa de capitalização Valor de renda por m2
Av. Antero de Quental, 9 Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	12.441	Método do rendimento / Método comparativo de mercado		Taxa de capitalização Valor de renda por m2
Estrada da Outurela, 119, Camaxide Escritórios em Oeiras	Arrendado	12.021	Método do rendimento / Método do custo		Taxa de capitalização Valor de renda por m2
Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2 Campos de Golf em Loulé	Arrendado	11.738	Método do rendimento / Método do custo		Taxa de capitalização Valor de renda por m2
Parque Logístico SPC Armazéns 1 e 4 Armazéns em Vila Franca de Xira	Arrendado	10.211	Método do rendimento / Método do custo		Taxa de capitalização Valor de renda por m2
Alfena - Valongo Terrenos Terrenos em Valongo	Não urbanizado	8.224	Método comparativo de mercado/ Método do custo/ Método do Valor Residual		Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
		<u>174.422</u>			

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014**  
 (Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

31-12-2013				
Descrição do imóvel	Ocupação	Valor	Técnica de valorização	Inputs relevantes
Hotel Delfim - Alvor Hotel em Portimão	Arrendado	33.284	Método do rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Stª Cruz do Bispo - Lotes 1,2 e 3 Terrenos em Matosinhos	Urbanizado	31.796	Método comparativo de mercado/ Método do Valor Residual	Taxa de capitalização Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
Galerias Saldanha Residence Centro Comercial em Lisboa	Arrendado	31.006	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Hotel em Cascais	Arrendado	18.191	Método do rendimento / Método do custo de reposição amortizado	Taxa de capitalização Taxa de ocupação
Armazém em Perafita Armazém em Matosinhos	Arrendado	17.315	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Taxa de capitalização Valor de renda por m2
Av. Antero de Quental, 9 Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	12.441	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Taxa de capitalização Valor de renda por m2
Estrada da Outurela, 119, Camaxide Escritórios em Oeiras	Arrendado	12.399	Método do rendimento / Método do custo	Taxa de capitalização Valor de renda por m2
Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2 Campos de Golf em Loulé	Arrendado	11.799	Método do rendimento / Método do custo	Taxa de capitalização Valor de renda por m2
Parque Logístico SPC Armazéns 1 e 4 Armazéns em Vila Franca de Xira	Arrendado	10.823	Método do rendimento / Método do custo	Taxa de capitalização Valor de renda por m2
Alfena - Valongo Terrenos Terrenos em Valongo	Não urbanizado	8.224	Método comparativo de mercado/ Método do custo/ Método do Valor Residual	Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
		<b>187.278</b>		

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso venha a ocorrer um aumento dos custos de construção ou de comercialização, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os semestres findos em 30 de Junho de 2014 e 2013 pode ser apresentado da seguinte forma:

	30/06/2014														
	31/12/2013			Abates e vendas		Transferências entre activos fixos		Transferências De/Para activos detidos para venda (Nota 12)		Amortizações do período	Reversão de Imparidade (Nota 22)	30/06/2014			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto			Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas
<b>Activos tangíveis</b>															
Imóveis															
. Imóveis de serviço próprio	404.845	132.012	3.843	311	456	85	-	(6.148)	(2.009)	3.717	-	398.552	133.635	3.843	261.074
. Despesas em edifícios arrendados	129.254	110.979	-	187	4.537	4.537	5	-	-	2.797	-	124.909	109.239	-	15.670
. Outros imóveis	312	6	20	-	-	-	-	-	-	1	-	312	7	20	285
Activos tangíveis em curso															
. Imóveis de serviço próprio	537	-	-	(30)	-	-	-	-	-	-	-	507	-	-	507
. Despesas em edifícios arrendados	5	-	-	-	-	-	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>534.953</b>	<b>242.997</b>	<b>3.863</b>	<b>468</b>	<b>4.993</b>	<b>4.622</b>	<b>-</b>	<b>(6.148)</b>	<b>(2.009)</b>	<b>6.515</b>	<b>-</b>	<b>524.280</b>	<b>242.881</b>	<b>3.863</b>	<b>277.536</b>
<b>Equipamento</b>															
. Mobiliário e material	22.257	19.528	-	133	100	100	-	-	-	534	-	22.290	19.962	-	2.328
. Máquinas e ferramentas	3.745	3.652	-	8	9	9	-	-	-	18	-	3.744	3.661	-	83
. Equipamento informático	125.098	115.542	-	192	1959	1959	-	-	-	2.032	-	125.051	115.615	-	9.436
. Instalações interiores	91.840	83.017	-	1.442	395	392	-	(22)	(12)	1.044	-	92.865	83.657	-	9.208
. Material de transporte	19.135	13.131	-	1.060	1.163	1.135	-	-	-	921	-	19.032	12.917	-	6.115
. Equipamento de segurança	27.016	26.506	-	34	454	454	-	-	-	136	-	26.596	26.188	-	408
. Outro equipamento	5.730	4.414	-	94	211	194	2	-	-	277	-	5.615	4.497	-	1.118
. Activos tangíveis em curso	2	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>294.823</b>	<b>265.790</b>	<b>-</b>	<b>4.683</b>	<b>4.291</b>	<b>4.243</b>	<b>-</b>	<b>(22)</b>	<b>(12)</b>	<b>4.962</b>	<b>-</b>	<b>295.193</b>	<b>266.497</b>	<b>-</b>	<b>28.696</b>
<b>Outros activos tangíveis</b>															
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico	1.536	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.536	-	-	1.536
	<b>1.817</b>	<b>281</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.817</b>	<b>281</b>	<b>-</b>	<b>1.536</b>
	<b>831.593</b>	<b>509.068</b>	<b>3.863</b>	<b>5.151</b>	<b>9.284</b>	<b>8.865</b>	<b>-</b>	<b>(6.170)</b>	<b>(2.021)</b>	<b>11.477</b>	<b>-</b>	<b>821.290</b>	<b>509.659</b>	<b>3.863</b>	<b>307.768</b>
<b>Activos intangíveis</b>															
Software adquirido a terceiros	361.034	308.566	-	9.455	63	61	-	-	-	28.253	-	370.426	336.758	-	33.668
Activos intangíveis em curso	-	-	-	17	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-	17
Trespases	3.464	3.464	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.464	3.464	-	-
	<b>364.498</b>	<b>312.030</b>	<b>-</b>	<b>9.572</b>	<b>63</b>	<b>61</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28.253</b>	<b>-</b>	<b>374.007</b>	<b>340.222</b>	<b>-</b>	<b>33.785</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014**  
 (Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	30-06-2013																
	31-12-2012			Aquisições	Abates		Transferências		Amortizações do exercício	Reversões de Imparidade (Nota 22)	Diferenças de câmbio		30-06-2013				
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	De/Para activos detidos para venda (Nota 12)				Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido	
						Valor Bruto	Amortizações Acumuladas										
<b>Activos tangíveis</b>																	
<b>Imóveis</b>																	
. Imóveis de serviço próprio	408.502	126.731	3.875	720	346	346	(3.264)	(396)	3.738	15	(47)	-	-	405.612	129.727	3.843	272.042
. Despesas em edifícios arrendados	134.256	110.170	-	528	1814	1814	-	-	3.628	-	-	2	2	132.972	111.986	-	20.986
. Outros imóveis	306	4	20	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	306	5	20	281
<b>Activos tangíveis em curso</b>																	
. Imóveis de serviço próprio	131	-	-	293	-	-	-	-	-	-	-	-	-	424	-	-	424
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	<u>543.196</u>	<u>236.905</u>	<u>3.895</u>	<u>1541</u>	<u>2.160</u>	<u>2.160</u>	<u>(3.264)</u>	<u>(396)</u>	<u>7.367</u>	<u>15</u>	<u>(47)</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>539.315</u>	<u>241.718</u>	<u>3.863</u>	<u>293.734</u>
<b>Equipamento</b>																	
. Mobiliário e material	23.219	19.287	-	25	165	165	-	-	690	-	-	-	-	23.079	19.812	-	3.267
. Máquinas e ferramentas	3.966	3.854	-	4	32	32	-	-	23	-	-	-	-	3.938	3.845	-	93
. Equipamento informático	124.725	113.064	-	410	463	440	-	-	2.436	-	-	-	-	124.672	115.060	-	9.612
. Instalações interiores	92.346	84.120	-	1338	2.287	2.287	(3)	(1)	1.285	-	-	-	-	91.394	83.117	-	8.277
. Material de transporte	17.708	11.970	-	489	581	502	-	-	1.582	-	-	-	-	17.616	13.050	-	4.566
. Equipamento de segurança	27.593	26.904	-	40	233	233	-	-	179	-	-	-	-	27.400	26.850	-	550
. Outro equipamento	5.801	4.008	-	72	68	68	-	-	38	-	-	-	-	5.805	4.258	-	1547
	<u>295.358</u>	<u>263.207</u>	<u>-</u>	<u>2.378</u>	<u>3.829</u>	<u>3.727</u>	<u>(3)</u>	<u>(1)</u>	<u>6.513</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>293.904</u>	<u>265.992</u>	<u>-</u>	<u>27.912</u>
<b>Outros activos tangíveis</b>																	
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico	1537	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1537	-	-	1537
	<u>1818</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1818</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>1537</u>
	<u>840.372</u>	<u>500.393</u>	<u>3.895</u>	<u>3.919</u>	<u>5.989</u>	<u>5.887</u>	<u>(3.267)</u>	<u>(397)</u>	<u>13.880</u>	<u>15</u>	<u>(47)</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>835.037</u>	<u>507.991</u>	<u>3.863</u>	<u>323.163</u>
<b>Activos intangíveis</b>																	
. Software adquirido a terceiros	342.991	277.149	-	10.583	754	754	-	-	16.744	-	-	-	-	352.820	293.139	-	59.681
. Trespasses	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-
. Outros	29	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	29	-	-
	<u>346.605</u>	<u>280.763</u>	<u>-</u>	<u>10.583</u>	<u>754</u>	<u>754</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.744</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>356.434</u>	<u>296.753</u>	<u>-</u>	<u>59.681</u>

Em 30 de Junho de 2014 e 2013, a rubrica “Software – adquirido a terceiros” inclui o software adquirido à Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E., um agrupamento europeu de interesse económico pertencente ao Grupo Santander, nos montantes líquidos de depreciações de mEuros 32.092 e mEuros 57.929, respectivamente.

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014, o Banco procedeu à revisão da vida útil estimada da sua plataforma informática Pártenon de 5 para 3 anos. Como resultado daquela revisão, as amortizações do período da rubrica “Software – Adquirido a terceiros” vieram aumentadas em cerca de mEuros 11.200.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2014		31-12-2013	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Investimentos em associadas				
No país				
. Partang, SGPS, S.A.	49,00	121.995	49,00	115.396
. Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Unicre)	21,50	31.229	21,50	31.265
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	25,81	2.064	25,81	2.129
		-----		-----
		155.288		148.790
		-----		-----
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 22)				
. Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. (Benim)		( 1.060 )		( 1.060 )
		-----		-----
		154.228		147.730
		=====		=====

Nos termos do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 4 de Junho de 2009 a Santotta – Internacional, SGPS, S.A. (Santotta) e o BST constituíram a Partang, SGPS, S.A (Partang) mediante a entrega de acções do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. (“BCGTA”), com a anterior designação de Banco Totta de Angola, S.A., correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, respectivamente. Nos termos do mesmo acordo, foi efectuado em 2 de Julho de 2009 um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo aquela participada passado a ser detida em 50% pela CGD e em 50% pelo Grupo Santander (dos quais 49,51% detidos pela subsidiária Santotta e 0,49% directamente pelo BST).

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang. Na sequência daquela operação, o Banco passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA. De acordo com a IAS 27, naquela data o Banco valorizou ao justo valor a participação que passou a deter. Desta forma, a participação na Partang passou a ser registada pelo método da equivalência patrimonial.

Por outro lado, o Banco tem uma opção de venda à CGD da sua participação na Partang a exercer no prazo de 4 anos a partir de 2 de Julho de 2011. Adicionalmente, a CGD detém uma segunda opção de compra sobre a participação do Banco na Partang, com um limite de 80% do capital social e respectivos direitos de voto, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de aumento de capital da Partang (2 de Julho de 2009). A CGD não exerceu a sua opção de compra.

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indirectamente pelo Banco por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A. (Totta Urbe).

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a Partang detém 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O resumo dos dados financeiros da principal associada do Banco em 31 de Maio de 2014 (últimas demonstrações financeiras disponíveis) e 31 de Dezembro de 2013 é como segue:

	Partang	
	31-05-2014	31-12-2013
<b>Balanco</b>		
Activos correntes	107	10.558
Activos não correntes	156.880	142.084
	<u>156.987</u>	<u>152.642</u>
Passivos correntes	105	10.555
Passivos não correntes	1.305	1.373
	<u>1.410</u>	<u>11.928</u>
Capital próprio, excluindo resultado líquido	143.759	115.098
Resultado líquido do período / exercício	11.818	25.616
<b>Demonstração de resultados</b>		
Resultado operacional	11.818	25.643
Resultado antes de impostos	11.818	25.643
Resultado líquido do período / exercício	11.818	25.616

16. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	16.436	16.973
. Outros	3.432	485
	<u>19.868</u>	<u>17.458</u>
Passivos por impostos correntes:		
. IRC a pagar do período / exercício	4.386	3.361
. Imposto sobre rendimentos prediais (Fundo Novimovest)	2.022	4.762
. IRC a pagar de exercícios anteriores	2.784	6.190
	<u>9.192</u>	<u>14.313</u>
Activos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	447.883	500.144
. Prejuízos fiscais reportáveis	34.207	40.531
	<u>482.090</u>	<u>540.675</u>
Passivos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	91.229	54.759
. Por créditos fiscais	3.650	3.765
	<u>94.879</u>	<u>58.524</u>

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Activos por impostos correntes – IRC a recuperar” inclui mEuros 9.807 pagos pelo Banco relativos a correcções efectuadas pela Administração Tributária às suas declarações de impostos em exercícios anteriores. Por não concordar com os motivos daquelas correcções, o Banco apresentou reclamações graciosas relativamente às mesmas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014 e 2013, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Impostos correntes		
· Do período	( 3.874 )	( 5.409 )
· Contribuição especial sobre o sector bancário	( 13.922 )	( 10.802 )
· Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's)	( 946 )	( 799 )
· Outros	( 1.008 )	5.446
	-----	-----
	( 19.750 )	( 11.564 )
	-----	-----
Impostos diferidos		
· Registo e reversão de diferenças temporárias	( 11.286 )	( 16.087 )
· (Encargos)/ Rendimentos por créditos fiscais	( 6.324 )	6.314
	-----	-----
	( 17.610 )	( 9.773 )
	-----	-----
	( 37.360 )	( 21.337 )
	=====	=====

O movimento ocorrido nos impostos diferidos activos e passivos durante os semestres findos em 30 de Junho de 2014 e 2013 pode ser apresentado da seguinte forma:

	30/06/2014				
	Saldos em 31/12/2013	Rendimento integral	Resultados	Outros	
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Activos	241.282	-	(277)	-	241.005
Passivos relativos a menos-valias potenciais	(1.999)	-	-	-	(1.999)
Reavaliação de activos tangíveis	(3.765)	-	116	-	(3.649)
Pensões:					
Reformas antecipadas	24.244	-	(6.659)	-	17.585
Pensões de reforma e desvios actuariais	139.771	-	(8.321)	-	131.450
Transferências de responsabilidades com pensões para a segurança social	4.921	-	(308)	-	4.613
Prémio de antiguidade	8.423	-	64	-	8.487
Operações de titularização:					
Prémio/desconto em dívida emitida	(251)	-	17	-	(234)
Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(8.573)	-	(133)	-	(8.706)
Resultados em compras de títulos intragrupo	(18.417)	-	(627)	-	(19.044)
Prejuízos fiscais reportáveis	40.531	-	(6.324)	-	34.207
Valorizações e ajustamentos temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Activos fixos tangíveis e intangíveis	(1.518)	-	3.206	-	1.688
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(13.092)	2.178	-	-	(10.914)
Activos financeiros disponíveis para venda	68.641	(79.845)	-	337	(10.867)
Diferimento de comissões	-	-	1.417	-	1.417
Valias fiscais não contabilísticas	(1.767)	-	-	-	(1.767)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(457)	-	18	-	(439)
Incentivos de longo prazo	2.495	-	201	-	2.696
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1.685	-	-	-	1.685
Outros	(3)	-	-	-	(3)
	<u>482.151</u>	<u>(77.667)</u>	<u>(17.610)</u>	<u>337</u>	<u>387.211</u>
Activo por impostos diferidos	540.675				482.090
Passivo por impostos diferidos	(58.524)				(94.879)
	<u>482.151</u>				<u>387.211</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	30-06-2013			Saldos em 30-06-2013
	Saldos em 31-12-2012	Rendimento integral	Resultados	
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
Activos	235.044	-	5.352	240.396
Passivos relativos a menos-valias potenciais	(5.754)	-	(45)	(5.799)
Reavaliação de activos tangíveis	(3.861)	-	70	(3.791)
Pensões:				
Reformas antecipadas	27.316	-	(4.293)	23.023
Pensões de reforma e desvios actuariais	162.482	-	(14.635)	147.847
Transferências de responsabilidades com pensões para a segurança social	5.442	-	(302)	5.140
Prémio de antiguidade	7.871	-	69	7.940
Operações de titularização:				
Prémio/desconto em dívida emitida	(284)	-	18	(266)
Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(8.851)	-	998	(7.853)
Resultados em compras de títulos intragrupo	(18.033)	-	59	(17.974)
Prejuízos fiscais reportáveis	27.369	-	6.314	33.683
Valorizações e ajustamentos temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
Activos fixos tangíveis e intangíveis	22	-	(1.401)	(1.379)
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(28.852)	11.105	-	(17.747)
Activos financeiros disponíveis para venda	148.587	(37.548)	-	111.040
Diferimento de comissões	3.261	-	(1.902)	1.359
Valias fiscais não contabilísticas	(1.815)	-	19	(1.796)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(463)	-	-	(463)
Incentivos de longo prazo	3.568	-	(94)	3.474
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.226	-	-	3.226
	<u>556.275</u>	<u>(26.443)</u>	<u>(9.773)</u>	<u>520.060</u>
Activo por impostos diferidos	631.578			579.680
Passivo por impostos diferidos	<u>(75.303)</u>			<u>(59.620)</u>
	<u>556.275</u>			<u>520.060</u>

Na sequência da alteração da legislação fiscal para o ano de 2014, o Banco passou a apurar e a registar os activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis a uma taxa de 23% e os impostos diferidos associados a diferenças temporárias a uma taxa de 29,5%.

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas filiais e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 46º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, excepto nos casos de prejuízos fiscais reportáveis, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2011, inclusive. Como resultado da inspecção ao ano de 2011, o Banco foi sujeito em sede de IRC a uma liquidação adicional relativa a tributação autónoma e a diversas correcções ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correcções efectuadas à matéria colectável abrangeram diversas matérias, incluindo, entre outras, ajustamentos relativos a reformas antecipadas e utilização de provisões para crédito vencido. Parte destas correcções são meramente temporárias.

Relativamente às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 22).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Outras disponibilidades	317	315
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros	9.740	12.548
IVA a recuperar	2.588	1.905
Devedores por bonificações a receber	4.977	4.617
Outros devedores	51.538	56.481
Devedores e outras aplicações - capital vencido	6.661	6.441
Devedores por capital não realizado	38	38
Contratos de suprimentos		
Fafer - Empreendimentos Urbanísticos e de Construção, S.A.	364	364
Gestínsua - Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Propaço - Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda.	2.443	2.443
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.529	2.503
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	79.035	72.477
Rendimentos a receber	58.469	66.441
Outros rendimentos a receber - Titularização	4.910	4.991
Despesas com encargo diferido por participações em ACE's		
NORTREM - Aluguer Material Ferroviário ACE	1.917	2.093
TREM II - Aluguer Material Circulante ACE	108	216
Despesas com encargo diferido	8.618	6.891
Operações fora de bolsa a regularizar	305.075	-
Outros	108.438	40.803
	-----	-----
	647.891	281.693
	-----	-----
Perdas por imparidade (Nota 22):		
. Contratos de suprimentos	( 2.384 )	( 2.222 )
. Activos recebidos em dação em pagamento	( 16.690 )	( 14.933 )
. Devedores e outras aplicações	( 6.128 )	( 5.943 )
	-----	-----
	( 25.202 )	( 23.098 )
	-----	-----
	622.689	258.595
	=====	=====

A rubrica “Devedores e outras aplicações - Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à actividade de “trading” de futuros. As contas margem de futuros de clientes estão registadas na rubrica “Outros passivos – Credores e outros recursos - Credores por operações sobre futuros” (Nota 25).

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o saldo da rubrica “Devedores e outras aplicações - Outros devedores” inclui o valor dos direitos de crédito detidos sobre o Fundo Lusimovest no montante de mEuros 24.500 referentes a resgates liquidados por conta do Fundo. Adicionalmente, em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica incluía mEuros 16.600 e mEuros 16.488, respectivamente, relativos a valores a receber pelo Fundo Novimovest por vendas de imóveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Devedores e outras aplicações - Devedores e outras aplicações – capital vencido” inclui mEuros 5.215 e mEuros 5.017, respectivamente, relativos a rendas vencidas de imóveis arrendados pelo Fundo Novimovest. Para aquelas rendas, o Fundo constituiu imparidades no mesmo montante.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Rendimentos a receber” inclui maioritariamente comissões a receber da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus seguros (mEuros 54.227 e mEuros 56.843, respectivamente, em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013).

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Outros rendimentos a receber - Titularização” refere-se ao valor a receber dos “Swap Agreements” celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Grupo Santander e os veículos de titularização. O valor a pagar relativo a estas operações encontra-se registado na rubrica “Outros passivos – Encargos a pagar – Relativos a Swap agreements” (Nota 25).

Em 30 de Junho de 2014, a rubrica “Operações fora de bolsa a regularizar” refere-se essencialmente a operações de venda de títulos, nomeadamente do Obrigações de Tesouro Portuguesas e Espanholas, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias de Julho de 2014.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Outros” inclui operações activas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	30/06/2014		31/12/2013	
	Outros activos	Outros passivos	Outros activos	Outros passivos
		(Nota 25)		(Nota 25)
Juros a receber de sw aps contratados com entidades do sector público português	107.194	-	45.022	-
Cheques, valores em trânsito e outras transacções a regularizar	1.244	(71.421)	25.748	(900)
Sistema de Compensação de Débitos Directos	-	2.036	26.317	-
Valores a receber / (pagar) empresas do Grupo	-	(6.232)	14.365	-
Contratos de confirming	-	(14)	9.957	-
Transferências no âmbito do SEPA	-	(77.918)	(45.870)	-
Saldos a regularizar em ATMs	-	(39.016)	(34.736)	-
Outros	-	(2.700)	-	-
	<u>108.438</u>	<u>(195.265)</u>	<u>40.803</u>	<u>(900)</u>

18. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Recursos do Banco Central Europeu		
Depósitos	4.200.000	6.200.000
Juros a pagar	43.048	41.394
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	8	16
	<u>4.243.056</u>	<u>6.241.410</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2014	31-12-2013
Recursos de instituições de crédito no País		
Depósitos	276.480	136.765
Juros a pagar	230	39
	-----	-----
	276.710	136.804
	-----	-----
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	4.197.503	3.082.444
Depósitos	778.347	711.980
Recursos a muito curto prazo	49.523	41.261
Outros recursos	246.590	202.242
Juros a pagar	105	327
	-----	-----
	5.272.068	4.038.254
	-----	-----
	5.548.778	4.175.058
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de "Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra" tem a seguinte composição por tipo de activo subjacente às operações de reporte:

Tipo de subjacente	30/06/2014			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	3.166.666	1.525	(710)	3.167.481
Obrigações do Tesouro - Espanha	575.346	79	(21)	575.404
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de titularização	402.261	232	(115)	402.378
Obrigações Hipotecárias emitidas pelo BST	52.029	394	(183)	52.240
	<u>4.196.302</u>	<u>2.230</u>	<u>(1.029)</u>	<u>4.197.503</u>

Tipo de subjacente	31-12-2013			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	1.595.639	891	(270)	1.596.260
Obrigações do Tesouro - Espanha	1.070.943	426	(191)	1.071.178
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de titularização	362.758	287	(84)	362.961
Obrigações Hipotecárias emitidas pelo BST	52.029	395	(379)	52.045
	<u>3.081.369</u>	<u>1.999</u>	<u>(924)</u>	<u>3.082.444</u>

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de "Recursos de instituições de crédito no estrangeiro - Outros recursos" inclui mEuros 200.000 relativos a recursos captados junto do Banco Europeu de Investimento.

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Depósitos a prazo	12.220.853	13.062.376
Depósitos à ordem	4.679.696	4.595.022
Outros depósitos estruturados	2.983.138	2.766.498
Depósitos de poupança	30.897	36.599
Depósitos com pré-aviso	19.700	18.267
	-----	-----
	19.934.284	20.478.762
	-----	-----
Juros e custos a pagar	157.130	156.382
Cheques e ordens a pagar	46.950	75.843
Correcções de valor por operações de cobertura	( 608 )	( 3.986 )
	-----	-----
	203.472	228.239
	-----	-----
	20.137.756	20.707.001
	=====	=====

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	7.130.000	7.132.300
Readquiridas	( 4.511.050 )	( 6.255.750 )
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	18.501	5.365
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização		
Emitidas	2.591.055	2.714.309
Readquiridas	( 1.473.680 )	( 1.538.636 )
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	( 1.325 )	( 1.496 )
Obrigações de caixa		
Emitidas	537.032	614.557
Readquiridas	( 255.541 )	( 255.543 )
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	9.988	11.023
	-----	-----
	4.044.980	2.426.129
	-----	-----
Outros		
Programa EMTN	32.300	141.830
Readquiridas	( 1.250 )	( 2.940 )
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	3	4
	-----	-----
	31.053	138.894
	-----	-----
Correcções de valor por operações de cobertura	7.884	( 30.862 )
	-----	-----
	4.083.917	2.534.161
	=====	=====



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I.

Entre Maio de 2008 e Junho de 2014, o BST procedeu a treze emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, as obrigações hipotecárias têm um património autónomo constituído por:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Crédito a clientes (Nota 10)	8.265.621	8.245.739
Juros de crédito	9.101	8.649
Comissões	( 36.570 )	( 36.575 )
Despesas com encargo diferido	9.787	11.222
	-----	-----
	8.247.939	8.229.035
	-----	-----
Derivados de cobertura	25.541	11.642
	-----	-----
	8.273.480	8.240.677
	=====	=====

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Banco durante o primeiro semestre de 2014 e durante o exercício de 2013 foi o seguinte:

	<u>Obrigações em circulação</u>		<u>Programa EMTN</u>	
	<u>Emitidas</u>	<u>Readquiridas</u>	<u>Emitidas</u>	<u>Readquiridas</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	6.540.960	(4.036.896)	160.530	-
. Emissões efectuadas	3.250.000	-	-	-
. Emissões reembolsadas	(2.044.103)	1.004.624	(18.700)	-
. Emissões readquiridas	-	(3.479.021)	-	(2.940)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	<u>7.746.857</u>	<u>(6.511.293)</u>	<u>141.830</u>	<u>(2.940)</u>
. Emissões efectuadas	2.501.178	-	-	-
. Emissões reembolsadas	(2.581.003)	2.500.000	(109.530)	-
. Emissões readquiridas	-	(755.298)	-	1.690
Saldos em 30 de Junho de 2014	<u>7.667.032</u>	<u>(4.766.591)</u>	<u>32.300</u>	<u>(1.250)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o Banco mantinha as seguintes obrigações emitidas ao abrigo do seu programa de European Medium Term Notes (EMTN):

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Obrigações com remuneração indexada a cabazes de acções		
. Com vencimento entre um e três anos	-	109.530
Obrigações com remuneração indexada à Euribor		
. Com vencimento entre três e cinco anos	32.300	32.300
	-----	-----
	32.300	141.830
	=====	=====

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2014 e durante o exercício de 2013 nas obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização foi o seguinte:

	Obrigações	
	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	4.270.551	(3.004.781)
Reembolsadas	(1.556.242)	1.479.075
Readquiridas:		
- Hipototta Nr. 4 - Classe A	-	(9.803)
- Hipototta Nr. 5 - Classe A2	-	(3.127)
	-	(12.930)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	<u>2.714.309</u>	<u>(1.538.636)</u>
Reembolsadas	(123.254)	86.416
Readquiridas:		
- Hipototta Nr. 4 - Classe A	-	(9.123)
- Hipototta Nr. 5 - Classe A2	-	(12.337)
	-	(21.460)
Saldos em 30 de Junho de 2014	<u>2.591.055</u>	<u>(1.473.680)</u>

Nos primeiros semestres de 2014 e 2013, o Banco readquiriu obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização tendo registado mais-valias de mEuros 3.067 e mEuros 650, respectivamente (Nota 38).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

## 22. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade durante os semestres findos em 30 de Junho de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	30-06-2014				30-06-2014
	31-12-2013	Dotações	Reversões	Utilizações	
Provisões para contingências fiscais	4.474	-	(207)	-	4.267
Provisões para pensões e outros encargos	25.478	444	-	(2.332)	23.590
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	9.124	4.319	(3.613)	-	9.830
Outras provisões	22.963	40.412	(13.325)	(1.579)	48.471
	<u>62.039</u>	<u>45.175</u>	<u>(17.145)</u>	<u>(3.911)</u>	<u>86.158</u>

	30-06-2013				30-06-2013
	31-12-2012	Dotações	Reversões	Utilizações	
Provisões para contingências fiscais	5.246	835	(702)	-	5.379
Provisões para pensões e outros encargos	31.846	491	-	(5.341)	26.996
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	14.893	2.864	(1.989)	-	15.768
Outras provisões	20.286	2.079	(7.802)	(972)	13.591
	<u>72.271</u>	<u>6.269</u>	<u>(10.493)</u>	<u>(6.313)</u>	<u>61.734</u>

	30-06-2014					Recuperações de imparidade
	31-12-2013	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	30-06-2014	
Imparidade para crédito a clientes (Nota 10):						
Crédito interno	287.036	84.316	(112.123)	-	259.229	-
Crédito ao exterior	1.657	294	(179)	-	1.772	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	14.669	142	(856)	-	13.955	-
Outros créditos e valores a receber titulados	12.296	-	(4.580)	-	7.716	-
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 10):						
Crédito interno	694.768	142.633	(36.686)	(17.390)	783.325	(2.757)
Crédito ao exterior	20.803	2.244	(1.876)	(12)	21.159	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	46.647	5.488	(5.621)	(310)	46.204	-
Outros créditos e valores a receber titulados	-	1.805	-	-	1.805	-
	<u>1.077.876</u>	<u>236.922</u>	<u>(161.921)</u>	<u>(17.712)</u>	<u>1.135.165</u>	<u>(2.757)</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)						
	61.738	3.372	(3.406)	(25)	61.679	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)						
	1.060	-	-	-	1.060	-
	<u>62.798</u>	<u>3.372</u>	<u>(3.406)</u>	<u>(25)</u>	<u>62.739</u>	-
Imparidade em activos não financeiros:						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)						
	112.582	15.137	(3.557)	(10.775)	113.387	-
Activos tangíveis (Nota 14)						
	3.863	-	-	-	3.863	-
Outros activos (Nota 17)						
	23.098	12.067	(9.963)	-	25.202	-
	<u>139.543</u>	<u>27.204</u>	<u>(13.520)</u>	<u>(10.775)</u>	<u>142.452</u>	-
	<u>1.280.217</u>	<u>267.498</u>	<u>(178.847)</u>	<u>(28.512)</u>	<u>1.340.356</u>	<u>(2.757)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	30/06/2013					Recuperações de imparidade
	31/12/2012	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	30/06/2013	
<b>Imparidade para crédito a clientes:</b>						
Crédito interno	319.663	65.694	(72.974)	-	312.383	-
Crédito ao exterior	2.120	-	(173)	-	1.947	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	22.742	133	(7.342)	-	15.533	-
Outros créditos e valores a receber titulados	3.460	1.294	-	-	4.754	-
<b>Imparidade para crédito e juros vencidos:</b>						
. Crédito interno	543.351	184.151	(35.632)	(49.108)	642.762	(5.070)
. Crédito ao exterior	17.269	4.384	(1.422)	(110)	20.121	(2)
. Créditos titularizados não desreconhecidos	54.480	9.580	(16.468)	(698)	46.894	-
Outros créditos e valores a receber titulados	2.577	-	(2.030)	-	547	-
	<u>965.662</u>	<u>265.236</u>	<u>(136.041)</u>	<u>(49.916)</u>	<u>1.044.941</u>	<u>(5.072)</u>
<b>Imparidade de outros activos financeiros:</b>						
<b>Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda</b>						
	58.983	10.886	(5.898)	-	63.971	-
<b>Imparidade em investimentos em associadas</b>						
	660	-	-	-	660	-
	<u>59.643</u>	<u>10.886</u>	<u>(5.898)</u>	<u>-</u>	<u>64.631</u>	<u>-</u>
<b>Imparidade em activos não financeiros:</b>						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	94.065	44.029	(16.519)	(8.945)	112.630	-
Activos tangíveis (Nota 14)	3.895	15	(47)	-	3.863	-
Outros activos	25.842	4.251	(9.160)	-	20.933	-
	<u>123.802</u>	<u>48.295</u>	<u>(25.726)</u>	<u>(8.945)</u>	<u>137.426</u>	<u>-</u>
	<u>1.149.107</u>	<u>324.417</u>	<u>(167.665)</u>	<u>(58.861)</u>	<u>1.246.998</u>	<u>(5.072)</u>

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, as provisões para pensões e outros encargos apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2014	31-12-2013
Planos de reestruturação	7.548	9.880
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 46)	16.042	15.598
	-----	-----
	23.590	25.478
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica "Outras provisões" inclui:

- Provisões para processos judiciais na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco nos montantes de mEuros 8.593 e mEuros 4.094, respectivamente. A perda esperada por processo é apurada pela área jurídica do Banco com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento; e
- Outras provisões nos montantes de mEuros 39.878 e mEuros 18.869, respectivamente. Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, aquelas provisões destinavam-se, essencialmente, a fazer face a contingências diversas, entre as quais, fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)23. PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	270.447	270.447
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	13.818	13.818
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	4.275	4.275
	-----	-----
	288.540	288.540
Títulos readquiridos	( 284.265 )	( 284.265 )
Juros a pagar	32	32
	-----	-----
	4.307	4.307
	=====	=====

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

24. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>
Unidades de Participação no Fundo Novimovest não detidas pelo Banco	81.483
Unidades de Participação no Fundo Multiobrigações não detidas pelo Banco	133.122
	-----
	214.605
	=====

Em 31 de Dezembro de 2013, os montantes relativos a unidades de participação nos Fundos Novimovest e Multiobrigações não detidas pelo Grupo ascendiam a mEuros 102.336 e mEuros 132.701, respectivamente, e encontravam-se registados na rubrica de "Interesses minoritários" (Nota 28). Como resultado da adopção em 2014 da IFRS 10 – "Demonstrações financeiras consolidadas" e do esclarecimento quanto à natureza de passivo das unidades de participação detidas por terceiros em Fundos de Investimento objecto de consolidação integral, os montantes acima referidos foram reclassificados para esta rubrica.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)25. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros (Nota 17)	9.736	12.548
Recursos diversos		
Recursos conta cativa	46.002	38.474
Recursos conta caução	2.167	3.250
Outros recursos	1.545	1.438
Sector público administrativo		
IVA a pagar	1.353	3.047
Retenção de impostos na fonte	22.647	17.622
Contribuições para a Segurança Social	3.965	3.883
Outros	365	84
Cobranças por conta de terceiros	162	162
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.522	1.534
Credores diversos		
Credores por contratos de factoring	29.974	45.443
Credores por fornecimentos de bens	9.798	9.196
Outros credores	15.793	15.483
Encargos a pagar		
Relativos ao pessoal		
Prémio de antiguidade	28.770	28.552
Férias e subsídio de férias	23.510	31.211
Outras remunerações variáveis	20.124	24.593
Outros custos com o pessoal	7.177	381
Gastos gerais administrativos	28.254	25.007
Relativos a "Swap agreements" (Nota 17)	5.186	5.185
Outros	5.177	5.146
Responsabilidades com pensões (Nota 44):		
Responsabilidades totais	886.407	882.308
Valor patrimonial do Fundo de Pensões	( 878.869 )	( 871.649 )
Outras receitas com rendimento diferido	1.650	1.873
Valores a regularizar com clientes e bancos		
Operações fora de bolsa a regularizar	138.876	-
Operações passivas a regularizar	6.883	7.229
Outros (Nota 17)	195.265	900
	-----	-----
	613.439	292.900
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os valores a regularizar com clientes e bancos correspondem, essencialmente, a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do período subsequente.

Em 30 de Junho de 2014, o montante da rubrica "Operações fora de bolsa a regularizar" refere-se a operações de compra de títulos, nomeadamente de Obrigações do Tesouro Portuguesas, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias de Julho.

26. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o capital social do Banco estava representado por 656.723.284 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	<u>Número de acções</u>	<u>% de participação</u>	<u>Montante</u>
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A. (acções próprias)	14.593.315	2,22	14.593
Acções próprias	249.427	0,04	249
Outros	610.922	0,09	611
	-----	-----	-----
	656.723.284	100,00	656.723
	=====	=====	=====

Durante o exercício de 2013, o Banco procedeu à aquisição de 124.258 acções próprias, pelo montante de mEuros 752. Durante o primeiro semestre de 2014, não ocorreram aquisições de acções próprias.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão, que ascendem a mEuros 193.390, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Os “Outros instrumentos de capital” referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo accionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Aquelas prestações poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

Durante o primeiro semestre de 2014, o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de mEuros 1.202 (montante líquido dos dividendos afectos a acções próprias).

Durante o exercício de 2013, o Banco não procedeu à distribuição de dividendos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	36.867	( 233.775 )
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	3.317	3.317
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	36.996	44.382
Ganhos e perdas actuariais (Nota 44)		
Fundo de Pensões BST	( 615.842 )	( 621.069 )
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres do BST	( 5.615 )	( 6.076 )
Ganhos e perdas actuariais de sociedades em equivalência patrimonial	( 1.378 )	( 1.378 )
Reservas de flutuação cambial	( 8.605 )	( 10.208 )
Reservas de reavaliações legais à data de transição para as IFRS	23.245	23.245
	-----	-----
	( 531.015 )	( 801.562 )
	-----	-----
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	( 10.862 )	68.983
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	( 788 )	( 788 )
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	( 10.914 )	( 13.092 )
Impacto fiscal dos desvios actuariais	175.555	176.863
Impacto fiscal por alteração de política contabilística de sociedades em equivalência patrimonial	400	400
Relativas à reavaliação de activos tangíveis	( 3.766 )	( 3.861 )
Relativas à reavaliação de activos tangíveis de sociedades em equivalência patrimonial	( 132 )	( 132 )
	-----	-----
	149.493	228.373
	-----	-----
	( 381.522 )	( 573.189 )
	=====	=====

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação actualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98 de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” tinha a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Reserva legal	246.107	245.862
	-----	-----
Outras reservas		
Reservas de sociedades consolidadas	157.338	149.216
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	89.738	81.660
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação da Totta IFIC	90.520	90.520
Outras	59	619
	-----	-----
	914.394	898.754
	-----	-----
Resultados transitados	373.841	332.601
	-----	-----
	1.534.342	1.477.217
	=====	=====

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o BST constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)27. RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO

Nos primeiros semestres de 2014 e 2013, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	30/06/2014		30/06/2013	
	Resultado líquido do período	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do período	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do exercício do BST (actividade individual)	78.069	78.069	(1.338)	(1.338)
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Totta Ireland, Plc. <sup>(1)</sup>	16.478	16.478	29.436	29.436
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(17.784)	(13.476)	-	-
BST International Bank, Inc.	9.939	9.939	10.312	10.312
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. (BCGTA)	23.226	5.804	22.752	5.686
Totta & Açores, Financing, Ltd (TAF)	6.180	6.180	6.180	6.180
Partang, SGPS, S.A.	11.818	5.791	11.661	5.714
Santander Multiobrigações Fundo	4.692	3.028	-	-
Unicre, S.A.	5.232	1.125	5.386	1.158
Totta Urbe, S.A.	332	332	278	278
Serfin International Bank & Trust (SIBT)	133	133	170	170
Taxagest, S.A.	119	118	190	188
Santotta - Internacional, SGPS, S.A.	40	40	(27)	(27)
Totta & Açores, Inc. - Newark	28	28	30	30
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.	11	11	832	832
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	-	-	1.040	1.040
Santander Pensões, S.A.	-	-	397	397
	<u>60.444</u>	<u>35.531</u>	<u>88.637</u>	<u>61.394</u>
Anulação de dividendos:				
Totta Ireland, Plc.		(24.600)		(34.500)
Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.		(7.543)		-
Unicre, S.A.		(1.161)		(985)
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.		(7.763)		-
Santander Pensões, S.A.		-		(760)
		<u>(41.067)</u>		<u>(36.245)</u>
Anulação da valorização por equivalência patrimonial pela Partang da participação no BCGTA		429		(6.133)
Ganhos na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de titularização (Nota 38)		3.067		650
Ajustamentos relacionados com operações de titularização		6.933		7.395
Outros		(1.677)		(1.542)
Resultado consolidado do período	<u>81.285</u>		<u>24.181</u>	

- (1) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro, o montante reflectido corresponde ao resultado líquido apurado entre 1 de Dezembro e 30 de Junho, deduzido do resultado líquido do mês de Dezembro de 2013 e 2012, o qual ascendeu a mEuros 2.732 e mEuros 4.040, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período.

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do BST	81.285	24.181
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	656.723.284	656.723.284
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	14.842.742	14.702.114
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação	641.880.542	642.021.170
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do BST (em Euros)	0,13	0,04

28. INTERESSES MINORITÁRIOS

No primeiro semestre de 2014 e no exercício de 2013, o valor das participações de terceiros em empresas do Grupo tem a seguinte distribuição por entidade:

	<u>Balanço</u>		<u>Demonstração dos resultados</u>	
	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Acções preferenciais BST				
International Bank, Inc	263.582	261.040	-	-
Acções preferenciais TAF	300.000	300.000	-	-
Fundo Mobiliário Multiobrigações	-	132.701	-	-
Fundo Imobiliário Novimovest	-	102.353	-	-
Dividendos antecipados	( 1.414 )	( 1.407 )	-	-
Taxagest	556	554	-	-
Outros	126	129	( 2 )	( 2 )
	-----	-----	-----	-----
	562.850	795.370	( 2 )	( 2 )
	=====	=====	=====	=====

Em 30 de Junho de 2014, os montantes relativos às unidades de participação dos Fundos Multiobrigações e Novimovest não detidas pelo Banco ascendiam a mEuros 133.122 e mEuros 81.483, respectivamente, e encontravam-se registados na rubrica de "Instrumentos representativos de capital" (Nota 24).

Em 30 de Junho de 2006, o BST International Bank, Inc. (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o BST Porto Rico garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Directores do BST Porto Rico no início de Janeiro de cada ano. O BST Porto Rico pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2016 ao preço de 100.000 Dólares Norte Americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 29 de Junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o TAF garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Directores do TAF no início de Janeiro de cada ano. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2015 ao preço de 1.000 Euros por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As supra referidas emissões foram classificadas como capitais próprios dos emitentes nos termos da IAS 32. De acordo com esta Norma, as acções preferenciais emitidas são classificadas como capital próprio se:

- Não existir obrigação contratual do emissor de entregar numerário ou outro activo financeiro aos detentores das mesmas; e
- Existir discricionariedade quanto à distribuição de dividendos e ao reembolso das acções preferenciais aos respectivos detentores.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os principais dados financeiros do BST International Bank, Inc. (BST Porto Rico) e do Totta & Açores Financing (TAF), eram como segue:

	30-06-2014		31-12-2013	
	BST Porto Rico (*)	TAF	BST Porto Rico (*)	TAF
<b>Balanco</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	5.608	-	11.787
Disponibilidades em outras instituições de crédito	573.776	297.750	593.203	297.750
Outros activos	1.586	2.250	1.634	2.250
	<u>575.362</u>	<u>305.608</u>	<u>594.837</u>	<u>311.787</u>
Recursos de outras instituições de crédito	20.109	-	9.207	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	170.883	-	190.623	-
Outros passivos	2.031	-	2.672	-
	<u>193.023</u>	<u>-</u>	<u>202.502</u>	<u>-</u>
Capital próprio (excluindo resultado líquido do período / exercício)	368.719	299.428	365.179	299.427
Resultado líquido do período / exercício	13.620	6.180	27.156	12.360
	<u>575.362</u>	<u>305.608</u>	<u>594.837</u>	<u>311.787</u>
<b>Demonstração de Resultados</b>				
Margem financeira	13.870	6.555	27.499	13.110
Produto bancário	13.821	6.668	27.565	13.335
Resultado antes de impostos	13.620	6.180	27.156	12.360
Resultado líquido do período / exercício	13.620	6.180	27.156	12.360

(\*) Montantes expressos em milhares de Dólares dos Estados Unidos.

29. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.081.512	1.185.467
Créditos documentários abertos	252.736	199.314
Activos dados em garantia		
Por empréstimo de títulos	531.880	526.722
Banco de Portugal	142.841	142.677
Fundo de Garantia de Depósitos	74.750	71.645
Sistema de Indemnização aos Investidores	5.555	4.980
Outros passivos eventuais	6	6
	-----	-----
	2.089.280	2.130.811
	=====	=====
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.114.257	4.207.922
Irrevogáveis	767.160	652.278
Fundo de Garantia de Depósitos	54.092	54.092
Sistema de Indemnização aos Investidores	3.640	3.178
Outros compromissos irrevogáveis	11.870	11.447
Outros compromissos revogáveis	215	215
	-----	-----
	4.951.234	4.929.132
	=====	=====
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	59.549.698	51.992.816
Valores recebidos para cobrança	113.448	142.214
Valores administrados pelo Banco		
Outros valores	7	13
	-----	-----
	59.663.153	52.135.043
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

No exercício de 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos no montante de mEuros 3.918. Nesse exercício, o Banco assumiu igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 54.092. Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. No primeiro semestre de 2014 e no exercício de 2013, o Banco procedeu ao pagamento integral da contribuição anual nos montantes de mEuros 4.222 e mEuros 4.642, respectivamente.

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, estas responsabilidades ascendem a mEuros 3.640 e mEuros 3.178, respectivamente.

30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais		
No Banco Central Europeu	167	588
Em instituições de crédito	7	9
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País		
No Banco Central Europeu	1	-
Em outras instituições de crédito	2.541	2.503
Em instituições de crédito no estrangeiro	18.296	28.170
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	285.151	300.811
Crédito ao exterior	7.964	8.333
Outros créditos e valores a receber (titulados – papel comercial)	33.365	31.223
Proveitos por comissões associadas ao custo amortizado	16.433	18.199
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	17.642	24.181
Juros de crédito vencido	3.360	4.647
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros disponíveis para venda	105.276	73.285
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	316	2.266
Derivados de cobertura	108.283	124.456
Activos financeiros detidos para negociação	4.919	-
Outros juros e rendimentos similares		
Swap agreements	16.716	25.079
Outros	871	450
	-----	-----
	621.308	644.200
	=====	=====

31. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Juros de depósitos de clientes		
Sector público administrativo	1.077	5.638
De emigrantes	6.906	9.667
De outros residentes	152.300	178.074
Não residentes	9.802	15.608
	-----	-----
	170.085	208.987
	-----	-----
Juros de outros recursos de clientes	1.686	-
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco Central Europeu	10.557	12.030
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	964	517
No estrangeiro	20.094	13.601
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações	24.060	27.388
Outros	139	295
Juros de derivados de cobertura	109.172	107.598
Juros e comissões de outros passivos subordinados	46	46
Outros juros e encargos similares		
Swap agreements	18.152	26.978
Outros	79	127
	-----	-----
	184.949	188.580
	-----	-----
	355.034	397.567
	=====	=====

32. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos e a rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Activos financeiros disponíveis para venda:		
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.090	881
Outros	48	151
	-----	-----
	1.138	1.032
	=====	=====

33. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	7.882	8.317
Créditos documentários abertos	2.017	1.657
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Revogáveis	1.845	2.504
Irrevogáveis	972	1.429
Por serviços prestados		
Por transacções de cartões	29.123	33.969
Operações de crédito	16.069	25.669
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	8.491	14.383
Anuidades	7.783	7.129
Cobrança e administração de valores	4.601	6.411
Outros	4.550	3.785
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	15.536	24.401
Outras	156	209
Outras comissões recebidas		
Seguradoras	45.840	46.503
Depósitos à ordem	13.004	11.964
Cheques	3.910	6.261
Outras	3.299	6.294
	-----	-----
	165.078	200.885
	=====	=====

34. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	909	264
Por compromissos assumidos por terceiros		
Compromissos revogáveis	-	76
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Operações de crédito	6.966	6.793
Cobrança e administração de valores	1.250	1.770
Transacções de clientes	13.143	14.502
Outros	4.279	2.353
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	1.243	848
Outras	516	648
Outras comissões pagas	150	184
	-----	-----
	28.456	27.438
	=====	=====



35. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Activos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de capital	( 167 )	2.509
Instrumentos de dívida	4.415	-
Instrumentos derivados:		
. "FRA's"	-	( 19 )
. "Swaps":		
Contratos de taxa de câmbio	( 46 )	( 176 )
Contratos de taxa de juro	( 112.608 )	4.675
Contratos sobre cotações	131	1.765
Outros	( 4.000 )	( 46 )
. Opções:		
Contratos de taxa de câmbio	85	245
Contratos de taxa de juro	-	74
Contratos sobre cotações	( 56 )	145
Outros	39	-
. Futuros		
Contratos sobre cotações	3	-
. Contratos de garantia de taxa de juro	326	14
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	( 1.068 )
	-----	-----
	( 111.878 )	8.118
	-----	-----
Derivados de cobertura:		
"Swaps"		
. Contratos de taxa de juro	63.102	51.167
. Contratos sobre cotações	( 225 )	( 32.066 )
. Opções "Auto-callable"	2.173	( 1.966 )
Correcções de valor de activos e passivos objecto de cobertura	( 64.903 )	( 17.744 )
	-----	-----
	147	( 609 )
	-----	-----
	( 111.731 )	7.509
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2014, o saldo da rubrica "Activos financeiros detidos para negociação: Instrumentos derivados: Swaps: Contratos de taxa de juro" inclui mEuros 115.376 referentes à anulação da valorização positiva do elemento coberto, como resultado da alienação de um conjunto de títulos (Nota 36), para os quais tinha sido aplicada contabilidade de cobertura.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)36. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2014			30-06-2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
De emissores públicos nacionais	88.415	-	88.415	571	-	571
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros	96.733	-	96.733	-	-	-
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	58	-	58	-	-	-
Valorizados ao custo histórico	39	(1)	38	-	-	-
Outros	-	-	-	-	(1.398)	(1.398)
	<u>185.245</u>	<u>(1)</u>	<u>185.244</u>	<u>571</u>	<u>(1.398)</u>	<u>(827)</u>

Em 30 de Junho de 2014, os ganhos registados na rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" foram justificados, essencialmente, pela alienação de Obrigações do Tesouro Portuguesas e Espanholas.

37. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Ganhos na reavaliação da posição cambial	18.699	20.601
Perdas na reavaliação da posição cambial	( 16.470 )	( 18.872 )
	-----	-----
	2.229	1.729
	=====	=====

38. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Ganhos em activos tangíveis	2.100	1.290
Ganhos na recompra pelo Banco de obrigações emitidas em operações de titularização de crédito à habitação (Nota 21)	3.067	650
Ganhos em activos não correntes detidos para venda	1.575	932
Ganhos na alienação de créditos a clientes	-	1.647
Outros	63	-
	-----	-----
	6.805	4.519
	-----	-----
Perdas em activos tangíveis	( 152 )	( 1.052 )
Perdas em activos não correntes detidos para venda	( 780 )	( 2.304 )
Outras	( 1.725 )	( 17 )
	-----	-----
	( 2.657 )	( 3.373 )
	-----	-----
	4.148	1.146
	=====	=====

39. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Rendas auferidas	10.354	177
Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.065	3.367
Reembolso de despesas	1.368	1.354
Mais valias não realizadas em propriedades de investimento (Nota 13)	6.088	-
Outros	12.773	8.792
	-----	-----
	32.648	13.690
	-----	-----
Outros encargos de exploração		
Menos valias não realizadas		
em propriedades de investimento (Nota 13)	( 26.426 )	-
Outros encargos e gastos operacionais	( 13.211 )	( 15.447 )
Quotizações e donativos	( 2.660 )	( 1.845 )
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	( 2.181 )	( 2.412 )
Contribuições para o Fundo de Resolução	( 1.264 )	( 276 )
Outros impostos		
Directos	( 592 )	( 977 )
Indirectos	( 641 )	( 468 )
	-----	-----
	( 46.975 )	( 21.425 )
	-----	-----
	( 14.327 )	( 7.735 )
	=====	=====

No semestre findo em 30 de Junho de 2014, a rubrica "Rendas auferidas" inclui o montante de mEuros 10.154 relativo a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest.

O Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de Fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso nº 1/2013 e as Instruções nº 6/2013 e nº 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução.

40. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização (Nota 46)	3.500	2.725
Empregados	91.429	92.745
Plano de acções (Nota 47)	460	1.196
Outras remunerações variáveis	11.055	13.773
	-----	-----
	106.444	110.439
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	25.076	24.984
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 44)	995	635
Redução das responsabilidades com subsídio por morte (Nota 44)	-	( 416 )
Outros encargos sociais obrigatórios	385	768
	-----	-----
	26.456	25.971
	-----	-----
Outros custos com o pessoal		
Transferências de pessoal	320	263
Plano complementar de reforma (Nota 44)	291	291
Outros	1.916	2.129
	-----	-----
	2.527	2.683
	-----	-----
	135.427	139.093
	=====	=====

Nos primeiros semestres de 2014 e 2013, o Banco não registou qualquer custo com reformas antecipadas uma vez que procedeu à utilização de parte das provisões que dispunha para esse efeito (Nota 22).

O saldo da rubrica "Encargos sociais obrigatórios - Redução das responsabilidades com subsídio por morte" refere-se à diminuição de responsabilidades com reformados e pensionistas resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012, de 27 de Junho, o qual introduziu um limite máximo para o valor do subsídio por morte igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais.

41. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Serviços especializados	20.526	19.769
Manutenção de software e equipamento informático	18.048	18.091
Comunicações	5.947	6.621
Rendas e alugueres	5.086	5.193
Publicidade e edição de publicações	5.242	4.834
Fornecimentos externos		
Água, energia e combustíveis	3.796	3.764
Material de consumo corrente	985	975
Outros	98	127
Deslocações, estadas e representação	2.135	2.245
Conservação e reparação	1.858	1.246
Transportes	1.108	1.111
Formação de pessoal	736	888
Seguros	570	378
Outros	2.677	1.483
	-----	-----
	68.812	66.725
	=====	=====

42. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Partang, SGPS, S.A.	5.882	5.956
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1.125	528
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	( 64 )	-
	-----	-----
	6.943	6.484
	=====	=====

A Partang SGPS, S.A. é participada pelo Banco em 49% e por sua vez detém 51% do capital social do Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A..

43. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões cobradas à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus produtos (Nota 17) e detalham-se como segue:

	30-06-2014			30-06-2013		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total (Nota 33)	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total (Nota 33)
Santander Totta Seguros	39.870	89	39.959	39.870	107	39.977
Outras	-	5.881	5.881	-	6.526	6.526
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	39.870	5.970	45.840	39.870	6.633	46.503
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Outros activos – Rendimentos a receber” (Nota 17) inclui comissões a receber de seguradoras, de acordo com o seguinte detalhe:

	30-06-2014	31-12-2013
Santander Totta Seguros	54.227	56.843
Outras	925	1.197
	-----	-----
	55.152	58.040
	=====	=====

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante os dois primeiros trimestres de 2014 e o último trimestre de 2013 e os últimos três trimestres de 2013, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)44. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais pela Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades do BST com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 30 de Junho de 2014 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2014	31-12-2013	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2010
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	289.099	282.028	251.252	210.669	275.580
. Pensionistas	23.859	22.891	21.002	18.455	36.406
. Reformados e reformados antecipadamente	393.504	399.434	388.656	387.608	855.952
	706.462	704.353	660.910	616.732	1.167.938
- Cuidados de saúde (SAMS)	138.505	137.970	129.267	117.422	127.822
- Subsídio por morte	4.676	4.562	4.331	16.973	18.184
	849.643	846.885	794.508	751.127	1.313.944
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	845.969	840.543	784.937	758.244	1.312.888
Valor financiado em excesso / (não financiado)	(3.674)	(6.342)	(9.571)	7.117	(1.056)
Desvios actuariais e financeiros gerados no período / ano					
- Alteração de pressupostos	-	42.565	73.518	(103.831)	-
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	5.984	(1.775)	(25.383)	(23.708)	(29.458)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(11.211)	(3.115)	(15.796)	339.627	103.392
	(5.227)	(4.890)	(41.179)	315.919	73.934
	(5.227)	37.675	32.339	212.088	73.934

O aumento das responsabilidades no exercício de 2013 foi explicado, essencialmente, pela diminuição da taxa de desconto considerada para o cálculo das responsabilidades por serviços passados.

Em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (ACTV). Em consequência, foram transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº127/2011, de 31 de Dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a mEuros 456.111.

O valor das responsabilidades a transferir calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos actuariais e financeiros actualizados por si adoptados, ascendia a mEuros 435.260.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro (mEuros 456.111) e os adoptados pelo Banco (mEuros 435.260), no montante de mEuros 20.851, foi registada na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	<u>Activos</u>	<u>Reformados</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou mEuros 1.186.387, dos quais mEuros 435.260 correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	4,00%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	
- Activos	4,30%
- Inactivos	3,54%
Taxa de crescimento salarial para 2015 e 2016 (2014 e 2015)	0,50%
Taxa de crescimento salarial após 2016 (2015)	2,35%
Taxa de crescimento das pensões para 2015 e 2016 (2014 e 2015)	0,00%
Taxa de crescimento das pensões após 2016 (2015)	1,35%
Taxa de inflação	1,75%

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro 2013, as taxas de desconto utilizadas para os activos de 4,30% e de 3,54% para os inactivos correspondem a uma taxa média de 4%, ou seja, a utilização de taxas diferenciadas para diferentes populações conduz ao mesmo valor de responsabilidades que seria determinado caso fosse utilizada uma taxa de 4% para a totalidade da população.

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da Segurança Social que nos termos do ACT do sector bancário deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013:

Taxa de crescimento salarial para cálculo da pensão dedutível:	
. Para 2015 e 2016 (2014 e 2015)	0,50%
. Após 2016 (2015)	2,35%
Inflação (nº 1 do Artigo 27.º)	1,75%
Inflação (nº 2 do Artigo 27.º)	2,00%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2013	Redução de 4,78%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2012	Redução de 3,92%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2011	Redução de 3,14%
Factor de sustentabilidade futuro	Redução de 0,5% por ano



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de Dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social para 2014 e para 2015 para os 66 anos, deixando contudo de ser aplicável o factor de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

A conjuntura económica e a crise de dívida soberana do Sul da Europa implicaram volatilidade e disrupção no mercado de dívida da Zona Euro, com a conseqüente redução abrupta das yields de mercado da dívida das empresas com melhores ratings e limitação do cabaz disponível dessas obrigações. De forma a manter a representatividade da taxa de desconto tendo em consideração o universo da Zona Euro, em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o BST incorporou na determinação da taxa de desconto informação sobre as taxas de juro que é possível obter em obrigações denominadas em Euros, incluindo dívida pública, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no semestre findo em 30 de Junho de 2014 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, pode ser detalhado como segue no que respeita ao plano de pensões do BST:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Responsabilidades no início do período	846.885	794.508
Custo dos serviços correntes	892	1.054
Custo dos juros	15.471	32.880
(Ganhos)/perdas actuariais	5.984	40.790
Reformas antecipadas	1.667	14.028
Valores pagos	( 22.437 )	( 38.285 )
Contribuições dos empregados	1.181	2.326
Diminuição de responsabilidades com subsídio por morte (Nota 40)	-	( 416 )
	-----	-----
Responsabilidades no fim do período	849.643	846.885
	=====	=====

O custo do semestre/exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. Nos semestres findos em 30 de Junho de 2014 e 2013, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 40):

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Custo dos serviços correntes	892	526
Custo dos juros	15.471	16.225
Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	( 15.471 )	( 16.225 )
	-----	-----
Plano de benefício definido	892	526
Plano de contribuição definida	22	23
Plano da Sucursal de Londres	81	86
	-----	-----
	995	635
	===	===

Os colaboradores admitidos no BST após 1 de Janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o BST transfere a sua contribuição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos desvios actuariais no primeiro semestre de 2014 e no exercício de 2013 no Banco foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	583.394
	-----
Perdas actuariais com pensões geradas em 2013	32.728
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2013	( 2.653 )
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2013	8.062
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2013	( 462 )
	-----
Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (Nota 26)	621.069
	-----
Perdas actuariais com pensões geradas em 2014	5.605
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2014	( 9.337 )
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2014	379
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2014	( 1.874 )
	-----
Saldo em 30 de Junho de 2014 (Nota 26)	615.842
	=====

O crescimento salarial efectivamente verificado no primeiro semestre de 2014 e no exercício de 2013 para efeitos das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 1,64% e 1,63%, respectivamente.

Não houve aumento efectivo das pensões e da tabela salarial no primeiro semestre de 2014 e no exercício de 2013.

No exercício de 2014, o BST espera efectuar uma contribuição de mEuros 2.916 para o seu plano de benefício definido.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do BST é de 17 anos, incluindo activos e reformados.

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Empregados no activo <sup>(1)</sup>	5.384	5.409
Pensionistas	1.015	996
Reformados e reformados antecipadamente	5.308	5.339
	-----	-----
	11.707	11.744
	=====	=====

(1) Dos quais 185 e 181 empregados pertencem ao plano de contribuição definida, em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As principais alterações demográficas ocorridas no primeiro semestre de 2014 e no exercício de 2013 foram as seguintes:

	Activos		Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido		
Número total em 31 de Dezembro de 2012	177	5.341	5.332	954
Saídas:				
. De activos	(16)	(42)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(78)	(30)
Transferências	-	(74)	74	-
Entradas	20	3	11	72
Número total em 31 de Dezembro de 2013	181	5.228	5.339	996
Saídas:				
. De activos	(5)	(20)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(43)	(14)
Transferências	-	(9)	9	-
Entradas	9	-	3	33
Número total em 30 de Junho de 2014	185	5.199	5.308	1.015

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões do BST durante o primeiro semestre de 2014 e o exercício de 2013 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	784.937
Contribuições do Banco (monetárias)	56.000
Contribuições dos empregados	2.326
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	32.449
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	3.116
Valores pagos	( 38.285 )
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2013	840.543
Contribuições dos empregados	1.181
Rendimento líquido do Fundo	
. Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	15.471
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	11.211
Valores pagos	( 22.437 )
Valor patrimonial em 30 de Junho de 2014	845.969

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões no primeiro semestre de 2014 e no exercício de 2013 foram de 6,35% e 4,66%, respectivamente.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões do BST prevê que a carteira de activos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente acções, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento colectivo, depósitos bancários, outros activos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões do BST em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de Activos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Liquidez	0% a 15%
Imobiliário	5% a 25%
Obrigações Taxa Fixa	0% a 40%
Obrigações Taxa Variável	20% a 60%
Commodities	0% a 5%
Acções	0% a 35%
Alternativos	0% a 10%

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a composição do Fundo de Pensões do BST era como segue:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Instrumentos de dívida:		
. Rating BBB	103.307	83.939
. Rating BB	162.563	164.839
. Rating B	20.490	22.161
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	97.858	36.372
Fundos de Investimento Mobiliário	194.567	207.011
Fundos de Investimento Imobiliário	154.150	141.059
Depósitos	12.195	75.556
Imóveis:		
. Espaços comerciais	63.048	63.316
. Terrenos	860	860
Instrumentos de capital:		
. Acções portuguesas – cotadas	7.713	2.582
. Acções portuguesas – não cotadas	152	152
. Acções estrangeiras – cotadas	41.943	44.316
Instrumentos financeiros derivados		
. Opções cotadas	( 515 )	( 1.765 )
Outros	( 12.362 )	145
	-----	-----
	845.969	840.543
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a metodologia de apuramento do justo valor dos activos e passivos acima referidos adoptada pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do BST, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 48), foi como segue:

	<u>30-06-2014</u>				<u>31-12-2013</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Instrumentos de dívida	302.554	28.829	52.835	384.218	246.197	16.206	44.908	307.311
Fundos de Investimento	141.164	14.709	192.844	348.717	138.865	16.004	193.201	348.070
Instrumentos de capital	49.656	-	152	49.808	46.898	-	152	47.050
Instrumentos financeiros derivados	(515)	-	-	(515)	(1.765)	-	-	(1.765)
Imóveis	-	-	63.908	63.908	-	-	64.176	64.176
	<u>492.859</u>	<u>43.538</u>	<u>309.739</u>	<u>846.136</u>	<u>430.195</u>	<u>32.210</u>	<u>302.437</u>	<u>764.842</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos de empresas do Grupo Santander em Portugal:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Imóveis arrendados	21.650	21.918
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	161.016	160.279
	-----	-----
	182.666	182.197
	=====	=====

Em 2010, foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida para directivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de mEuros 4.430. Em 2013 o prémio pago pelo Banco ascendeu a mEuros 583 e o valor periodificado a 30 de Junho de 2014 ascende a mEuros 291.

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verificarem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 Euros.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 estavam abrangidos por este plano 111 colaboradores.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres foram os seguintes:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4,30%	4,60%
Taxa de crescimento salarial	3,60%	3,70%
Taxa de crescimento das pensões	2,10%	2,10%
Taxa de inflação	2,60%	2,70%

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	36.764	35.037
Cobertura – valor patrimonial do Fundo	32.900	30.720
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	( 3.864 )	( 4.317 )
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente ao plano de pensões da Sucursal de Londres, o movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no semestre findo em 30 de Junho de 2014 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, pode ser detalhado como segue:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2012	35.303
	-----
Custo dos serviços correntes	174
Custo dos juros	1.513
Ganhos actuariais	( 353 )
Valores pagos	( 855 )
Variações cambiais	( 745 )
	-----
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2013	35.037
	-----
Custo dos serviços correntes	81
Custo dos juros	813
Ganhos actuariais	( 170 )
Valores pagos	( 405 )
Variações cambiais	1.408
	-----
Responsabilidades a 30 de Junho de 2014	36.764
	=====

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres no semestre findo em 30 de Junho de 2014 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	31.342
	-----
Rendimento líquido do Fundo	741
Contribuição da Sucursal	152
Valores pagos	( 855 )
Variações cambiais	( 660 )
	-----
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2013	30.720
	-----
Rendimento líquido do Fundo	1.278
Contribuição da Sucursal	73
Valores pagos	( 405 )
Variações cambiais	1.234
	-----
Saldo em 30 de Junho de 2014	32.900
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os custos com o plano de benefício definido nos primeiros semestres de 2014 e 2013 da Sucursal de Londres apresentam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Custo dos serviços correntes	81	86
Custo dos juros	813	702
Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	( 813 )	( 702 )
	-----	-----
	81	86
	===	===

Os desvios actuariais do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres apresentam o seguinte detalhe e movimento:

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	5.966
	-----
Perdas actuariais com pensões em 2013	( 353 )
Ganhos financeiros com pensões em 2013	548
Variações cambiais	( 85 )
	-----
Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (Nota 26)	6.076
	-----
Ganhos actuariais com pensões no primeiro semestre de 2014	( 170 )
Ganhos financeiros com pensões no primeiro semestre de 2014	( 465 )
Variações cambiais	174
	-----
Saldo em 30 de Junho de 2014 (Nota 26)	5.615
	=====

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Instrumentos de dívida	26.916	25.218
Instrumentos de capital	5.723	5.413
Depósitos	261	89
	-----	-----
Valor do Fundo	32.900	30.720
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o saldo em balanço relacionado com os planos de pensões de benefício definido pode ser detalhado como segue:

	<u>30-06-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Insuficiência de financiamento (BST)	( 3.674 )	( 6.342 )
Insuficiência de financiamento (Sucursal de Londres)	( 3.864 )	( 4.317 )
	-----	-----
Total (Nota 25)	( 7.538 )	( 10.659 )
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor actualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em Euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões; contudo, será parcialmente compensada com um aumento na rentabilidade do Fundo de Pensões.
- Risco de longevidade – o valor actualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor actualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde (SAMS) decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como se segue:

	30-06-2014			31-12-2013		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.199	34.916	47.612	5.228	32.130	43.814
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	185	142	194	181	104	142
Pensionistas	1.015	4.756	6.486	996	4.784	6.524
Reformados e reformados antecipadamente	5.308	77.732	105.998	5.339	79.725	108.717
	<b>11.707</b>	<b>117.546</b>	<b>160.290</b>	<b>11.744</b>	<b>116.744</b>	<b>159.196</b>



45. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO**Descrição das operações**

O BST procedeu à titularização de uma parte da sua carteira de crédito hipotecário. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC.

Em Abril de 2009, a Totta IFIC procedeu à titularização de parte da sua carteira de leasing e aluguer de longa duração. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a um fundo de titularização de créditos denominado LeaseTotta nº 1 FTC.

Em Maio de 2013, o BST procedeu à liquidação do Hipototta n.º 7. Esta liquidação ocorreu através do "Mortgage Retransfer Agreement", mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.196.403.

Parte dos Fundos Hipototta e Leasetotta são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. O Grupo Santander não detém qualquer participação directa ou indirecta na Navigator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd. com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd. efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Hipototta e o LeaseTotta PLC/Ltd. emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, conseqüentemente, de remuneração. Em 30 de Junho de 2014, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 1 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	155.703	A-	Baa3	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	10.040	A-	Ba1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	4.424	A-	Ba2	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	<u>1.100.000</u>	<u>170.167</u>						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.117.600</u>	<u>181.167</u>						

Hipototta nº 4 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração		
	Inicial	Actual				Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado	
Classe A	2.616.040	939.039	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%	
Classe B	44.240	34.163	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%	
Classe C	139.720	107.893	B	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%	
	<u>2.800.000</u>	<u>1.081.095</u>						
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada		
	<u>2.814.000</u>	<u>1.095.095</u>						

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Hipototta nº 5 PLC								
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-	-	-	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	823.350	BBB	Baa3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	BBB-	Ba3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	BBB-	B2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BB	B3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB-	Caa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>930.350</u>						
Classe F	10.000	9.304	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>939.654</u>						

Leasetotta nº 1 Ltd						
Divida emitida	Montante		Rating DBRS	Data de reembolso	Remuneração	
	Inicial	Actual				
Classe A	1.040.000	50.138	AAH	Janeiro de 2042	Euribor 3 m + 0,30%	
Classe B	260.000	260.000		Janeiro de 2042	Euribor 3 m + 4,75%	
	<u>1.300.000</u>	<u>310.138</u>				
Classe C	65.000	65.000		Janeiro de 2042	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.365.000</u>	<u>375.138</u>				

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC e Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo LeaseTotta nº 1 Ltd vencem juros trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta e para o LeaseTotta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta e o LeaseTotta PLC/Ltd têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos Hipototta nº 1 e nº 4, as obrigações da classe F, no que se refere ao Hipototta nº 5 e as obrigações da classe C, no que se refere ao LeaseTotta nº 1 Ltd constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito titularizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e nº 4 PLC correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondeu a uma taxa média anual de 0,9% sobre o valor total da carteira de crédito. Para as obrigações da classe C do LeaseTotta nº 1, correspondeu a uma taxa média anual de 0,7% sobre o valor total da carteira de crédito.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados “Swap Agreements” entre o Grupo Santander e os primeiros Hipototta emitidos e entre o BST e os restantes veículos de titularização destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

#### 46. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais manteve saldos ou transacções no primeiro semestre de 2014 foram as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo</b>	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
<b>Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo</b>	
Totta & Açores Financing, Ltd.	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
<b>Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo</b>	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
<b>Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</b>	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO.1 FTC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo</b>	
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Banco Santander de Puerto Rico	Porto Rico
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Santander Bank & Trust Ltd.	Espanha
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	Espanha
Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha
Capital Grupo Santander, S.A. S.G.E.C.R.	Espanha
Santander Global Facilities	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc.	EUA
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Santander UK PLC	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda.	Portugal
Santander Asset Management, S.A., SGIIC	Espanha
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Consumer Bank A.S.	Noruega
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Backoffices Globales Espec. S.A.	Espanha
Santander Gestão de Activos SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Issuances, S.A.	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As entidades relacionadas do Banco com as quais manteve saldos ou transacções no exercício de 2013 foram as seguintes

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo</b>	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
<b>Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo</b>	
Totta & Açores Financing, Ltd.	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Novimovest	Portugal
Santander, Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
<b>Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo</b>	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
<b>Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</b>	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 7 Ltd	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 7 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO.1 FTC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo</b>	
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Banco Santander de Puerto Rico	Porto Rico
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Santander Bank & Trust Ltd.	Espanha
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	Espanha
Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha
Capital Grupo Santander, S.A. S.G.E.C.R.	Espanha
Santander Global Facilities	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Banco Banif, S.A.	Espanha
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander de Titulizacion SGFT	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc.	EUA
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Santander UK PLC	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Santander Asset Management, S.A., SGIIC	Espanha
Retama Real Estate, SL	Espanha
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda.	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	30-06-2014		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
<b>Activos:</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18.221	-	1.106
Activos financeiros detidos para negociação	306.927	-	29.939
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	12.484
Aplicações em instituições de crédito	1.052.877	13.169	213.742
Crédito a clientes	-	36.467	4.414
Derivados de cobertura	188.811	-	-
Investimentos em associadas	-	154.228	-
Outros activos	14.660	-	57.734
<b>Passivos:</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.611.272	-	50.670
Recursos de outras instituições de crédito	606.603	215.578	44.523
Recursos de clientes e outros empréstimos	86.331	98	1.317.379
Responsabilidades representadas por títulos	192.411	-	80.692
Derivados de cobertura	241.125	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.307
Outros passivos	10.409	-	6.578
<b>Custos:</b>			
Juros e encargos similares	114.181	209	28.962
Encargos com serviços e comissões	110	-	3.016
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	858.111	-	24.671
Resultados de reavaliação cambial	39	-	-
Gastos gerais administrativos	-	-	19.895
<b>Proveitos:</b>			
Juros e rendimentos similares	118.680	37	3.518
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	568.197	-	20.428
Resultados de reavaliação cambial	-	-	101
Rendimentos de serviços e comissões	99	-	49.469
Resultados de associadas	-	6.943	-
Outros resultados de exploração	-	-	104
<b>Extrapatrimoniais:</b>			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	18.251	-	38.741
Garantias recebidas	52	-	16.000
Compromissos perante terceiros	17.960	7.239	133.359
Operações cambiais e instrumentos derivados	18.342.296	-	654.143
Responsabilidades por prestação de serviços	4.964.941	60.629	2.862.506

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2013		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
<b>Activos:</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.674	-	1.780
Activos financeiros detidos para negociação	262.686	25.416	27.450
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	9.251
Aplicações em instituições de crédito	1.256.990	1.686	218.579
Crédito a clientes	-	35.717	13.151
Derivados de cobertura	174.964	-	-
Investimentos em associadas	-	147.730	-
Outros activos	17.536	5.047	64.722
<b>Passivos:</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.552.750	-	53.544
Recursos de outras instituições de crédito	574.924	154.986	7.099
Recursos de clientes e outros empréstimos	132.692	10.801	1.402.466
Responsabilidades representadas por títulos	125.496	-	80.985
Derivados de cobertura	370.487	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.307
Outros passivos	5.329	-	1.586
<b>Custos:</b>			
Juros e encargos similares	228.345	551	69.893
Encargos com serviços e comissões	26	-	1.320
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.009.308	-	47.942
Resultados de reavaliação cambial	-	-	312
Gastos gerais administrativos	-	-	39.889
Imparidade em investimentos em associadas e filiais	-	400	-
<b>Proveitos:</b>			
Juros e rendimentos similares	268.873	145	5.856
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.181.389	-	45.839
Resultados de reavaliação cambial	642	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	161	-	86.660
Resultados de associadas	-	14.069	-
Resultados de outros activos	-	-	12.588
Outros resultados de exploração	-	-	203
<b>Extrapatrimoniais:</b>			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	11.642	-	96.969
Garantias recebidas	710	-	1.400
Compromissos perante terceiros	19.669	6.058	48.386
Operações cambiais e instrumentos derivados	20.678.434	23.078	819.796
Responsabilidades por prestação de serviços	2.761.815	32.487	2.741.556



**ÓRGÃOS SOCIAIS**Conselho de Administração

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a mEuros 947 e mEuros 1.009, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nessas datas mEuros 3.500 e mEuros 2.725, respectivamente (Nota 40).

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial o qual se encontra descrito na Nota 47 e que está dividido em ciclos. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica de “Custos com o pessoal” nos exercícios findos em 30 de Junho de 2014 e 2013 é apresentado de seguida:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	-	54
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	6	6
	---	----
	6	60
	==	==

Os ciclos do plano de acções vinculado a objectivos dos membros do Conselho de Administração terminaram nas datas abaixo indicadas e foram atribuídas acções aos seguintes valores por acção:

<u>Ciclo</u>	<u>Data de finalização</u>	<u>Número de acções atribuídas</u>	<u>Valor por acção</u>
Primeiro	6 de Julho de 2009	97.676	8,49 Euros
Segundo	8 de Julho de 2010	136.719	8,77 Euros
Terceiro	11 de Julho de 2011	133.727	7,51 Euros
Quarto	9 de Julho de 2012	35.850	4,88 Euros
Quinto	31 de Julho de 2013	-	n.a.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. I).

Em Assembleia Geral de Accionistas do BST de 30 de Maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-totta. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento da pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral de Segurança Social.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 16.042 e mEuros 15.598, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para pensões e outros encargos” (Nota 22).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

47. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Por decisão da Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A., foi aprovado o “Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander”. Este plano está dividido em ciclos, tendo sido aprovados até ao momento seis ciclos. O BST está também inserido neste plano.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander, S.A.. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander, S.A. comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção para os primeiros três ciclos e o retorno total para o accionista nos restantes ciclos.

As datas de finalização dos ciclos do Plano de Acções Vinculado a Objectivos, o número total de acções atribuídas e o valor por acção, apresentam o seguinte detalhe:

Ciclo	Data de finalização	Número total de acções atribuídas	Valor por acção
Primeiro	6 de Julho de 2009	326.681	8,49
Segundo	8 de Julho de 2010	540.822	8,77
Terceiro	11 de Julho de 2011	571.640	7,51
Quarto	9 de Julho de 2012	200.897	4,88
Quinto	31 de Julho de 2013	-	n.a.

Conforme descrito na Nota 1.3. o), o registo dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, a cobertura e a execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 30 de Junho de 2014 e 2013, o custo total do “Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander” para todos os colaboradores do Banco abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como segue:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	-	736
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	460	460
	-----	-----
	460	1.196
	===	====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
<b>Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2012:</b>					
PI13	702.873	5,5707	jul/2013	318	2010
PI14	609.358	4,5254	jul/2014	309	2011
Movimento em 2013:					
PI13 - Acções não disponibilizadas	(702.873)	-	jul/2013	(318)	-
PI14 - Anulações <sup>(a)</sup>	(2.600)	-	jul/2014	(1)	-
<b>Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2013:</b>					
PI14	606.758	4,5254	jul/2014	308	2011
<b>Planos em vigor em 30 de Junho de 2014:</b>					
PI14	606.758	4,5254	jul/2014	308	2011

Notas:

(a) Anulação dos direitos atribuídos a beneficiários que não cumpriram os requisitos de permanência no Grupo Santander estabelecidos no Regulamento do Plano.

Para os Planos de Acções Vinculados a Objectivos em vigor a 30 de Junho de 2014 (6º ciclo), o justo valor foi determinado de acordo com a seguinte metodologia:

- Considerou-se que os beneficiários permanecem no Grupo Santander durante o período de vigência do plano;
- O valor relacionado com a posição relativa do retorno total para o accionista (RTA) foi determinado, na data de atribuição, com base no relatório de um perito independente que efectuou a sua valorização utilizando um modelo "MonteCarlo" com realização de 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das entidades incluídas no grupo de comparáveis. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de acções) são ordenados de acordo com um ranking decrescente, calculando uma média ponderada e descontando o montante à taxa de juro sem risco.

	PI14
Volatilidade (*)	51,35%
Rentabilidade anual do dividendo nos últimos anos	6,06%
Taxa de juro sem risco	4,073%

(\*) Volatilidade histórica do período correspondente (2 ou 3 anos)

O resultado da aplicação do modelo de simulação acima referido assume um valor percentual de 55,39% para o PI14, ao qual se aplica 50% do valor atribuído para determinar o custo contabilístico do incentivo do RTA. Esta valorização, por se referir a uma condição de mercado, não é susceptível de ajustamento a partir da data de atribuição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)48. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13**BALANÇO***Categorias de instrumentos financeiros*

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro 2013, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	30/06/2014				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	881.261	182.037	-	1.063.298
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	186.450	60.813	-	247.263
Activos financeiros detidos para negociação	2.216.725	-	-	-	2.216.725
Activos financeiros disponíveis para venda	6.817.629	-	20.883	(61.679)	6.776.833
Aplicações em instituições de crédito	-	1.453.887	-	-	1.453.887
Crédito a clientes	40.450	26.783.102	-	(1.135.165)	25.688.387
Derivados de cobertura	193.377	-	-	-	193.377
	<b>9.268.181</b>	<b>29.304.700</b>	<b>263.733</b>	<b>(1.196.844)</b>	<b>37.639.770</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	-	4.243.056	-	-	4.243.056
Passivos financeiros detidos para negociação	1.881.329	-	-	-	1.881.329
Recursos de outras instituições de crédito	-	5.548.778	-	-	5.548.778
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.787.588	16.303.218	46.950	-	20.137.756
Responsabilidades representadas por títulos	1.192.037	2.891.880	-	-	4.083.917
Derivados de cobertura	241.543	-	-	-	241.543
Passivos subordinados	-	4.307	-	-	4.307
	<b>7.102.497</b>	<b>28.991.239</b>	<b>46.950</b>	<b>-</b>	<b>36.140.686</b>
<b>31-12-2013</b>					
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	116.135	221.706	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	497.312	55.609	-	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.115	-	-	-	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	4.423.054	-	20.937	(61.738)	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	-	3.270.970	-	-	3.270.970
Crédito a clientes	42.520	27.142.877	-	(1.077.876)	26.107.521
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	199.427
	<b>6.614.116</b>	<b>31.027.294</b>	<b>298.252</b>	<b>(1.139.614)</b>	<b>36.800.048</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	-	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	-	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.175.058	-	-	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.621.415	17.009.744	75.842	-	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	1.326.599	1.207.562	-	-	2.534.161
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	370.684
Passivos subordinados	-	4.307	-	-	4.307
	<b>6.938.466</b>	<b>28.638.081</b>	<b>75.842</b>	<b>-</b>	<b>35.652.389</b>

No primeiro semestre de 2014 e no exercício de 2013, não ocorreram movimentos de reclassificação de activos financeiros.

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura de justo valor são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção relativamente ao risco coberto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2014 e 2013, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	30/06/2014					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	1.400.956	(1.507.915)	(106.959)	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	228.485	(3.373)	225.112	270.642	-	270.642
Disponibilidades em bancos centrais e aplicações em outras instituições de crédito	21.012	-	21.012	-	-	-
Crédito a clientes	681.372	(377.362)	304.010	-	-	-
Derivados de cobertura	192.029	(127.870)	64.159	-	(7.386)	(7.386)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(31.615)	(31.615)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.983	(175.107)	(153.124)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	56.761	(73.074)	(16.313)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(82)	(82)	-	-	-
	<b>2.602.598</b>	<b>(2.296.398)</b>	<b>306.200</b>	<b>270.642</b>	<b>(7.386)</b>	<b>263.256</b>
Garantias prestadas	10.234	(986)	9.248			
Linhas de crédito	6.094	(3.333)	2.761			

	30-06-2013					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	1.044.161	(1.034.974)	9.187	-	-	-
Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.601	(1.403)	1.198	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	6.562	(8.541)	(1.979)	129.474	-	129.474
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	31.270	-	31.270	-	-	-
Crédito a clientes	632.624	(351.176)	281.448	-	-	-
Derivados de cobertura	251.019	(217.025)	33.994	-	(38.287)	(38.287)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(26.148)	(26.148)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	55.843	(209.052)	(153.209)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	25.616	(28.118)	(2.502)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(84)	(84)	-	-	-
	<b>2.049.696</b>	<b>(1.876.521)</b>	<b>173.175</b>	<b>129.474</b>	<b>(38.287)</b>	<b>91.187</b>
Garantias prestadas	10.099	2.265	12.364			
Linhas de crédito	5.797	(758)	5.039			

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 30 de Junho de 2014 e 2013, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 2.229 e mEuros 1.729, respectivamente (Nota 37).

Nos primeiros semestres de 2014 e 2013, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2014			30-06-2013		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	167	-	167	588	-	588
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	-	8	9	-	9
Activos financeiros disponíveis para venda	105.276	-	105.276	73.285	-	73.285
Aplicações em instituições de crédito	20.837	-	20.837	30.673	-	30.673
Crédito a clientes	366.629	(32)	366.597	390.225	(77)	390.148
	<b>492.917</b>	<b>(32)</b>	<b>492.885</b>	<b>494.780</b>	<b>(77)</b>	<b>494.703</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	-	(10.557)	(10.557)	-	(12.030)	(12.030)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(21.058)	(21.058)	-	(14.118)	(14.118)
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.070	(171.772)	(166.702)	4.297	(208.987)	(204.690)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(24.211)	(24.211)	-	(27.694)	(27.694)
Passivos subordinados	-	(82)	(82)	-	(84)	(84)
	<b>5.070</b>	<b>(227.680)</b>	<b>(222.610)</b>	<b>4.297</b>	<b>(262.913)</b>	<b>(258.616)</b>
Garantias prestadas	9.899	-	9.899	9.974	-	9.974
Linhas de crédito	2.817	-	2.817	3.933	-	3.933

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos primeiros semestres de 2014 e 2013, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa de juro efectiva, de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2014			30-06-2013		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<b><u>Activo</u></b>						
Crédito a clientes	16.069	(7.482)	8.587	25.669	(7.441)	18.228
<b><u>Passivo</u></b>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.915	-	16.915	18.227	-	18.227

O Banco reconheceu durante os primeiros semestres de 2014 e 2013 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido, ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 3.360 e mEuros 4.647, respectivamente (Nota 30).

**OUTRAS DIVULGAÇÕES****Contabilidade de cobertura**

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentam o seguinte detalhe:

	30/06/2014					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	35.775	36.018	4.383	40.401	35.776	(4.626)
Activos financeiros disponíveis para venda	1.330.000	1.343.596	159.033	1.502.629	1.330.000	(172.039)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.731.428)	(3.788.196)	608	(3.787.588)	3.584.008	42.943
Responsabilidades representadas por títulos	(1.154.562)	(1.184.153)	(7.884)	(1.192.037)	1.155.142	32.200
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.286.509	3.286.509	-	3.286.509	2.250.000	89.110
Responsabilidades representadas por títulos	1.084.089	1.084.089	-	1.084.089	650.000	(35.754)
	<b>850.383</b>	<b>777.863</b>	<b>156.140</b>	<b>934.003</b>	<b>9.004.926</b>	<b>(48.166)</b>

	31-12-2013					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	38.085	38.323	4.200	42.523	38.086	(4.477)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.830	225.613	2.344.443	2.075.000	(267.880)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.576.534)	(3.625.401)	3.986	(3.621.415)	3.579.439	33.602
Responsabilidades representadas por títulos	(1.341.104)	(1.357.461)	30.862	(1.326.599)	1.449.525	(23.554)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	4.492.042	4.492.042	-	4.492.042	5.450.000	80.640
Responsabilidades representadas por títulos	1.141.190	1.141.190	-	1.141.190	650.000	10.412
	<b>2.828.679</b>	<b>2.807.523</b>	<b>264.661</b>	<b>3.072.184</b>	<b>13.242.050</b>	<b>(171.257)</b>

**Cobertura de fluxos de caixa**

Os períodos esperados para ocorrência dos cash flows que afectarão os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	30/06/2014					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	4.728	2.436	25.335	34.648	(13.791)	53.356

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2013					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Swaps de taxa de juro	40.959	8.125	6.861	48.869	(13.762)	91.052

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos semestres findos em 30 de Junho de 2014 e 2013, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados					
	30-06-2014			30-06-2013		
	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	183	(183)	-	(1.317)	1.317	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(66.580)	66.580	-	(74.224)	74.224	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.335)	5.219	1.884	33.254	(32.325)	929
Responsabilidades representadas por títulos	4.829	(6.566)	(1.737)	24.543	(26.081)	(1.538)
	(64.903)	65.050	147	(17.744)	17.135	(609)

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2014		Total
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
<b><u>Activo</u></b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.063.298	1.063.298
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	247.263	247.263
Activos financeiros detidos para negociação	2.216.725	-	2.216.725
Activos financeiros disponíveis para venda	6.763.373	13.460	6.776.833
Aplicações em instituições de crédito	-	1.453.887	1.453.887
Crédito a clientes	40.401	25.647.986	25.688.387
Derivados de cobertura	193.377	-	193.377
	9.213.876	28.425.894	37.639.770
<b><u>Passivo</u></b>			
Recursos de bancos centrais	-	4.243.056	4.243.056
Passivos financeiros detidos para negociação	1.881.329	-	1.881.329
Recursos de outras instituições de crédito	-	5.548.778	5.548.778
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.787.588	16.350.168	20.137.756
Responsabilidades representadas por títulos	1.192.037	2.891.880	4.083.917
Derivados de cobertura	241.543	-	241.543
Passivos subordinados	-	4.307	4.307
	7.102.497	29.038.189	36.140.686

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2013		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<b><u>Activo</u></b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	337.841	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	552.921	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.115	-	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	4.368.744	13.509	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	-	3.270.970	3.270.970
Crédito a clientes	42.523	26.064.998	26.107.521
Derivados de cobertura	199.427	-	199.427
	<u>6.559.809</u>	<u>30.240.239</u>	<u>36.800.048</u>
<b><u>Passivo</u></b>			
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.175.058	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.621.415	17.085.586	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	1.326.599	1.207.562	2.534.161
Derivados de cobertura	370.684	-	370.684
Passivos subordinados	-	4.307	4.307
	<u>6.938.466</u>	<u>28.713.923</u>	<u>35.652.389</u>

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o justo valor de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2014					Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Periodificações	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade	
<b><u>Activo</u></b>						
Activos financeiros detidos para negociação	333.736	1.068	1.881.921	-	-	2.216.725
Activos financeiros disponíveis para venda	6.522.224	99.505	36.867	159.033	(54.256)	6.763.373
Crédito a clientes	35.775	293	-	4.383	(50)	40.401
Derivados de cobertura	-	-	193.377	-	-	193.377
	<u>6.891.735</u>	<u>100.866</u>	<u>2.112.165</u>	<u>163.416</u>	<u>(54.306)</u>	<u>9.213.876</u>
<b><u>Passivo</u></b>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.881.329	-	-	1.881.329
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.731.428	56.768	-	(608)	-	3.787.588
Responsabilidades representadas por títulos	1.154.563	29.590	-	7.884	-	1.192.037
Derivados de cobertura	-	-	241.543	-	-	241.543
	<u>4.885.991</u>	<u>86.358</u>	<u>2.122.872</u>	<u>7.276</u>	<u>-</u>	<u>7.102.497</u>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2013					Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Periodificações	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	
<b>Activo</b>						
Activos financeiros detidos para negociação	355.921	1.650	1.591.544	-	-	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	4.369.692	61.522	(233.773)	225.613	(54.310)	4.368.744
Crédito a clientes	38.085	324	-	4.200	(86)	42.523
Derivados de cobertura	-	-	199.427	-	-	199.427
	<u>4.763.698</u>	<u>63.496</u>	<u>1.557.198</u>	<u>229.813</u>	<u>(54.396)</u>	<u>6.559.809</u>
<b>Passivo</b>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.619.768	-	-	1.619.768
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.576.534	48.867	-	(3.986)	-	3.621.415
Responsabilidades representadas por títulos	1.340.822	16.639	-	(30.862)	-	1.326.599
Derivados de cobertura	-	-	370.684	-	-	370.684
	<u>4.917.356</u>	<u>65.506</u>	<u>1.990.452</u>	<u>(34.848)</u>	<u>-</u>	<u>6.938.466</u>

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados activos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30/06/2014			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
<b>Activo</b>				
Activos financeiros detidos para negociação	276.043	1.926.865	13.817	2.216.725
Activos financeiros disponíveis para venda	5.723.639	702.333	337.401	6.763.373
Crédito a clientes	-	40.401	-	40.401
Derivados de cobertura	-	193.377	-	193.377
	<u>5.999.682</u>	<u>2.862.976</u>	<u>351.218</u>	<u>9.213.876</u>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.881.329	-	1.881.329
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.787.588	-	3.787.588
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.192.037	-	1.192.037
Derivados de cobertura	-	241.543	-	241.543
	<u>-</u>	<u>7.102.497</u>	<u>-</u>	<u>7.102.497</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2013			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<b><u>Activo</u></b>				
Activos financeiros detidos para negociação	267.025	1.540.019	142.071	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	3.417.440	686.315	264.989	4.368.744
Crédito a clientes	-	42.523	-	42.523
Derivados de cobertura	-	199.427	-	199.427
	<u>3.684.465</u>	<u>2.468.284</u>	<u>407.060</u>	<u>6.559.809</u>
<b><u>Passivo</u></b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.619.768	-	1.619.768
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.621.415	-	3.621.415
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.326.599	-	1.326.599
Derivados de cobertura	-	370.684	-	370.684
	<u>-</u>	<u>6.938.466</u>	<u>-</u>	<u>6.938.466</u>

A valorização dos activos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, fundos de investimento mobiliário abertos e acções.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda valorizados com bids indicativos fornecidos por contrapartes externas e a maioria dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização de cash flows futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do spread de crédito do emitente ou da entidade com rating similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

<u>Instrumento financeiro derivado</u>	<u>Principais técnicas de valorização</u>
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, no apuramento dos *Credit Value Adjustments* e dos *Debit Value Adjustments* aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes inputs:

- Contrapartes com *credit default swaps* cotados – Cotações publicadas em mercados activos;
- Contrapartes sem *credit default swaps* cotados:
  - Cotações publicadas em mercados activos para contrapartes com risco similar; ou
  - Probabilidade de default apurada tendo em conta o rating interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x loss given default (específica para clientes de project finance e 60% para outros clientes).

Quando os inputs utilizados na valorização de instrumentos financeiros derivados resultaram de dados observáveis de mercado, o Banco classificou os seus instrumentos financeiros derivados valorizados a justo valor no Nível 2. Quando tal valorização resultou de informação interna preparada pelo Banco, o mesmo classificou aqueles instrumentos financeiros no Nível 3.

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, alguns títulos não cotados em mercados activos para os quais o Banco utiliza na sua valorização extrapolações de dados de mercado.

No primeiro semestre de 2014, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna “Nível 3” foi como segue:

	30/06/2014			
	Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros disponíveis para venda	Total
	Títulos	Derivados		
Saldo inicial	35.952	106.119	264.989	407.060
Aquisições	-	-	72.412	72.412
Alienações	-	-	-	-
Reclassificações	-	(106.119)	-	(106.119)
Alterações de justo valor	(22.135)	-	-	(22.135)
Saldo final	13.817	-	337.401	351.218

As transferências ocorridas no primeiro semestre de 2014 para o Nível 3 podem ser explicadas como se segue:

- Reclassificação de Nível 2 de instrumentos de dívida cuja valorização se baseou, nomeadamente, em *spreads* de crédito apurados internamente pelo Banco;
- Aquisições de instrumentos de dívida cuja valorização se baseou, nomeadamente, em *spreads* de crédito apurados internamente pelo Banco;
- Reclassificação para Nível 2 dos instrumentos financeiros derivados cujos os respectivos Credit Value Adjustments/Debit Value Adjustments foram apurados tendo em conta *spreads* de crédito de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014, as técnicas de valorização, os inputs utilizados e a relação entre esses inputs e o justo valor apurado para os instrumentos financeiros classificados no Nível 3 são como segue:

Activos financeiros	Técnicas de valorização	Inputs utilizados	Relação entre os inputs utilizados e o justo valor apurado
<i>Activos financeiros detidos para negociação</i>			
Titulos de dívida	Preço disponibilizado pela contraparte	Sem informação	Não aplicável
<i>Activos financeiros disponíveis para venda</i>			
Titulos de dívida	Discounted cash flows	Spread de crédito apurado internamente pelo Banco	Caso seja utilizado um spread de crédito maior, o justo valor do título virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizado um spread de crédito menor, o justo valor do título virá aumentado.
Unidades de participação em Fundos de Capital de Risco	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	Sem informação	Não aplicável

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas foram as seguintes:

	30/06/2014		31/12/2013	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	0,61%	0,29%	0,28%	0,31%
1 mês	0,39%	0,24%	0,44%	0,25%
3 meses	0,33%	0,23%	0,39%	0,25%
6 meses	0,31%	0,24%	0,38%	0,27%
9 meses	0,30%	0,25%	0,39%	0,29%
1 ano	0,29%	0,28%	0,40%	0,31%
3 anos	0,39%	1,01%	0,74%	0,86%
5 anos	0,66%	1,73%	1,26%	1,80%
7 anos	1,00%	2,23%	1,70%	2,51%
10 anos	1,47%	2,72%	2,21%	3,18%

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou custo histórico era o seguinte:

	30/06/2014		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<b><u>Activo</u></b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.063.298	1.063.298	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	247.263	247.263	-
Activos financeiros disponíveis para venda	13.460	13.460	-
Aplicações em instituições de crédito	1.453.887	1.486.600	32.713
Crédito a clientes	25.647.986	22.976.448	(2.671.538)
	<u>28.425.894</u>	<u>25.787.069</u>	<u>(2.638.825)</u>
<b><u>Passivo</u></b>			
Recursos de bancos centrais	4.243.056	4.243.056	-
Recursos de outras instituições de crédito	5.548.778	5.559.375	(10.597)
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.350.168	16.500.049	(149.881)
Responsabilidades representadas por títulos	2.891.880	2.742.447	149.433
Passivos subordinados	4.307	4.307	-
	<u>29.038.189</u>	<u>29.049.234</u>	<u>(11.045)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2013		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<b><u>Activo</u></b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	337.841	337.841	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	552.921	552.921	-
Activos financeiros disponíveis para venda	13.509	13.509	-
Aplicações em instituições de crédito	3.270.970	3.358.931	87.961
Crédito a clientes	26.064.998	23.114.032	(2.950.966)
	<u>30.240.239</u>	<u>27.377.234</u>	<u>(2.863.005)</u>
<b><u>Passivo</u></b>			
Recursos de bancos centrais	6.241.410	6.122.608	118.802
Recursos de outras instituições de crédito	4.175.058	4.197.975	(22.917)
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.085.586	17.230.163	(144.577)
Responsabilidades representadas por títulos	1.207.562	920.474	287.088
Passivos subordinados	4.307	4.301	6
	<u>28.713.923</u>	<u>28.475.521</u>	<u>238.402</u>

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico, apresentam o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<b><u>Activo</u></b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.063.298	-	1.063.298
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	247.263	-	247.263
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.460	13.460
Aplicações em instituições de crédito	-	1.453.887	-	1.453.887
Crédito a clientes	-	-	25.647.986	25.647.986
	-	<u>2.764.448</u>	<u>25.661.446</u>	<u>28.425.894</u>
<b><u>Passivo</u></b>				
Recursos de bancos centrais	-	4.243.056	-	4.243.056
Recursos de outras instituições de crédito	-	5.548.778	-	5.548.778
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	16.350.168	16.350.168
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	2.891.880	2.891.880
Passivos subordinados	-	-	4.307	4.307
	-	<u>9.791.834</u>	<u>19.246.355</u>	<u>29.038.189</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2013			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	
<b><u>Activo</u></b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	337.841	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	552.921	-	552.921
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.509	13.509
Aplicações em instituições de crédito	-	3.270.970	-	3.270.970
Crédito a clientes	-	-	26.064.998	26.064.998
	-	4.161.732	26.078.507	30.240.239
<b><u>Passivo</u></b>				
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	-	6.241.410
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.175.058	-	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	17.085.586	17.085.586
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	1.207.562	1.207.562
Passivos subordinados	-	-	4.307	4.307
	-	10.416.468	18.297.455	28.713.923

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os fluxos futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário.
- O justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção do último trimestre, para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os fluxos futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano para cada tipo de depósito;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos foi efectuado o desconto dos fluxos futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do semestre / ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos fluxos de caixa futuros, foram utilizadas as taxas de juro de mercado e os prazos residuais para cada emissão.

**GESTÃO DE RISCOS****RISCO DE CRÉDITO**

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão de riscos de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a exposição máxima a risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2014		31-12-2013	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.063.298	1.063.298	337.841	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	247.263	247.263	552.921	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	2.216.725	2.216.725	1.949.115	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	6.776.833	6.776.833	4.382.253	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	1.453.887	1.453.887	3.270.970	3.270.970
Crédito a clientes	25.688.387	30.569.804	26.107.521	30.967.721
Derivados de cobertura	193.377	193.377	199.427	199.427
Investimentos em associadas	154.228	154.228	147.730	147.730
	<u>37.793.998</u>	<u>42.675.415</u>	<u>36.947.778</u>	<u>41.807.978</u>
Garantias prestadas (Nota 29)	<u>1.334.248</u>	<u>1.334.248</u>	<u>1.384.781</u>	<u>1.384.781</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A exposição máxima em “Crédito a clientes” em 30 de Junho de 2014 inclui mEuros 767.160 e mEuros 4.114.257 referentes a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 652.278 e mEuros 4.207.922 em 31 de Dezembro de 2013, respectivamente).

Crédito concedido

Mensalmente, o Banco analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, o BST efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 10).

De acordo com os requisitos definidos na carta circular n.º 02/2014/DSP de 26 de Fevereiro de 2014 do Banco de Portugal, o Banco apresenta a seguinte informação referente a 30 de Junho de 2014:

A exposição creditícia e a respectiva imparidade por segmento:

Segmento	Exposição a 30-06-2014					Imparidade a 30-06-2014		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	7.490.991	7.161.083	304.088	329.908	148.639	(292.384)	(85.113)	(207.271)
Construção e CRE	3.068.554	2.543.177	374.815	525.377	291.996	(326.693)	(66.407)	(260.286)
Habituação	15.029.343	14.564.748	886.858	464.595	154.280	(325.943)	(174.367)	(151.576)
Retail	1.889.161	1.685.084	219.282	204.077	117.898	(198.712)	(35.486)	(163.226)
Garantias	1.446.911	1.446.911	-	-	-	(1.263)	(649)	(614)
	<b>28.924.960</b>	<b>27.401.003</b>	<b>1.785.043</b>	<b>1.523.957</b>	<b>712.813</b>	<b>(1.144.995)</b>	<b>(362.022)</b>	<b>(782.973)</b>

Segmento	Exposição total 30-06-2014				
	Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90 *	Dias de atraso > 90 dias
<b>Crédito</b>					
Corporate	7.490.991	7.099.074	62.009	6.053	323.855
Construção e CRE	3.068.554	2.498.590	44.587	77.115	448.262
Habituação	15.029.343	14.300.182	264.566	68.020	396.575
Retail	1.889.161	1.655.006	30.078	16.798	187.279
Garantias	1.446.911	1.446.478	433	-	-
	<b>28.924.960</b>	<b>26.999.330</b>	<b>401.673</b>	<b>167.986</b>	<b>1.355.971</b>
<b>Imparidade</b>					
Corporate	(292.384)	(68.416)	(16.697)	(2.674)	(204.597)
Construção e CRE	(326.693)	(53.025)	(13.382)	(31.111)	(229.175)
Habituação	(325.943)	(144.373)	(29.994)	(7.340)	(144.236)
Retail	(198.712)	(25.291)	(10.195)	(3.692)	(159.534)
Garantias	(1.263)	(648)	(1)	-	(614)
	<b>(1.144.995)</b>	<b>(291.753)</b>	<b>(70.269)</b>	<b>(44.817)</b>	<b>(738.156)</b>
	<b>27.779.965</b>	<b>26.707.577</b>	<b>331.404</b>	<b>123.169</b>	<b>617.815</b>

Ano de produção	Corporate			Construção e CRE			Habituação			Retail		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	9.682	326.707	(9.482)	4.286	174.874	(10.907)	130.087	4.533.251	(112.438)	120.952	137.508	(4.919)
2005	2.194	103.802	(6.247)	995	110.354	(10.107)	26.488	1.378.970	(33.052)	21.198	26.649	(795)
2006	1.866	129.951	(8.323)	1.220	112.004	(15.248)	27.355	1.625.063	(37.349)	20.428	31.649	(1.319)
2007	2.834	185.030	(12.523)	1.869	155.930	(19.289)	36.842	2.229.609	(51.101)	32.620	53.996	(3.428)
2008	3.201	260.447	(18.442)	2.517	222.146	(28.362)	26.981	1.635.490	(40.398)	35.121	72.896	(8.568)
2009	4.347	456.628	(27.532)	2.881	223.551	(31.020)	17.812	1.146.356	(20.320)	44.061	117.787	(14.831)
2010	8.361	456.427	(39.468)	4.035	315.007	(48.099)	15.923	1.179.397	(16.032)	58.384	180.366	(30.518)
2011	9.646	438.963	(46.947)	4.103	365.181	(50.399)	7.793	518.828	(7.401)	75.296	227.539	(48.939)
2012	10.009	596.684	(54.350)	4.007	559.438	(76.253)	5.085	335.762	(3.961)	88.223	307.099	(50.406)
2013	13.008	973.603	(48.388)	4.159	351.977	(27.610)	4.054	301.204	(2.695)	99.597	476.492	(28.541)
2014	87.880	3.562.750	(20.682)	16.038	478.092	(9.399)	1.931	145.414	(1.195)	38.569	257.180	(6.448)
	<b>153.028</b>	<b>7.490.991</b>	<b>(292.384)</b>	<b>46.110</b>	<b>3.068.554</b>	<b>(326.693)</b>	<b>300.351</b>	<b>15.029.343</b>	<b>(325.943)</b>	<b>634.449</b>	<b>1.889.161</b>	<b>(198.712)</b>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2014, o risco de crédito estimado de forma individual e através do modelo estatístico de imparidade apresentava a seguinte decomposição por segmento:

	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Corporate	393.973	7.097.018	7.490.991	(104.467)	(187.917)	(292.384)
Construção e CRE	915.298	2.153.256	3.068.554	(239.991)	(86.702)	(326.693)
Habitação	-	15.029.343	15.029.343	-	(325.943)	(325.943)
Retail	-	1.889.161	1.889.161	-	(198.712)	(198.712)
Garantias	10.968	1.435.943	1.446.911	(1.077)	(186)	(1.263)
	<u>1.320.239</u>	<u>27.604.721</u>	<u>28.924.960</u>	<u>(345.535)</u>	<u>(799.460)</u>	<u>(1.144.995)</u>

Em 30 de Junho de 2014, o risco de crédito estimado de forma individual e através do modelo estatístico de imparidade apresentava a seguinte decomposição por sector de actividade, para os segmentos *Corporate* e "Construção e CRE":

	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Actividades Financeiras e de Seguros	51.922	1.158.678	1.210.600	(18.339)	(3.997)	(22.336)
Actividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares	31.965	179.494	211.459	(7.636)	(7.226)	(14.862)
Actividades de saúde humana e apoio social	11.024	139.740	150.764	(2.612)	(3.275)	(5.887)
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	31.344	31.344	-	(545)	(545)
Indústrias Transformadoras	61.785	1.571.083	1.632.868	(15.489)	(46.791)	(62.280)
Captação, tratamento e distribuição de água saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1.522	93.066	94.588	(13)	(999)	(1.012)
Construção	648.612	1.372.131	2.020.743	(171.564)	(51.042)	(222.606)
Actividades imobiliárias	251.706	425.454	677.160	(63.979)	(10.540)	(74.519)
Educação	1.000	26.637	27.637	(650)	(880)	(1.530)
Outras actividades de serviços	18.203	63.309	81.512	(1.270)	(2.304)	(3.574)
Transportes e armazenagem	7.687	231.811	239.498	(1.567)	(10.167)	(11.734)
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	9.862	23.216	33.078	(986)	(1.764)	(2.750)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	4.297	96.783	101.080	(1.004)	(6.083)	(7.087)
Comércio por grosso e a retalho	114.023	1.390.833	1.504.856	(35.098)	(87.983)	(123.081)
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	20.568	170.990	191.558	(11.965)	(6.119)	(18.084)
Actividades de informação e de comunicação	1.021	155.722	156.743	(293)	(3.871)	(4.164)
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	682.478	682.478	-	(1.784)	(1.784)
Alojamento, Restauração e Similares	65.413	329.940	395.353	(10.070)	(10.698)	(20.768)
Indústrias Extrativas	6.977	15.423	22.400	(322)	(1.439)	(1.761)
Administração Pública e defesa segurança social obrigatória	-	666.899	666.899	-	(108)	(108)
Outros	1.684	425.243	426.927	(1.601)	(17.004)	(18.605)
	<u>1.309.271</u>	<u>9.250.274</u>	<u>10.559.545</u>	<u>(344.458)</u>	<u>(274.619)</u>	<u>(619.077)</u>

Em 30 de Junho de 2014, o risco de crédito estimado de forma individual e através do modelo estatístico de imparidade apresentava a seguinte decomposição por geografia:

	Portugal	
	Exposição	Imparidade
Individual	1.320.239	(345.535)
Coletiva	27.604.721	(799.460)
Total	<u>28.924.960</u>	<u>(1.144.995)</u>

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 Euros são efectuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de default a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o rating é determinado pela análise dos seguintes factores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Genericamente, a classificação de rating interno do Banco pode ser descrita da seguinte forma:

Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;  
 Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito médio;  
 Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito baixo.

Em 30 de Junho de 2014, a carteira de crédito do Banco apresentava a seguinte segmentação de acordo com o grau de risco interno atribuído:

	Grau de risco				
	Elevado	Médio	Baixo	Sem Rating	Total
Corporate	277.244	4.370.901	1.950.037	892.809	7.490.991
Construção e CRE	438.106	1.942.230	92.995	595.223	3.068.554
Habitação	2.255.990	1.480.286	10.569.531	723.536	15.029.343
Retail	376.820	305.105	915.353	291.883	1.889.161
Garantias	8.689	696.067	693.645	48.510	1.446.911
<b>Total</b>	<b>3.356.849</b>	<b>8.794.589</b>	<b>14.221.561</b>	<b>2.551.961</b>	<b>28.924.960</b>

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascende a mEuros 267.278 e mEuros 271.850, respectivamente, e apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2014	31-12-2013
Activos não correntes detidos para venda (Nota 12):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	257.875	268.035
. Unidades de participação	18.663	18.663
. Equipamento	3.225	4.021
Propriedades de investimento (Nota 13)	18.191	18.191
Outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	79.035	72.477
Activos financeiros disponíveis para venda	22.121	22.121
	<b>399.110</b>	<b>403.508</b>
Imparidade para activos não correntes detidos para venda (Nota 12):		
. De imóveis recebidos em dação em pagamento	(86.448)	(87.677)
. De unidades de participação	(4.000)	(4.000)
. De equipamento	(2.573)	(2.927)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	(16.690)	(14.933)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	(22.121)	(22.121)
	<b>(131.832)</b>	<b>(131.658)</b>
	<b>267.278</b>	<b>271.850</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de activo é o seguinte:

Activo	30 de Junho de 2014		
	Números de Imóveis	Justo Valor do Activo	Valor Contabilístico
<b>Terreno</b>			
Urbano	81	23.609	19.121
Rural	61	6.029	4.817
<b>Edifícios Construídos</b>			
Comerciais	508	71.607	56.049
Habitação	1.360	104.907	85.762
Outros	34	8.841	5.678
<b>Outros</b>	2	32.854	32.854
<b>Total</b>	<b>2.046</b>	<b>247.847</b>	<b>204.281</b>

Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por antiguidade é o seguinte:

Activo	30 de Junho de 2014				
	< 1 ano	>= 1ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total
<b>Terreno</b>					
Urbano	694	2.480	14.923	1.024	19.121
Rural	-	3.478	487	852	4.817
<b>Edifícios Construídos</b>					
Comerciais	13.334	31.867	7.276	3.572	56.049
Habitação	23.993	40.569	17.290	3.910	85.762
Outros	684	2.111	1.673	1.210	5.678
<b>Outros</b>	-	32.854	-	-	32.854
<b>Total</b>	<b>38.705</b>	<b>113.359</b>	<b>41.649</b>	<b>10.568</b>	<b>204.281</b>

Crédito reestruturado

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, as operações de crédito reestruturado foram identificadas de acordo com a Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal (que veio substituir a Instrução nº 18/2012) que estabelece a definição de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente.

De acordo com a referida Instrução, as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respectivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente, devendo para o efeito incluir a menção “crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente”.

Considera-se que um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante a instituição ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A desmarcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente apenas se pode verificar depois de decorrido um período mínimo de dois anos desde a data da sua reestruturação, desde que se verifiquem cumulativamente determinadas condições. O BST até ao momento não procedeu a qualquer desmarcação.

Em 30 de Junho de 2014, a carteira de crédito reestruturado apresentava a seguinte decomposição por medida de reestruturação aplicada:

	30/06/2014								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Período de carência	33.474	876.645	(64.430)	9.697	234.730	(110.391)	43.171	1.111.375	(174.821)
Outros	28.004	908.398	(93.468)	11.717	478.083	(242.599)	39.721	1.386.481	(336.067)
	<u>61.478</u>	<u>1.785.043</u>	<u>(157.898)</u>	<u>21.414</u>	<u>712.813</u>	<u>(352.990)</u>	<u>82.892</u>	<u>2.497.856</u>	<u>(510.888)</u>

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o valor de balanço dos instrumentos de dívida e de capital apresenta o seguinte detalhe, por rating externo, de acordo com a notação de rating da Standard & Poor's:

	30/06/2014	31/12/2013
Activos financeiros detidos para negociação		
Rating S&P		
AA+ / AA / AA-	-	2.098
A+ / A / A-	48.144	53.382
BBB+ / BBB / BBB-	143.452	96.913
BB+ / BB / BB-	38.575	101.169
B+ / B / B-	8.895	7.815
Sem rating externo	98.872	84.693
	<u>337.938</u>	<u>346.070</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P		
AA+ / AA / AA-	7.418	7.437
BBB+ / BBB / BBB-	342.658	1.067.927
BB+ / BB / BB-	5.383.293	2.246.906
B+ / B / B-	473.547	362.756
Sem rating externo	453.651	697.227
	<u>6.660.567</u>	<u>4.382.253</u>
	<u>6.998.505</u>	<u>4.728.323</u>

Para os casos em que o rating da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os ratings das agências Moody's ou Fitch.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**RISCO DE LIQUIDEZ**

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de *ALM* são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

No âmbito da sua política de liquidez, em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 o Banco tem um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN), do qual estão utilizados mEuros 32.300 e mEuros 141.830, respectivamente.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os cash flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	30/06/2014							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
<b><u>Activo</u></b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	182.146	327	1.002	2.684	883.913	-	-	1.070.072
Disponibilidades em outras instituições de crédito	247.263	-	-	-	-	-	-	247.263
Activos financeiros detidos para negociação	2.216.725	-	-	-	-	-	-	2.216.725
Activos financeiros disponíveis para venda	2	11.432	1.418.850	715.240	1.089.130	4.768.833	173.026	8.176.513
Aplicações em instituições de crédito	188.172	5.751	454.641	744.500	62.164	51.972	-	1.507.200
Crédito a clientes	230.681	1.776.500	3.907.665	5.459.876	3.735.641	14.728.783	-	29.839.146
Derivados de cobertura	193.377	-	-	-	-	-	-	193.377
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	154.228	154.228
	<b>3.258.366</b>	<b>1.794.010</b>	<b>5.782.158</b>	<b>6.922.300</b>	<b>5.770.848</b>	<b>19.549.588</b>	<b>327.254</b>	<b>43.404.524</b>
<b><u>Passivo</u></b>								
Recursos de bancos centrais	743.077	-	3.516.083	-	-	-	-	4.259.160
Passivos financeiros detidos para negociação	1.881.329	-	-	-	-	-	-	1.881.329
Recursos de outras instituições de crédito	1.506.359	3.182.133	414.983	271.444	3.723	204.672	-	5.583.314
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.122.196	2.516.295	4.904.508	7.690.217	286.800	263.047	-	20.783.063
Responsabilidades representadas por títulos	7.884	22.100	1.208.817	1.312.943	923.266	774.972	-	4.249.982
Derivados de cobertura	241.543	-	-	-	-	-	-	241.543
Passivos subordinados	-	4.320	-	-	-	-	-	4.320
	<b>9.502.388</b>	<b>5.724.848</b>	<b>10.044.391</b>	<b>9.274.604</b>	<b>1.213.789</b>	<b>1.242.691</b>	<b>-</b>	<b>37.002.711</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2013						Total	
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos		Indeterminado
<b>Activo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	222.107	72	221	588	587	123.086	-	346.661
Disponibilidades em outras instituições de crédito	552.921	-	-	-	-	-	-	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.115	-	-	-	-	-	-	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	2	299.222	1.106.694	532.235	1.100.163	1.963.112	142.567	5.143.995
Aplicações em instituições de crédito	1.679.810	42.892	124.521	1.411.556	63.308	53.578	-	3.375.665
Crédito a clientes	665.187	2.908.286	3.989.822	4.465.835	3.072.981	15.022.088	-	30.124.199
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	-	-	-	199.427
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	147.730	147.730
	<b>5.268.569</b>	<b>3.250.472</b>	<b>5.221.258</b>	<b>6.410.214</b>	<b>4.237.039</b>	<b>17.161.864</b>	<b>290.297</b>	<b>41.839.713</b>
<b>Passivo</b>								
Recursos de bancos centrais	41.410	2.200.138	-	4.030.742	-	-	-	6.272.290
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	-	-	-	-	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	474.345	2.869.871	86.833	575.931	5.370	206.009	-	4.218.359
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.227.653	3.018.611	5.135.818	7.348.145	359.500	296.950	-	21.386.677
Responsabilidades representadas por títulos	(30.862)	55.762	1.228.197	348.438	188.069	812.124	-	2.601.728
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	-	-	-	370.684
Passivos subordinados	-	4.320	-	-	-	-	-	4.320
	<b>7.702.998</b>	<b>8.148.702</b>	<b>6.450.848</b>	<b>12.303.256</b>	<b>552.939</b>	<b>1.315.083</b>	<b>-</b>	<b>36.473.826</b>

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade, nomeadamente os seguintes:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos instrumentos de capital registados como activos disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Banco considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

### **RISCO DE MERCADO**

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de riscos assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo, uma vez que o Banco usa medidas de sensibilidade específicas.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional dos riscos. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objectivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*loss triggers* e *stop losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

**Risco de taxa de juro**

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	Exposição a		30/06/2014		
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
<b><u>Activo</u></b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	881.261	182.037	-	1.063.298
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	247.263	-	247.263
Activos financeiros detidos para negociação	-	337.938	2.979	1.875.808	2.216.725
Activos financeiros disponíveis para venda	5.389.219	980.862	406.752	-	6.776.833
Aplicações em instituições de crédito	957.715	448.021	48.151	-	1.453.887
Crédito a clientes	2.201.314	23.480.202	6.871	-	25.688.387
Derivados de cobertura	-	-	-	193.377	193.377
	<u>8.548.248</u>	<u>26.128.284</u>	<u>894.053</u>	<u>2.069.185</u>	<u>37.639.770</u>
<b><u>Passivo</u></b>					
Recursos de bancos centrais	-	4.200.008	43.048	-	4.243.056
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.881.329	1.881.329
Recursos de outras instituições de crédito	4.816.284	463.582	268.912	-	5.548.778
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.074.517	160.252	4.902.987	-	20.137.756
Responsabilidades representadas por títulos	2.900.440	1.148.426	35.051	-	4.083.917
Derivados de cobertura	-	-	-	241.543	241.543
Passivos subordinados	-	4.307	-	-	4.307
	<u>22.791.241</u>	<u>5.976.575</u>	<u>5.249.998</u>	<u>2.122.872</u>	<u>36.140.686</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	Exposição a		31-12-2013		
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
<b><u>Activo</u></b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	116.135	221.706	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	552.921	-	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	-	346.070	3.152	1.599.893	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	3.457.589	790.358	134.306	-	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	2.432.516	804.626	33.828	-	3.270.970
Crédito a clientes	2.382.892	23.698.903	25.726	-	26.107.521
Derivados de cobertura	-	-	-	199.427	199.427
	<u>8.272.997</u>	<u>25.756.092</u>	<u>971.639</u>	<u>1.799.320</u>	<u>36.800.048</u>
<b><u>Passivo</u></b>					
Recursos de bancos centrais	-	6.200.016	41.394	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.619.768	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	3.582.505	592.187	366	-	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.696.775	4.781.987	228.239	-	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	1.341.104	1.209.023	(15.966)	-	2.534.161
Derivados de cobertura	-	-	-	370.684	370.684
Passivos subordinados	-	4.307	-	-	4.307
	<u>20.620.384</u>	<u>12.787.520</u>	<u>254.033</u>	<u>1.990.452</u>	<u>35.652.389</u>

**Instrumentos financeiros – balanço estrutural (exclui activos e passivos de negociação)**

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira pode sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os activos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido, estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas das taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

*Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro*

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente; e
- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a sensibilidade do valor patrimonial destes instrumentos financeiros a variações de 100 basis points (bp's) para um horizonte temporal de um ano corresponde a:

	30-06-2014		31-12-2013	
	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's
<b><u>Activo</u></b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	8.763	(1.314)	1.132	(452)
Activos financeiros disponíveis para venda	4.117	(1.157)	5.039	(2.070)
Aplicações em instituições de crédito	6.329	(1.847)	25.314	(10.162)
Crédito a clientes	184.377	(52.965)	199.861	(80.391)
	<u>203.586</u>	<u>(57.283)</u>	<u>231.346</u>	<u>(93.075)</u>
Derivados de cobertura	<u>(31.869)</u>	<u>9.225</u>	<u>(34.983)</u>	<u>14.108</u>
<b><u>Passivo</u></b>				
Recursos de bancos centrais	43.008	(9.176)	61.056	(18.487)
Recursos de outras instituições de crédito	48.494	(14.010)	35.474	(14.124)
Recursos de clientes e outros empréstimos	57.842	(17.068)	62.425	(25.699)
Responsabilidades representadas por títulos	8.863	(2.500)	9.368	(3.769)
	<u>158.207</u>	<u>(42.754)</u>	<u>168.323</u>	<u>(62.079)</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos);
- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela metodologia de Risco de Mercado.

De qualquer forma, os valores do VaR são os que forem maiores quando se realiza o cálculo com o factor de decaimento em vigor e o cálculo com pesos uniformes;

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos de 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo de forma a que todas as interações entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o VAR associado ao risco de taxa de juro corresponde a:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
VaR Percentil 99%	(2)	(4)
VaR Weighted Percentil 99%	(2)	(2)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**Risco cambial**

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela Área de Riscos de Mercado.

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	30/06/2014			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
<b><u>Activo</u></b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.060.092	2.047	1.159	1.063.298
Disponibilidades em outras instituições de crédito	219.199	15.568	12.496	247.263
Activos financeiros detidos para negociação	2.182.042	33.929	754	2.216.725
Activos financeiros disponíveis para venda	6.769.415	7.418	-	6.776.833
Aplicações em instituições de crédito	1.004.371	426.253	23.263	1.453.887
Crédito a clientes	25.632.636	28.869	26.882	25.688.387
Derivados de cobertura	192.578	799	-	193.377
	<b>37.060.333</b>	<b>514.883</b>	<b>64.554</b>	<b>37.639.770</b>
<b><u>Passivo</u></b>				
Recursos de bancos centrais	4.243.056	-	-	4.243.056
Passivos financeiros detidos para negociação	1.880.547	440	342	1.881.329
Recursos de outras instituições de crédito	5.068.726	476.251	3.801	5.548.778
Recursos de clientes e outros empréstimos	19.174.748	806.551	156.457	20.137.756
Responsabilidades representadas por títulos	4.082.739	-	1.178	4.083.917
Derivados de cobertura	239.251	2.292	-	241.543
Passivos subordinados	4.307	-	-	4.307
	<b>34.693.374</b>	<b>1.285.534</b>	<b>161.778</b>	<b>36.140.686</b>
<b><u>31-12-2013</u></b>				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
<b><u>Activo</u></b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	329.257	5.391	3.193	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	493.501	34.386	25.034	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.908.412	38.432	2.271	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	4.374.816	7.437	-	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	2.924.538	326.942	19.490	3.270.970
Crédito a clientes	26.043.429	38.177	25.915	26.107.521
Derivados de cobertura	198.634	793	-	199.427
	<b>36.272.587</b>	<b>451.558</b>	<b>75.903</b>	<b>36.800.048</b>
<b><u>Passivo</u></b>				
Recursos de bancos centrais	6.241.410	-	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.618.606	1.111	51	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	3.779.243	393.149	2.666	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	19.784.630	764.049	158.322	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	2.534.161	-	-	2.534.161
Derivados de cobertura	368.086	2.598	-	370.684
Passivos subordinados	4.307	-	-	4.307
	<b>34.330.443</b>	<b>1.160.907</b>	<b>161.039</b>	<b>35.652.389</b>

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o VaR associado ao risco cambial corresponde a:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
VaR Percentil 99%	(7)	(7)
VaR Weighted Percentil 99%	(3)	(5)

### **Risco de cotações de activos**

#### Instrumentos financeiros - negociação

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o Banco não tinha risco associado a cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

#### 49. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A partir do final do primeiro trimestre de 2013 desencadeou-se em Portugal um movimento com projecção pública, na sequência do qual se passou a questionar a validade de alguns contratos de swap de taxa de juro celebrados entre diversas instituições financeiras e várias empresas do sector público, nomeadamente do sector dos transportes ferroviários e rodoviários. Estes contratos foram maioritariamente celebrados até 2008, ou seja, antes de eclodir a última crise financeira e representam para aquelas empresas elevados encargos.

Entre aqueles contratos foram questionados alguns celebrados com o Banco, cujo justo valor positivo em 30 de Junho de 2014 ascendia a cerca de mEuros 1.243.000, o qual se encontra reflectido no balanço anexo na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” (Nota 7). Estes contratos desenrolaram-se sem qualquer incidente até Setembro de 2013.

No seguimento do movimento acima referido, na convicção da total regularidade e força vinculante dos contratos celebrados com as empresas do sector público, o Banco tomou a iniciativa de requerer a declaração judicial da sua validade, considerando que era seu dever contribuir, pela via apropriada, para a eliminação de toda e qualquer dúvida sobre a sua validade e força vinculante. Esta iniciativa teve lugar durante o segundo trimestre de 2013, junto de tribunais ingleses, por estes terem sido os escolhidos pelas partes nos termos expressamente estabelecidos nos respectivos contratos.

Em Setembro de 2013, já após a instauração das acções judiciais acima mencionadas, as empresas do sector público comunicaram formalmente ao Banco que iriam suspender, a partir dessa data, a liquidação dos juros devidos associados aos contratos de swap até que aquelas acções judiciais fossem julgadas. Em 30 de Junho de 2014, a rubrica do balanço “Outros activos – Outros” inclui cerca de mEuros 100.000 relativos aos juros não liquidados (Nota 17).

Em Novembro de 2013, as empresas do sector público apresentaram junto dos tribunais ingleses a sua contestação às acções interpostas pelo Banco requerendo a nulidade dos contratos e solicitando o ressarcimento dos fluxos líquidos de juros pagos no passado, os quais ascenderam a cerca de mEuros 134.000.

No dia 14 de Fevereiro de 2014, o Banco apresentou junto dos tribunais ingleses a sua resposta à contestação apresentada pelas empresas do sector público. Actualmente, estas acções judiciais encontram-se em curso, seguindo os trâmites normais.

É convicção do Conselho de Administração do Banco, suportada pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, que estão reunidas todas as condições para que o tribunal dê seguimento às suas pretensões, nomeadamente declarando a validade dos acima referidos contratos e notificando as empresas do sector público para liquidarem os juros que lhes estão associados, motivo pelo qual não foram constituídas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras anexas para fazer face a um eventual desfecho desfavorável daquelas acções.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2014, foram interpostas junto de tribunais portugueses novas acções judiciais contra o Banco, questionando a validade e a força vinculante de alguns contratos de swap de taxa de juro, por parte de algumas entidades integrantes do Governo Regional da Madeira (entidades incluídas no sector público português), as quais suspenderam igualmente a liquidação dos juros associados àqueles contratos. Em 30 de Junho de 2014, o justo valor positivo daqueles swaps ascendia a cerca de mEuros 88.000, e encontrava-se reflectido no balanço anexo na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” (Nota 7). Por outro lado, em 30 de Junho de 2014, a rubrica do balanço “Outros activos – Outros” incluía cerca de mEuros 8.000 relativos aos juros não liquidados. Por último, as entidades acima referidas reclamam igualmente a devolução dos juros líquidos pagos por si no passado, os quais em 30 de Junho de 2014 ascendiam a cerca de mEuros 20.000. No entanto, o Banco já apresentou a sua contestação a estas acções judiciais. Uma vez que os argumentos utilizados por aquelas entidades para questionar a validade dos contratos de swap acima referidos são similares aos utilizados nas acções judiciais interpostas pelas empresas do sector público referidas no início desta Nota, o Conselho de Administração do Banco não estima um desfecho desfavorável decorrente do julgamento daquelas acções judiciais.

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2014, existia um outro conjunto de reclamações/acções judiciais interpostas contra o Banco por parte dos seus clientes relacionadas com contratos de swap. Na maioria daquelas reclamações/acções, os clientes solicitam o cancelamento dos contratos de swap celebrados com o Banco, bem como a devolução dos juros líquidos pagos por si no passado. Em 30 de Junho de 2014, os montantes envolvidos naquelas reclamações/acções judiciais eram os seguintes:

Juros recebidos de clientes	39.507
Juros pagos a clientes	(4.755)
	<u>34.752</u>
Juros vencidos não pagos pelos clientes	9.701
Mark to Market dos swaps	459
Imparidade registada	(9.142)
	<u>1.018</u>
Provisões para processos judiciais em curso	(3.120)
Exposição	<u>32.650</u>

No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que as provisões constituídas nas demonstrações financeiras anexas são suficientes para fazer face ao eventual desfecho desfavorável das reclamações/acções judiciais acima referidas.

Por último, no primeiro trimestre de 2014, foi interposta uma acção judicial contra o Banco, envolvendo o montante total de aproximadamente mEuros 274.500, a qual não está incluída no quadro acima e que consiste numa acção Popular contra o Banco e contra o Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. Esta acção incide sobre o cancelamento de alguns contratos de swap celebrados entre o Banco e o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., os quais já são objecto de apreciação pelos tribunais ingleses desde o segundo trimestre de 2013, em consequência da iniciativa do próprio Banco conforme descrito na parte inicial desta Nota.

50. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Julho de 2014.

## BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

## RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correcções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
<b>Obrigações em Circulação</b>											
Obrigações de Caixa											
Performance Mais	EUR	63.096	63.096	-	-	-	-	Variável	24-nov-2009	24-nov-2014	Cabaz de índices
Performance Mais II	EUR	13.731	13.731	-	-	-	-	Variável	22-dez-2009	15-jan-2015	Cabaz de índices
Rendimento Europeu	EUR	99.796	99.796	-	-	-	-	Variável	6-ago-2009	6-ago-2014	Cabaz de índices
ST Diversificação Invest 3º amortização Clientes	EUR	23.912	6.925	16.987	1.016	1.686	19.689	Variável	17-mar-2009	28-mar-2015	Cabaz de índices
ST Diversificação Invest 4º amortização Clientes	EUR	23.913	6.923	16.990	-	-	16.990	Variável	17-mar-2009	28-mar-2017	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos	EUR	21.533	-	21.533	404	182	22.119	Variável	30-set-2010	30-set-2015	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos OUTUBRO 2010	EUR	9.993	-	9.993	183	68	10.244	Variável	2-nov-2010	2-nov-2015	Cabaz de índices
Top Alemanha	EUR	65.042	29.342	35.700	1.206	325	37.231	Variável	14-fev-2011	13-fev-2015	Cabaz de acções
Top Alemanha Fevereiro 2011	EUR	57.892	26.513	31.379	1.299	269	32.947	Variável	9-mar-2011	9-mar-2015	Cabaz de acções
Valorização China	EUR	56.379	9.215	47.164	1.529	379	49.072	Variável	11-abr-2011	2-abr-2015	Cabaz de acções
America Latina Top 3	EUR	99.997	-	99.997	4.351	243	104.591	Variável	1-ago-2011	31-out-2014	Índice de acções
AutoCallable 85-15	EUR	570	-	570	-	(266)	304	Variável	1-ago-2011	31-out-2014	Cabaz de acções
Valorização Europa GBP	GBP	1.178	-	1.178	-	-	1.178	Variável	27-jun-2014	9-jul-1905	Índice de acções
		<b>537.032</b>	<b>255.541</b>	<b>281.491</b>	<b>9.988</b>	<b>2.886</b>	<b>294.365</b>				
<b>Obrigações de Caixa - Hipotecárias</b>											
Hipotecárias II	EUR	1.000.000	125.750	874.250	19.602	4.998	898.850	3,250%	21-out-2009	21-out-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias VII - 1ª Tranche	EUR	130.000	130.000	-	-	-	-	Variável	4-nov-2011	4-nov-2014	Euribor 3m+2,50%
Hipotecárias VIII - 1ª Tranche	EUR	250.000	250.000	-	-	-	-	Variável	20-jul-2012	20-jul-2015	Euribor 3m+2,50%
Hipotecárias IX - 1ª Tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	-	Variável	2-abr-2013	2-abr-2016	Euribor 6m+2,25%
Hipotecárias IX - 2ª Tranche	EUR	1.000.000	1.000.000	-	-	-	-	Variável	15-abr-2013	15-abr-2016	Euribor 3m+2,25%
Hipotecárias X	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	Variável	26-jul-2013	26-jul-2016	Euribor 3m+2,25%
Hipotecárias XI - 1ª Tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	-	Variável	19-dez-2013	19-dez-2016	Euribor 3m+1,85%
Hipotecárias XI - 2ª Tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	-	Variável	19-dez-2013	19-dez-2016	Euribor 6m+1,85%
Hipotecárias XI - 3ª Tranche	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	2,575%	13-jan-2014	13-jan-2017	Taxa Fixa
Hipotecária XII - 1ª Tranche	EUR	1.000.000	5.300	994.700	2.369	-	997.069	1,500%	1-abr-2014	3-abr-2017	Taxa Fixa
Hipotecária XIII - 1ª Tranche	EUR	750.000	-	750.000	(3.470)	-	746.530	1,625%	11-jun-2014	11-jun-2019	Taxa Fixa
		<b>7.130.000</b>	<b>4.511.050</b>	<b>2.618.950</b>	<b>18.501</b>	<b>4.998</b>	<b>2.642.449</b>				

## BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

## RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correcções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
<b>Obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização</b>											
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	155.704	126.595	29.109	(12)	-	29.097	Variável	25-jul-2003	25-nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado em Agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe B - Notes	EUR	10.040	10.040	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Euribor 3m+0,65% (até ao reembolso antecipado em Agosto de 2012); Euribor 3m+0,95% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe C - Notes	EUR	4.424	4.424	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Euribor 3m+1,45% (até ao reembolso antecipado em Agosto de 2012); Euribor 3m+1,65% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe D - Notes	EUR	11.000	11.000	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	939.039	485.141	453.898	(1.067)	-	452.831	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado em Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	34.163	34.163	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado em Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	107.893	57.700	50.193	1	-	50.194	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado em Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	14.000	14.000	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	823.350	239.175	584.175	(247)	-	583.928	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado em Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado em Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	-	Variável	16-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado em Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado em Fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado em Fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	9.304	9.304	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Leasetotta - Classe A - Notes	EUR	50.138	50.138	-	-	-	-	Variável	20-abr-2009	15-jan-2042	Euribor 3m+0,30%
Leasetotta - Classe B - Notes	EUR	260.000	260.000	-	-	-	-	Variável	20-abr-2009	15-jan-2042	Euribor 3m+4,75%
Leasetotta - Classe C - Notes	EUR	65.000	65.000	-	-	-	-	Variável	20-abr-2009	15-jan-2042	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
		<b>2.591.055</b>	<b>1.473.680</b>	<b>1.117.375</b>	<b>(1.325)</b>	<b>-</b>	<b>1.116.050</b>				
<b>Outros</b>											
EMTN's	EUR	32.300	1.250	31.050	3	-	31.053				
		<b>32.300</b>	<b>1.250</b>	<b>31.050</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>31.053</b>				
<b>TOTAL DE RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS</b>		<b>10.290.387</b>	<b>6.241.521</b>	<b>4.048.866</b>	<b>27.167</b>	<b>7.884</b>	<b>4.083.917</b>				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.PASSIVOS SUBORDINADOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 (Nota 23)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Balanço Consolidado			
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270.447	270.447	-	137	137	-	-	2,08%	Perpétuas	22 de Junho de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	-	4.275	42	-	32	4.307	2,11%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	13.818	-	104	104	-	-	2,11%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
		<u>288.540</u>	<u>284.265</u>	<u>4.275</u>	<u>283</u>	<u>241</u>	<u>32</u>	<u>4.307</u>			